

# II DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



**NÓS  
ESTAMOS  
AQUI**



**CRAS SUL**





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

# **DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL**

## **CRAS SUL**

---

**MARCELINO CARLOS DIAS BORBA**  
Prefeito Municipal

---

**ELIARA FIALHO RIBEIRO DOS SANTOS**  
Secretária Municipal de Assistência Social

---

**CLÉCIA NASCIMENTO DE ANDRADE**  
Presidente do CMAS



## Sumário

<b>Introdução</b> .....	7
<b>Equipe Técnica responsável pela elaboração do Diagnóstico Socioterritorial</b> .....	9
<b>Breve Histórico do CRAS Sul</b> .....	10
<b>Caracterização – Região Sul</b> .....	12
Caracterização com dados primários de acordo com o CADÚNICO na Região Sul .....	13
Caracterização da população em situação de rua no sistema do Cadúnico de Rio das Ostras .....	34
Características gerais dos domicílios conforme Cadúnico no território da Região SUL. ....	40
<b>Benefícios e Programas de Transferência de Renda</b> .....	50
Benefício de Transferência de Renda Federal – Programa Bolsa Família .....	50
Benefício de Prestação Continuada - BPC .....	53
Benefícios Municipais de Transferência de Renda .....	63
<b>Benefício Municipal da Pessoa com Deficiência e/ou portador Doente Crônica - BMD</b> .....	65
<b>Benefício Municipal do Idoso - BMI</b> .....	66
<b>Benefício Social Familiar – BSF</b> .....	67
<b>O CRAS SUL e suas especificidades</b> .....	71
Dados referentes a VIOLAÇÕES DE DIREITOS – território da Região Sul .....	80
Demandas de acolhimento institucional infantil no município .....	97
Pacto de Aprimoramento do SUAS e suas especificidades na Região Sul .....	102
A dinâmica territorial da Região Sul .....	108
<b>Ações Intersectoriais realizadas por outras Secretarias referente a todo Município e Região Sul</b> .....	110
Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca - SEMAP .....	111
Secretaria de Transportes Públicos, Acessibilidade e Mobilidade Urbana - SECTRAN .....	112
Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ .....	112
Secretaria de Segurança Pública – SESEP .....	114
Fundação Rio das Ostras de Cultura - FROC .....	119
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDTUR .....	122
Secretaria de Educação, Esporte e Lazer - SEMEDE .....	125
SUBSECRETARIA DE ESPORTE E LAZER .....	133
Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA .....	136
Secretaria de Gestão Pública - SEGEP .....	147
Secretaria Municipal de Manutenção de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas - SEMOP .....	149
<b>Organizações não Governamentais Instaladas no território da Região Sul</b> .....	151
<b>Mapa da Rede Governamental e Não Governamental do território da Região Sul</b> .....	152
<b>Desafios para o Aprimoramento do SUAS</b> .....	155
<b>Principais avanços da Assistência Social no último quadriênio</b> .....	158
<b>Considerações Finais</b> .....	161
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	163



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



## Introdução

Para assegurar a proteção social prevista na Constituição Federal (CF) de 1988, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída em 2004, definiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como um modelo de gestão, com uma nova lógica de organização das ações: por níveis de complexidade, por território; e conforme a forma de operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a regulação, em todo o território nacional (MDS, 2004).

As funções fundamentais da política de Assistência Social são a Proteção Social, a Vigilância Socioassistencial e a Defesa de Direitos. Destaca-se que a Vigilância Socioassistencial foi incorporada a LOAS, por meio da Lei nº 12.435/11, recebendo centralidade na Norma Operacional Básica (NOB) /SUAS 2012, ação justificada pelo fato de que a função de Vigilância amplia as outras funções inerentes à concepção do sistema (MDS, 2013b).

A perspectiva de atuação concreta da Vigilância Socioassistencial direciona o olhar da política para a identificação das seguranças socioassistenciais por meio do conhecimento do território, visando orientar de maneira mais adequada os tipos de serviços a serem ofertados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Segundo a LOAS, “o CRAS é a unidade pública estatal descentralizada, instituída para a oferta da proteção social básica, localizada nos municípios, para o atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social, cujo objetivo é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos seus territórios de abrangência, por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos da cidadania (BRASIL, 1993)”.

Assim, como estratégia no processo de estruturação deste diagnóstico, a equipe de Gestão e da Vigilância socioassistencial da SEMAS consideraram como relevantes diversos dados, principalmente no contexto de pandemia da COVID-19, de modo que para composição deste documento foram utilizadas informações registradas no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE/2010; na base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico; no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN; nas pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; nos formulários de pesquisa aplicados junto às Secretarias Municipais





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

e outros setores da Rede municipal; nos dados estatísticos registrados nos Sistemas Informatizados das Unidades que compõem as redes de Proteção Social Básica e Especial governamental gerida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no Plano de Contingência da Assistência Social para o enfrentamento da COVID-19; no Plano de Retomada das Atividades Coletivas da Assistência Social e nos dados estatísticos do Conselho Tutelar;

Dessa forma, o município de Rio das Ostras, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, estrutura o segundo diagnóstico socioterritorial. Para a realização desta grande ação, buscou e obteve o apoio e envolvimento intersetorial de diversas secretarias municipais e de uma vasta equipe multiprofissional de trabalhadores do SUAS, vinculados à Gestão, à Vigilância socioassistencial e demais unidades que compõem a rede gerida pela SEMAS. Todos esses atores somaram para um salto qualitativo na gestão, análise e processamento dos dados produzidos e apresentados neste documento.

Considera-se assim, que todos os dados utilizados e informações processadas serão elementos imprescindíveis para orientar os serviços a serem executados pelo CRAS Sul, de modo a contribuir para a efetiva prevenção das situações de ocorrência de vulnerabilidades e riscos sociais desse território, afiançando os direitos socioassistenciais previstos nas legislações da assistência social, para as famílias atendidas, acompanhadas e referenciadas nos equipamentos que estruturam toda a rede governamental do território da Região Sul.





## Equipe Técnica responsável pela elaboração do Diagnóstico Socioterritorial

Nome	Função/Cargo
Rosimara Valadares de Oliveira	Subsecretária (Gestão)
Rosimere Vasconcellos Forte	Assessoria da PSB (Gestão)
Aline da Silva Praxedes	Assessoria da PSB (Gestão)
Sônia Lopes Cunha da Silva	Assessoria da PSE (Gestão)
Adriana Oliveira de Freitas da Silva	Estatístico I (Vigilância)
Cintia Moreira Castro	Assessoria Pedagógica
Ivone Guimarães Novato da Cruz	Analista de Sistemas (Vigilância)
Jeane Felix da Silva	Pedagoga (Vigilância)
Luane Rubim Machado Ribeiro	Assistente Social III (Vigilância)



## Breve Histórico do CRAS Sul

Com o objetivo de atuar com as famílias e indivíduos em seu contexto, visando à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário, a Gestão da Secretaria de Assistência Social de Rio das Ostras Implantou o CRAS Sul.

O território da Região Sul, foi um dos primeiros a receber em uma de suas localidades, uma unidade de atendimento específica de assistência social, visto que, em 2001 iniciou-se um trabalho com famílias, através do **Programa Núcleo de Apoio à Família – NAF**, que se configurava como um projeto piloto desenvolvido simultaneamente em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. O imóvel onde funcionava o Programa estava situado na localidade do Bairro Cidade Praiana.

Como forma de expandir e qualificar essa experiência do Estado do Rio de Janeiro a nível nacional, em 2003, foi lançado o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF. Em 2004, o Plano foi aprimorado e adequado às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, instituindo-se o “Programa de Atenção Integral à Família” (Portaria nº 78 de 08/04/2004), que se tornou a principal referência para o usuário do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Por meio do Decreto nº 5.085, de 19/05/2004, o PAIF tornou-se “ação continuada da assistência social”, sendo sua oferta obrigatória e exclusiva nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS.

Nesse contexto, o CRAS SUL foi implantado a partir de abril de 2007, após a gestão municipal da Assistência Social, iniciar o processo de territorialização e referenciamento das localidades aos equipamentos da Proteção Social Básica conforme recomendado pela legislação que regulamentava a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nos Municípios do Brasil inteiro. Inicialmente o seu funcionamento se deu em imóvel alugado, situado na Rua Paraná S/nº, no bairro Cidade Praiana, localidade com muitas vulnerabilidades e risco social.

Conforme a Política Nacional de Assistência Social – PNAS,

*“O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social”. (PNAS, p. 35)*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 30 de junho de 2016, foi inaugurada a sede própria do CRAS Sul, situado na Rua Serafim Bastos S/Nº, bairro Cidade Beira Mar, cuja localidade, mantém as mesmas características de vulnerabilidades e de risco social, apresentadas na área de abrangência da sede antiga.

Com o objetivo de analisar os fatores de proteção e desproteção sociais no território do CRAS Sul e para subsidiar estratégias de qualificação da oferta dos serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS neste território, a Secretaria de Assistência Social do município de Rio das Ostras, propõe por meio desse estudo e da produção a desse documento fundamentar o segundo DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL, contendo as principais características da população na área de abrangência do respectivo CRAS.



## Caracterização – Região Sul

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 a população residente na Região Sul perfazia o total **19.969 habitantes**. Considerando que ao longo desse período não foi realizado outro Censo demográfico, o município trabalha com a estimativa populacional anual disponibilizada pelo IBGE. A Secretaria Municipal de Gestão Pública – SEGEP calcula anualmente a estimativa populacional por localidade e no ano de 2021 a população da Região Sul correspondia a **30.074 habitantes**.

Dessa forma, observamos que ao longo desse período o crescimento populacional correspondeu a **50,60%** evidenciando um crescimento populacional significativo no território.

O Equipamento encontra-se instalado no território da Região Sul, situado à **Rua Serafim Bastos S/Nº, bairro Cidade Beira Mar**.

O território de abrangência do CRAS Sul contempla o atendimento das famílias que residem nas seguintes localidades do município: **Cidade Beira Mar; Cidade Praiana; Condomínio Maria Turri; Extensão Serramar; Jardim Campomar (depois do trevo); Jardim Miramar; Jardim Patrícia; Palmital; Serramar; Vila Verde; Fazenda Palmeiras**.





## Caracterização com dados primários de acordo com o CADÚNICO na Região Sul

O Cadastro Único é porta de entrada para mais de vinte programas sociais – é um instrumento que identifica as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica de cada uma delas. Nele, são registradas as características da residência, a identificação de cada pessoa, a escolaridade, a situação de trabalho e renda, dentre outras informações. A inscrição no Cadastro Único também permite que o beneficiário tenha acesso a outros programas sociais, como a Tarifa Social de Energia Elétrica e a Carteira do Idoso, dentre outros.

No Município de Rio das Ostras o acesso das famílias e indivíduos em vulnerabilidade ocorre de forma descentralizada por meio dos CRAS's de cada território. O cadastro destes munícipes no sistema funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas, tanto na esfera do Governo Municipal, quanto do Governo Federal.

Conforme levantamento realizado com base nos dados do CadÚnico do município de Rio das Ostras, no território da Região Sul, observamos que houve um aumento de **10,5%** no número de pessoas e de **27,3%** no número de famílias inscritas no Cadastro Único, sendo que houve redução no número médio aproximado de pessoas por família, conforme apresentado na Tabela 4.1.1 abaixo.

### 4.1.1 - Comparativo entre diagnósticos

Descrição	2017	2021	Crescimento %
Nº de pessoas	9.614	10.627	10,5%
Nº de famílias	3.232	4.114	27,3%
<b>Nº médio aproximado de pessoas por família</b>	<b>2,97</b>	<b>2,58</b>	

A diminuição do número médio de pessoas por domicílio (famílias) evidência o aumento das famílias monoparentais, que são as pessoas que moram sozinhas.

Já o aumento no número de inscritos no Cadastro único explica-se por diferentes fatores, tais como fluxo migratório, aumento do desemprego, com conseqüente elevação das taxas de vulnerabilidade socioeconômica, e demandas diversas da Política de Assistência Social vinculadas à inscrição no Cadastro Único.





Com relação ao fluxo migratório, observa-se que a cidade de Rio das Ostras atrai muitas pessoas de outras localidades, municípios e estados em busca de qualidade de vida e oportunidades de emprego.

A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, a precarização nas relações de trabalho, caracterizada pela informalidade e ausência do sistema de Proteção social ao trabalhador, contribui significativamente para o aumento no número de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e consequente aumento de inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais.

O contexto da Pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (COVID-19) promoveu o agravamento dessa realidade, visto que diversos postos de trabalho foram extintos ou receberam considerável redução no número de funcionários, soma-se a isso, o fato de que o próprio setor informal também foi afetado, já que muitos serviços deixaram de ser realizados ou tiveram uma redução no fluxo de trabalho. Cabe ressaltar que houve uma redução no número médio de pessoas por domicílio, o que se justifica pelo aumento no número de pessoas que residem sozinhas.

Considerando os últimos levantamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD ano 2019, a média da família brasileira era de três moradores por domicílio.

Uma outra variável a ser descrita refere-se à característica da pessoa da Região Sul inscrita no CadÚnico por **Faixa Etária**.

#### 4.1.2 - Faixa etária - Total

<b>Faixa Etária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
0 a 11 anos	2.472	23%
12 a 17 anos	1.271	12%
18 a 59 anos	5.458	51%
mais 60 anos	1.426	13%
<b>Total</b>	<b>10.627</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021

De acordo com a tabela acima, visualiza-se que a maior parte das pessoas inseridas no cadastro encontra-se em idade produtiva nas faixas etárias entre **18-59**



**anos, o que equivale a 51% do total.** Nota-se ainda, que a faixa etária de **0-11 anos** representa o segundo maior quantitativo, correspondendo a **23%**.

O público com mais de **60 anos** ocupa a terceira posição no quantitativo de pessoas por faixa etária, enquanto os adolescentes, na faixa etária de **12 a 17 anos**, aparecem em quarto lugar.

Sendo assim, considerando a faixa etária das pessoas inscritas no Cadastro Único, a média observada é de **31 anos**, idade considerada economicamente ativa.

Esse público, ainda que economicamente ativo, demonstra dificuldades no acesso ao trabalho formal por motivos diversos, tais como: baixo nível de escolaridade, redução dos postos de trabalho formais, interrupção das atividades das creches e escolas, bem como dos projetos sociais, onde poderiam deixar as crianças para trabalhar.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos no primeiro trimestre de 2020 ficou em torno de **27,1%** e que cerca de **14,5%** eram mulheres, em situação de desemprego.

Grande parte desse público foi atendido com auxílio emergencial durante um período da pandemia, o que amenizou os impactos na economia.

Considerando o quadro comparativo a seguir, com o total de pessoas por faixa etária, cadastradas no sistema do cadastro único relativo ao ano de 2017 e 2021, identifica-se que a faixa etária de idoso foi a que registrou maior crescimento entre 2017 e 2021 totalizando um percentual de acréscimo correspondente a **65%**.

#### 4.1.3 -Comparativo do total de pessoas por faixa etária 2017/2021

Faixa Etária	2017	2021	%
0 a 11 anos	2.434	2.472	2%
12 a 17 anos	1.301	1.271	-2%
18 a 59 anos	5.016	5.458	9%
mais 60 anos	863	1.426	65%
<b>Total</b>	<b>9.614</b>	<b>10.627</b>	<b>11%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Maio/2017 e Março/2021

A realidade identificada no território da Região Sul reforça os resultados dos estudos e pesquisas que apontam para o crescente envelhecimento populacional. De

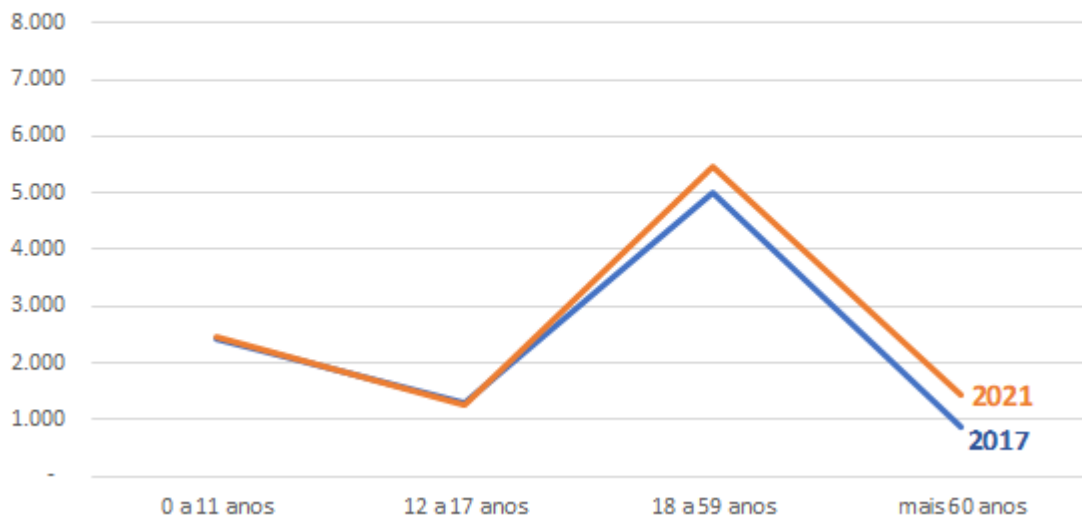




acordo com a agência IBGE de Notícias, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que o envelhecimento da população mantém-se e que o número de pessoas com mais de 60 anos no país já é superior ao de crianças com até 9 anos de idade.

A elevação da expectativa de vida é propiciada pelos avanços na medicina e políticas voltadas para melhorias na qualidade de vida do idoso. No âmbito da Secretaria de Assistência Social temos diversos idosos do território da região Sul que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, o que contribui para socialização dos mesmos.

Território: CRAS SUL  
Característica da Pessoa - Cadúnico  
4.1.3 - Comparativo do total de pessoas por faixa etária 2017/2021



Entre os anos de 2012 e 2017, a quantidade de idosos cresceu em todas as unidades da federação. Os estados com maior proporção de idosos são o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, ambos com **18,6%** de suas populações dentro do grupo de 60 anos ou mais. O Amapá, por sua vez, é o estado com menor percentual de idosos, com apenas **7,2%** da população.



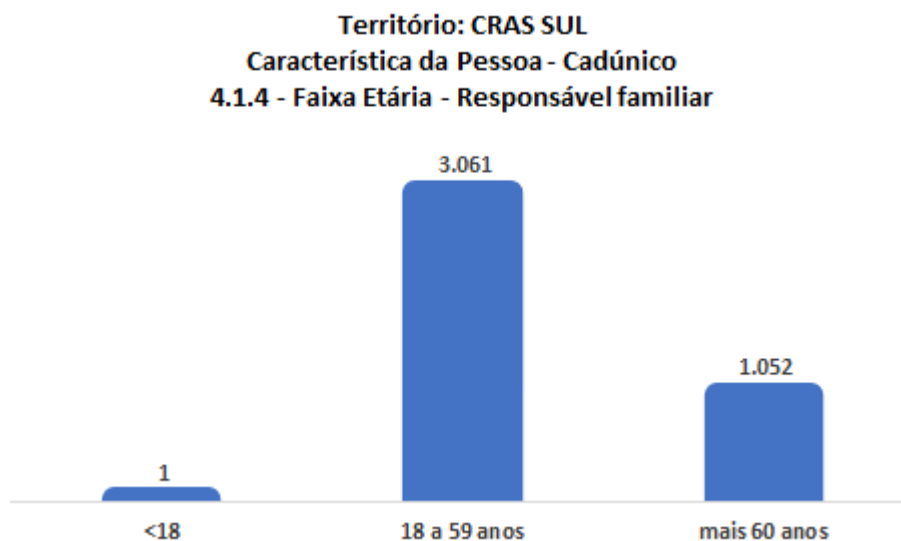
#### 4.1.4 - Faixa Etária - Responsável familiar

Faixa Etária	Quantidade	%
<18	1	0,0%
18 a 59 anos	3.061	74,4%
mais 60 anos	1.052	25,6%
<b>Total</b>	<b>4.114</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do Cadúnico, ref.: Março/2021

A variável da Tabela acima apresenta a característica do **Responsável Familiar** – **RF** (titular do cadastro) por faixa etária. Podemos perceber que a faixa etária predominante das pessoas que são as titulares do cadastro está entre **18 e 59 anos**, um quantitativo bastante expressivo se comparado com as demais faixas etárias.

A maior parte das famílias inscritas no Cadastro Único possui seu responsável familiar na faixa etária entre 18 e 59 anos, com idade média de **46 anos**.



Conforme tabela a seguir, outra característica da pessoa da Região Sul cadastrada no CadÚnico refere -se à **Composição Familiar por Faixa Etária**.



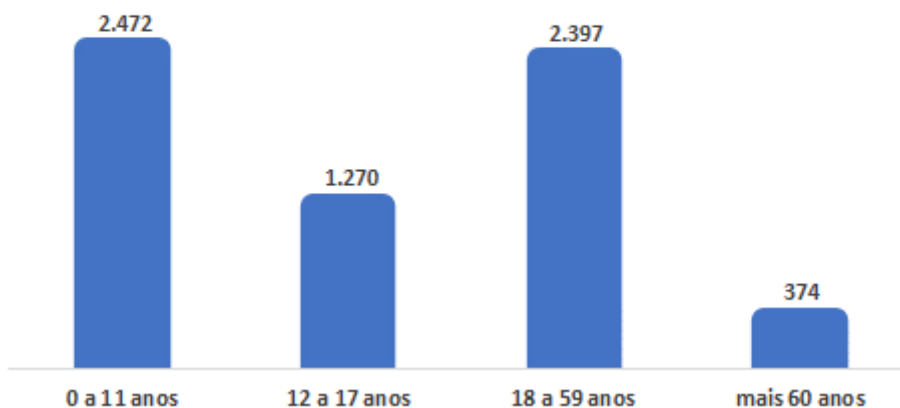
#### 4.1.5 - Faixa Etária - Composição familiar

Faixa Etária	Quantidade	%
0 a 11 anos	2.472	38%
12 a 17 anos	1.270	19%
18 a 59 anos	2.397	37%
mais 60 anos	374	6%
<b>Total</b>	<b>6.513</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021

Observa-se que nas **Composições Familiares registradas no CadÚnico** ocorre a predominância da faixa etária de 0-11 anos, de modo que este quantitativo corresponde a 38% das pessoas cadastradas no sistema, tratando-se do público de crianças, que em sua grande maioria configura-se como filhos dos **Responsáveis Familiares – RF** (titulares do cadastro). Em segundo lugar predomina a faixa etária de 18 a 59 anos, que corresponde a **38%** do total. A média das idades da composição familiar é de **21 anos**.

Território: CRAS SUL  
Característica da Pessoa - CadÚnico  
4.1.5 - Faixa Etária - Composição familiar



Considerando quantitativamente a variável do **gênero das pessoas** cadastradas no sistema apresentadas na tabela abaixo, verifica-se que **6.060 pessoas** são do **sexo feminino** e **4.567 pessoas** são do **sexo masculino**, totalizando **10.627 pessoas** cadastradas no sistema.

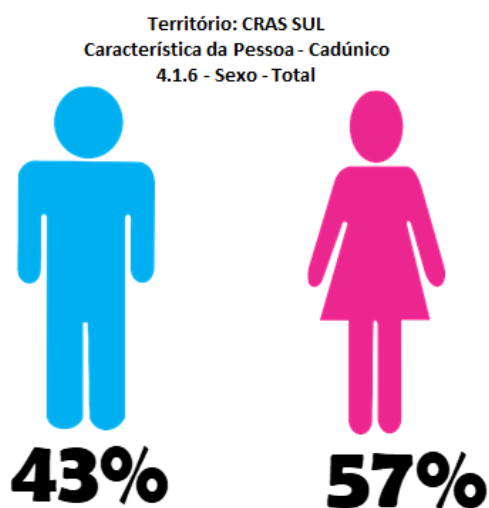


#### 4.1.6 - Sexo - Total

Sexo	Quantidade	%
Feminino	6.060	57%
Masculino	4.567	43%
<b>Total</b>	<b>10.627</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do Cadúnico, ref.: Março/2021

Diante dos papéis de gênero transmitidos socialmente, as mulheres assumem o trabalho de reprodução social e construção de vínculos, por isso são elas que na maioria das vezes buscam os atendimentos, para acessar os serviços e benefícios disponibilizados por meio da Política de Assistência Social.



Portanto a característica do total de pessoas inscritas no Cadastro Único por sexo, identifica-se que **43%** das pessoas são do sexo masculino e **57%** das pessoas são do sexo feminino.

O Boletim da Vigilância Socioassistencial do Ministério da Cidadania (2018) em sua avaliação acerca do fato das mulheres serem a maioria das usuárias no SUAS, concluiu que elas estão em condições menos favoráveis no mercado de trabalho, com taxas maiores de desemprego e de informalidade, além de responsabilidade social posta de trabalho doméstico e cuidado com os filhos.



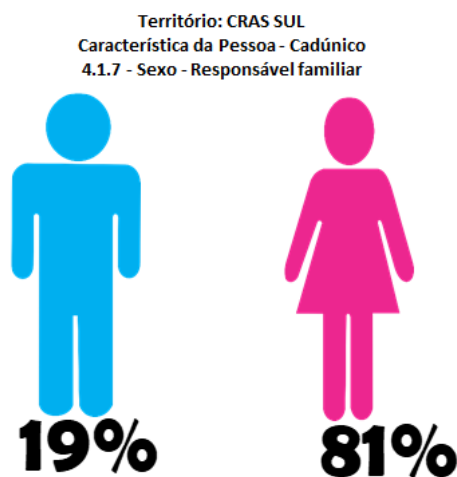
De acordo com dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o número de domicílios brasileiros chefiados por mulheres tem aumentado rapidamente, em 1995, **23%** dos domicílios têm as mulheres como pessoa de referência e em 2015 chegou a **40%**, sendo que das famílias chefiadas por mulheres, em cerca de **34%** havia presença do cônjuge.

#### 4.1.7 - Sexo - Responsável familiar

Sexo	Quantidade	%
Feminino	3.333	81%
Masculino	781	19%
<b>Total</b>	<b>4.114</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021

A avaliação da variável do **Responsável Familiar por sexo – RF (titular do cadastro)** na totalidade dos cadastrados verificou que **3.333** pessoas são do gênero feminino e **781** pessoas são do gênero masculino. Fato que pode ser comprovado em percentuais na ilustração a seguir:



Essa realidade encontra-se em conformidade com as orientações da gestão nacional do CadÚnico, que orienta os municípios quanto à priorização do **Responsável Familiar – RF** (titular do cadastro) ser do sexo feminino.

A participação majoritária das mulheres na Política de Assistência Social identificada no Município de Rio das Ostras, vai ao encontro da realidade do país. As



mulheres representam menor proporção somente entre a população em situação de rua e entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, o que é compatível com os dados divulgados pelo Boletim “Mulheres no SUAS” de 2018.

#### 4.1.8 - Composição familiar por sexo

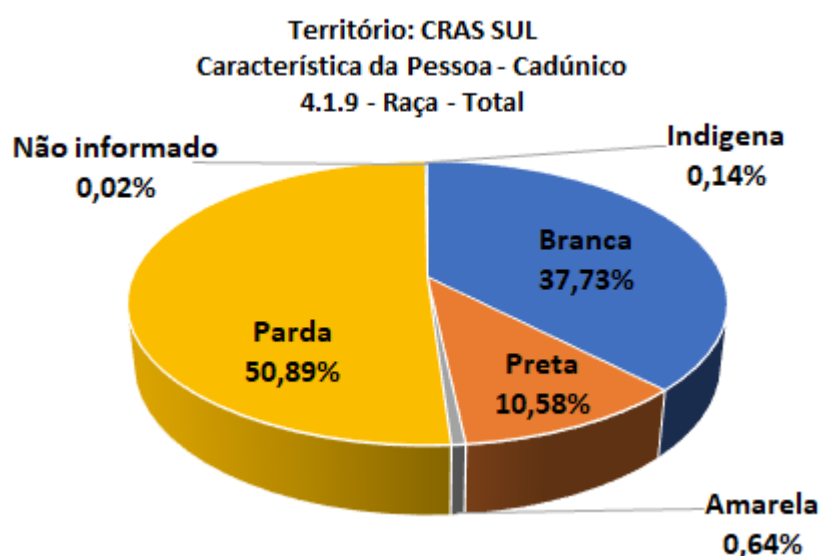
Sexo	Quantidade	%
Feminino	2.727	42%
Masculino	3.786	58%
<b>Total</b>	<b>6.513</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do Cadúnico, ref.: Março/2021

De modo geral identifica-se que a presença das mulheres na Política de Assistência Social é maior que a dos homens. Contudo, em relação ao perfil da composição familiar, há maioria constituída por homens que corresponde a 58%.

Cabe ressaltar que ocorreu relativo aumento no número de homens como referência familiar no Cadastro único durante o período da pandemia. Muitos deles residem sozinhos e não procuravam os serviços da Política Municipal de Assistência Social anteriormente, devido à sua realidade socioeconômica e estabilidade financeira.

Com relação à raça dos inscritos no cadastro único, há um número maior de pardos, o que se justifica pelo fato do Brasil ser um país marcado pela miscigenação e pluralidade cultural.







De acordo com informações do PNAD (2019) a maioria da população brasileira (46,8%) se autodeclara de cor parda, **42,7% branca, 9,4% preta e 1,1% amarela**. Os dados do Cadastro Único são compatíveis com os dados do PNAD (2019) em relação a população brasileira, em que a maioria é composta pela cor parda, seguida pela população branca.

Uma outra variável apresentada pelo sistema do CadÚnico refere-se ao local de **nascimento** das pessoas cadastradas. Verifica-se que do quantitativo das pessoas da Região Sul inseridas no Sistema, **1.897** (nasceram no município); **8.698** (nasceram em outro município); **28** (nasceram em outro país) e **4** (encontram-se sem informação no sistema), totalizando a população de **10.627 pessoas**.

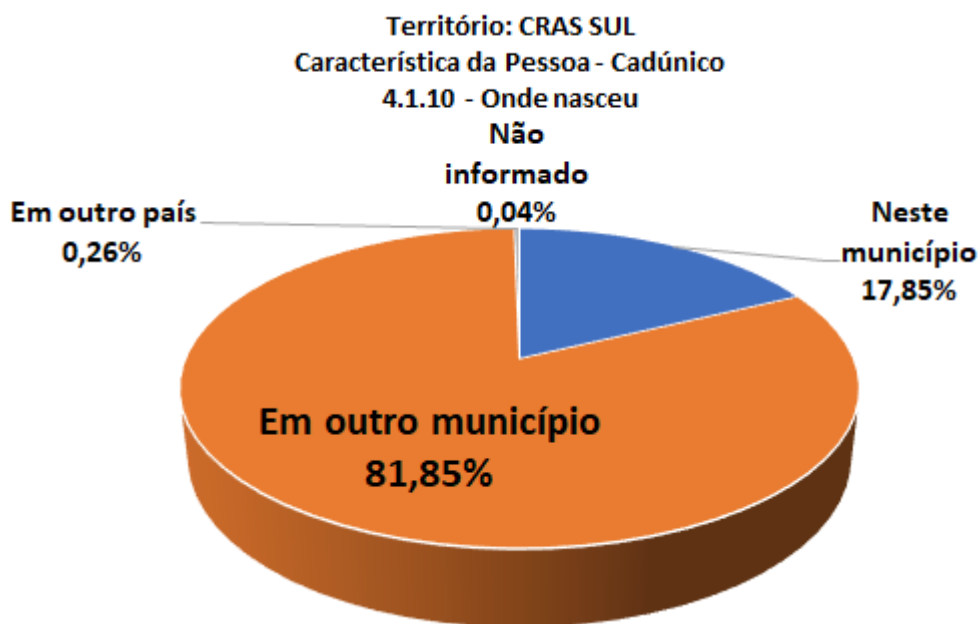
#### 4.1.10 - Onde nasceu

Descrição	Quantidade	%
Neste município	1.897	17,85%
Em outro município	8.698	81,85%
Em outro país	28	0,26%
Não informado	4	0,04%
<b>Total</b>	<b>10.627</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021

O demonstrativo a seguir retrata que a maior parte da população da Região Sul, cadastrada no CadÚnico, migrou para o município de Rio das Ostras ao longo dos seus 29 anos de emancipação.



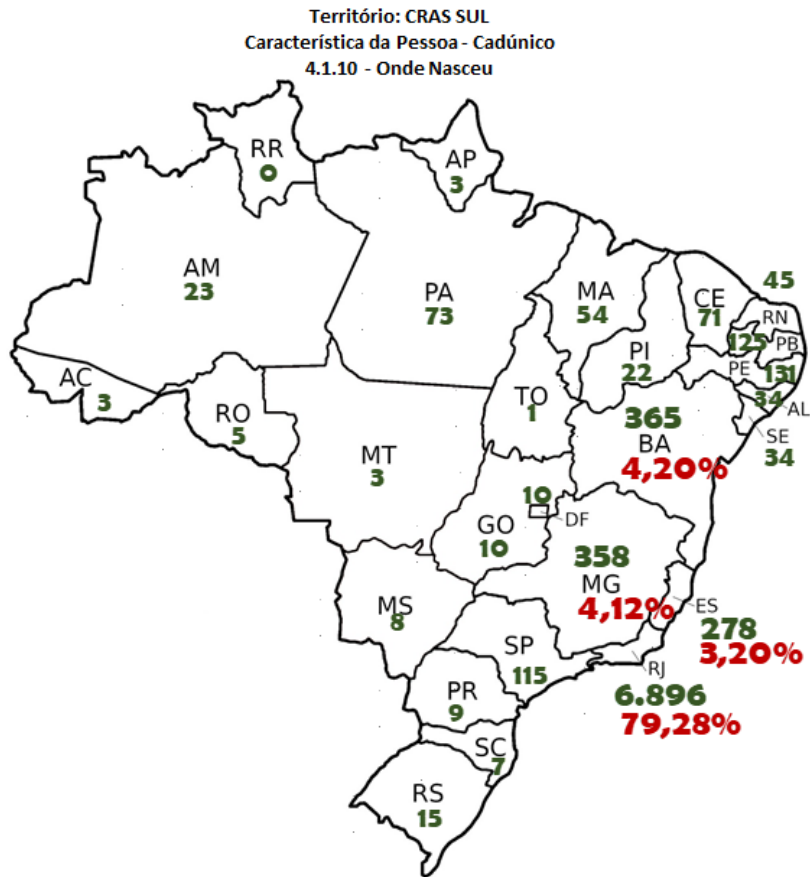


De acordo com os dados do Censo do IBGE, na década de 2000-2010 ocorreu uma explosão demográfica no município, em função da atividade de exploração do petróleo na região, justificando-se assim a característica de população migrante que o município possui.

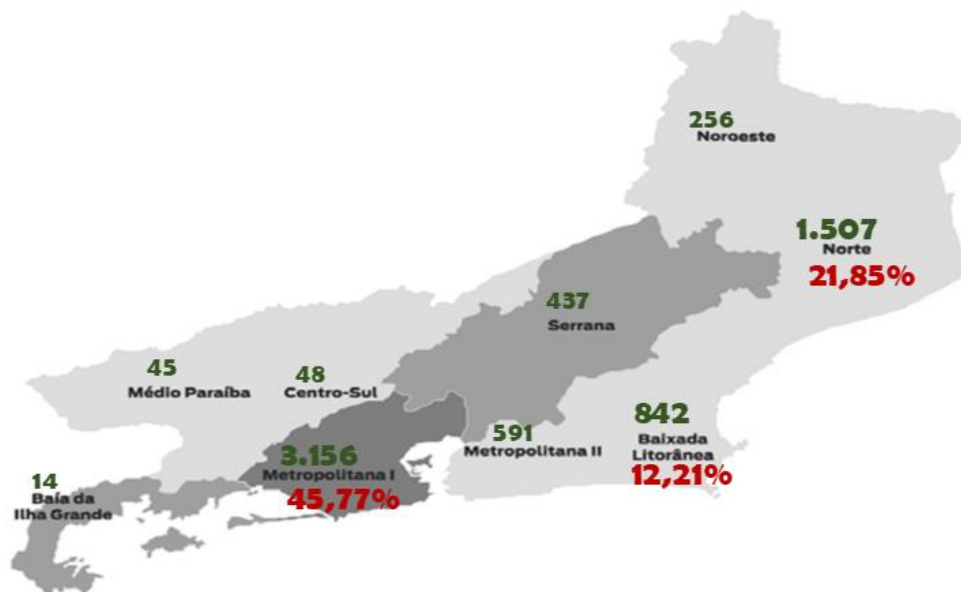
Observando o mapa a seguir, identifica-se que grande parte das pessoas cadastradas no CadÚnico na Região Sul nasceu em diversas Regiões de nosso país, destacam-se os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Dos que informaram **nascer em outro município** percebe-se no mapa do Estado do Rio de Janeiro, que grande parte dos moradores que formam a população neste território veio da Região Metropolitana, correspondendo a **45,77%** do total.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Tabela a seguir apresenta das regiões do estado do Rio de Janeiro com os respectivos municípios de abrangência:

Regiões	Municípios
Baía da Ilha Grande	Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba
Baixada Litorânea	Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema
Centro-Sul	Areal, Comendador Levu Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty de Alferes, Sapucaia, Três Rios, Vassouras, Paracambi
Médio Paraíba	Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Volta Redonda
Metropolitana I	Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São João de Meriti, Seropédica
Metropolitana II	Itaboraí, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim
Noroeste	Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje de Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Uba, Varre e Sai
Norte	Campos de Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra
Serrana	Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro,

No que se refere às características das pessoas da Região Sul, com relação ao **registro civil de nascimento**, identifica-se que a maioria das pessoas possui sua certidão, perfazendo o total de **97,61%** e que **2,39%**, foi registrada em cartório, porém, não possuía a Certidão de Nascimento no ato do cadastramento no sistema.

#### 4.1.11 - Nascimento registrado em cartório

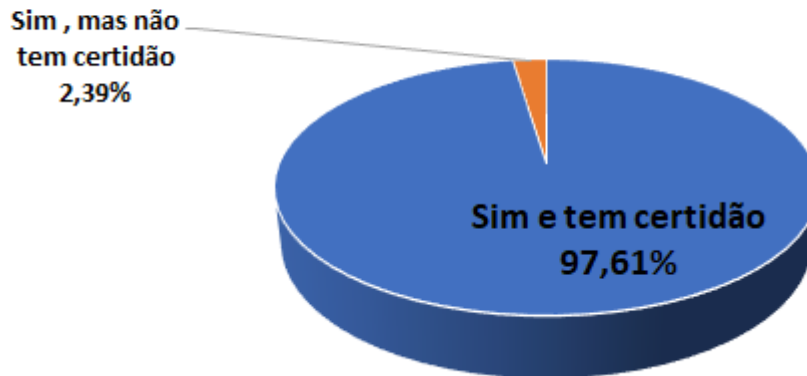
Registro em cartório	Quantidade	%
Sim e tem certidão	10.373	97,61%
Sim , mas não tem certidão	254	2,39%
<b>Total</b>	<b>10.627</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do Cadúnico, ref.: Março/2021

Com a finalidade de erradicar totalmente as demandas de Sub-registro de Nascimento e de Ampliar o acesso à Documentação Básica (Registro Geral- RG, Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e Carteira de Trabalho, em 19 de março de 2021 foi instituído o Comitê Gestor Municipal do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação Básica no município de Rio das Ostras.



Território: CRAS SUL  
Característica da Pessoa - Cadúnico  
4.1.11 - Nascimento registrado em cartório



Ainda que no Cadastro Único o percentual de pessoas registradas em cartório, sem certidão, seja de 2,39% sabe-se que o número de sub-registro e de pessoas sem documentação básica em nosso país apresenta taxas elevadas. Considerando o Mapa da Invisibilidade no Brasil, na Região Sudeste há um número elevado que corresponde a mais de um milhão de pessoas.

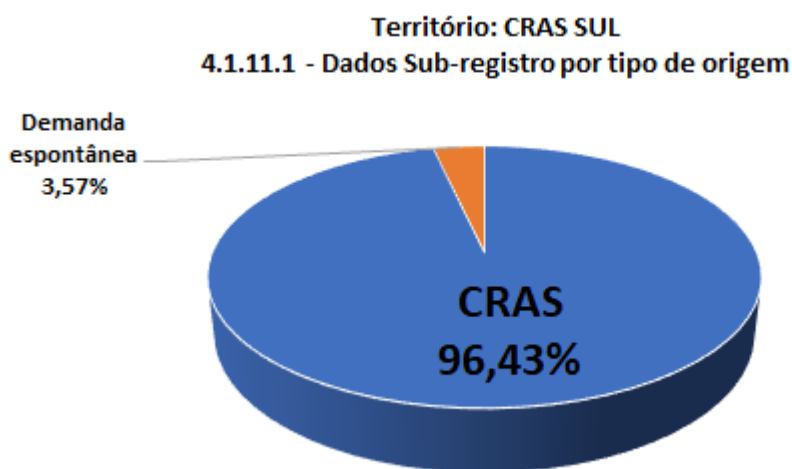


Fonte: <https://estudio.r7.com/os-invisiveis-10082020> (2021)



Nesse contexto, percebe-se o quanto são importantes as ações desenvolvidas pelo Comitê de sub-registro no município de Rio das Ostras, para a superação desta realidade. O Comitê de sub-registro terá a finalidade de planejar, implementar e monitorar ações para a erradicação do sub-registro civil de nascimento e ampliar o acesso à documentação básica no Município de Rio das Ostras. O Comitê já se encontra em ação, visando garantir a mobilidade e capilaridade da rede de atendimento, de modo que permita maior acesso da população às diversas políticas públicas existentes.

Nos atendimentos realizados pela equipe de Sub-registro por tipo de Origem, na Sede da secretaria foram atendidas até a presente data o quantitativo de **28 pessoas**, identifica-se que a maioria das demandas ocorreram de maneira espontânea e a partir dos encaminhamentos. Podemos perceber no demonstrativo a seguir que 96,43% foram encaminhamentos realizados pelos CRAS.



Ainda em relação as demandas apontadas nos atendimentos do sub-registro, por tipo de Certidão identifica-se que a maioria dos requerimentos realizados pelas pessoas atendidas foi para se ter acesso a **certidão de nascimento** com a primeira e segunda via, correspondendo a um total de **67,86%**.



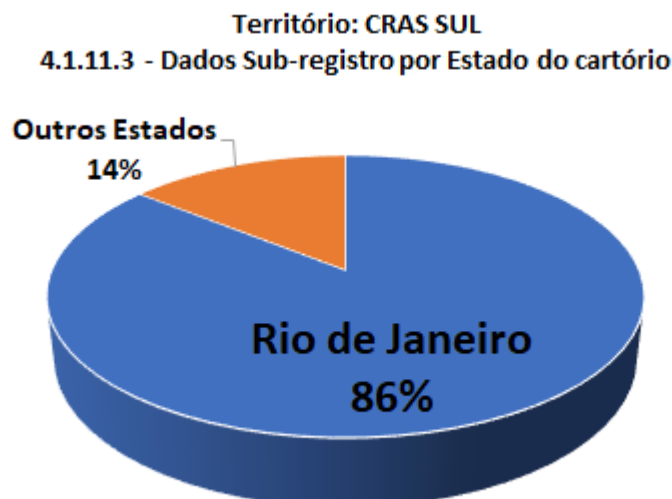


#### 4.1.11.2 - Dados Sub-registro - por tipo de certidão

Origem	Quantidade	%
Nascimento	19	67,86%
Casamento	8	28,57%
Óbito	1	3,57%
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100%</b>

Fonte: Comitê de sub-registro, ref.: Novembro/2021

O gráfico a seguir apresenta os dados do Sub-registro por estado, de modo que, identifica-se que a maioria dos atendimentos **86%** foram de pessoas que vieram de diversas cidades do Estado do Rio de Janeiro, enquanto **14%** corresponde à porcentagem de pessoas provenientes de outros estados.



Outra variável tratada em relação as características das pessoas da Região Sul, retrata o perfil dos usuários e se os mesmos **têm alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais**, conforme registro da tabela abaixo:

#### 4.1.12 - Pessoa com deficiência

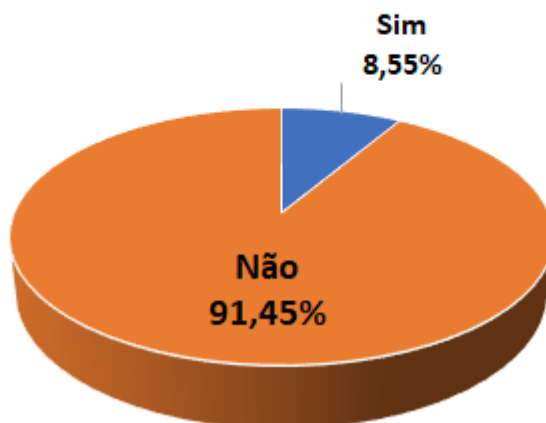
Deficiência	Quantidade	%
Sim	909	8,55%
Não	9.718	91,45%
<b>Total</b>	<b>10.627</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base da dados do Cadúnico, ref.: Março/2021



Observa-se a partir dos números apresentados que do total de pessoas cadastradas no CadÚnico na Região Sul **9.718 (91,45%)** não possuem deficiência e que **909 (8,55%)** declaram possuir alguma deficiência.

**Território: CRAS SUL**  
**Característica da Pessoa - CadÚnico**  
**4.1.12 - Pessoa com deficiência**



Ao analisar o quantitativo de 909 pessoas que se declararam deficientes no ato do cadastramento junto ao CadÚnico, foi possível relacionar na variável abaixo os seguintes tipos de deficiência:

**4.1.13 - Tipo de deficiência**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Deficiência física	362	39,82%
Transtorno/doença mental	142	15,62%
+ de um tipo de deficiência	142	15,62%
Deficiência mental ou intelect	89	9,79%
Baixa visão	69	7,59%
Surdez severa/profunda	44	4,84%
Cegueira	31	3,41%
Surdez leve/moderada	19	2,09%
Síndrome de Down	11	1,21%
<b>Total</b>	<b>909</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021

Em relação ao tipo de deficiência, é possível observar na Tabela acima que a maioria 39,82% possui deficiência física.





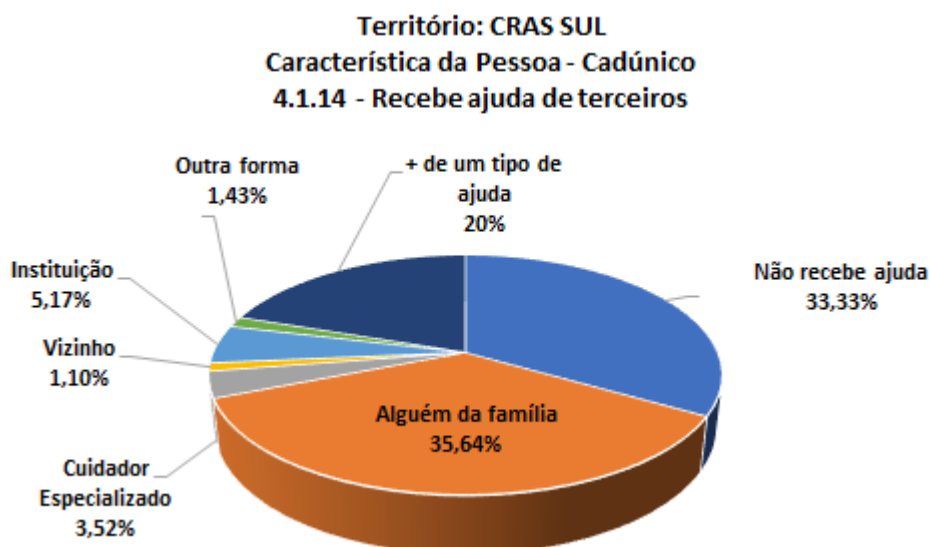
Quando indagados no ato da entrevista se a pessoa com deficiência recebia ajuda de terceiros, identificou-se que grande parte recebe ajuda de alguém da **própria família (35,64%)** e que **(33,33%) não recebe ajuda** de terceiros para cuidar da pessoa com deficiência em seu contexto familiar.

#### 4.1.14 - Recebe ajuda de terceiros

Tipo	Quantidade	%
Não recebe ajuda	303	33,33%
Alguém da família	324	35,64%
Cuidador Especializado	32	3,52%
Vizinho	10	1,10%
Instituição	47	5,17%
Outra forma	13	1,43%
+ de um tipo de ajuda	180	19,80%
<b>Total</b>	<b>909</b>	<b>100%</b>

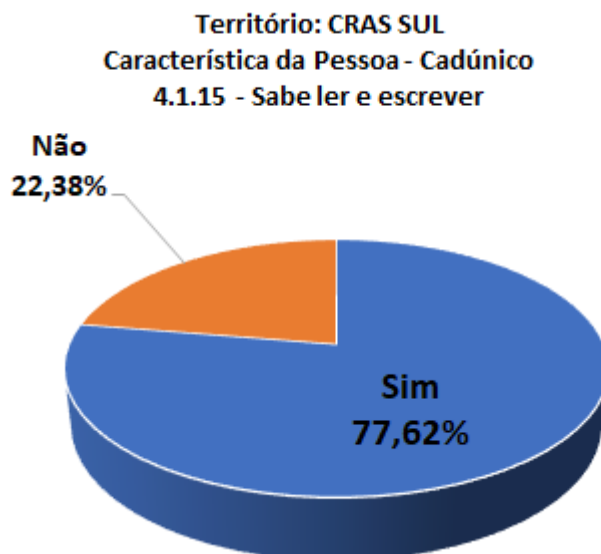
Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021

Considerando que a maioria das famílias cadastradas no CadÚnico apresenta perfil socioeconômico vulnerável, identifica-se que grande parte das famílias que possui pessoas com deficiência em sua composição, não apresenta condição de pagar por um cuidador especializado para atuar no domicílio.





Ao tratar da característica da pessoa da Região Sul cadastrada no CadÚnico em relação a **saber ler ou escrever**, apresenta-se um quantitativo de **8.249 (afirmando que “sim”)** e **2.378 (afirmando que “não”)**. Dessa forma, a maioria das pessoas cadastradas na Região Sul declara saber ler e escrever, conforme retratado estatisticamente abaixo:



Do total de pessoas com mais de 6 anos cadastradas que não sabem ler, a maioria está na faixa etária entre **7-17 anos** o que equivale a **615 crianças e adolescentes**; na faixa etária de **18 - 59 anos** apresenta-se o equivalente **224 pessoas** e na faixa etária de **60 anos** ou mais o equivalente **182 pessoas**. Nesse sentido, o público entre crianças, adolescentes, adultos e idosos que não sabem ler, totaliza **1.021 pessoas**.

#### 4.1.16 - Pessoas com mais de 6 anos que não sabem ler e escrever

Faixa etária	Quantidade	%
7 a 17 anos	615	60,24%
18 a 59 anos	224	21,94%
+ 60 anos	182	17,83%
<b>Total</b>	<b>1.021</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021

No que se refere à característica da pessoa cadastrada no cadúnico, quanto ao **grau de instrução**, observa-se na tabela a seguir, que a maioria dos cadastrados possui Ensino Fundamental incompleto, totalizando 2.478 pessoas, representando



**36,49%** do total. A faixa etária predominante nesse grupo, é entre 40 e 59 anos, idade economicamente ativa.

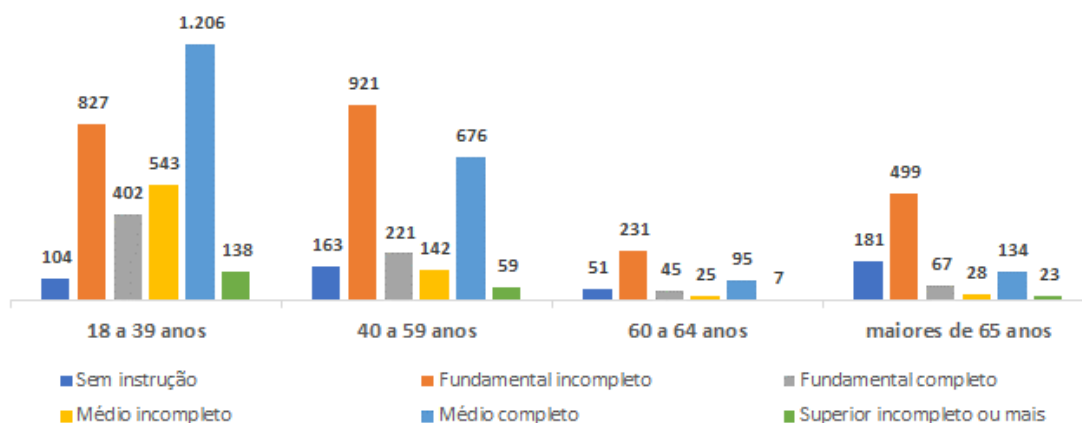
#### 4.1.17 - Grau de instrução - Maiores de 18 anos por faixa etária

Descrição	Faixa etária				Total	%
	18 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a 64 anos	maiores de 65 anos		
Sem instrução	104	163	51	181	499	7,35%
Fundamental incompleto	827	921	231	499	2.478	36,49%
Fundamental completo	402	221	45	67	735	10,82%
Médio incompleto	543	142	25	28	738	10,87%
Médio completo	1.206	676	95	134	2.111	31,09%
Superior incompleto ou mais	138	59	7	23	227	3,34%
Não informado	-	2	-	-	2	0,03%
<b>Total</b>	<b>3.220</b>	<b>2.184</b>	<b>454</b>	<b>932</b>	<b>6.790</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do Cadúnico, ref.: Março/2021

O gráfico em barras a seguir, apresenta ainda um detalhamento da variável que trata do **grau de instrução, das pessoas maiores de 18 anos por faixa etária**, nota-se na demonstração das barras, que nas faixas etárias mais jovens (**de 18 a 39 anos**) o grau de instrução apresenta-se mais elevado, e o total de pessoas que **concluíram o ensino médio nessa faixa etária corresponde a 1.206 pessoas**.

Território: CRAS SUL  
Característica da Pessoa - Cadúnico  
4.1.17 - Grau de instrução - Maiores de 18 anos por faixa etária

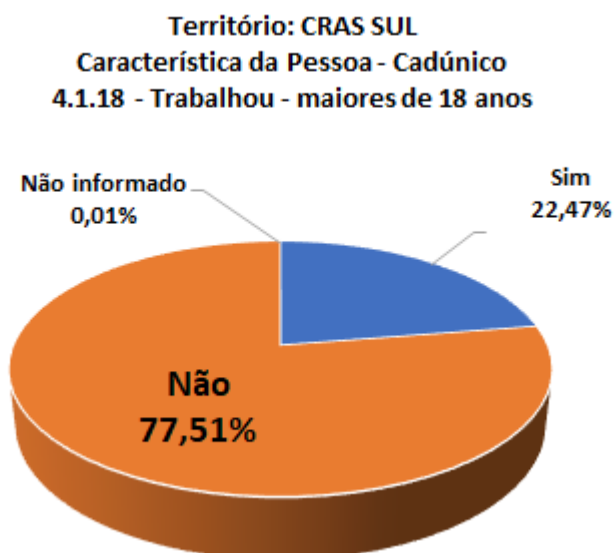


Nas faixas etárias **entre 40 a 59 anos, 60 a 64 e maiores de 65 anos**, pode-se identificar que o grau de instrução mais elevado corresponde ao **fundamental incompleto**. Tal fator torna-se um dificultador no processo de acesso ao mercado de trabalho formal por parte da população em idade economicamente ativa, uma vez que a conclusão do Ensino Médio, tem sido a exigência básica em diversos locais.



Quanto ao bloco Trabalho e Remuneração do CadÚnico, a variável que pergunta se a pessoa maior de 18 anos de idade **trabalhou na semana anterior**, foi identificado que, de um total de **6.790 pessoas** que se encontram nesta faixa etária, há **5.263 pessoas (77,51%) que não estavam trabalhando**, **1.526 pessoas (22,47) que estavam trabalhando e somente 1 pessoa (0,01%) não informou**.

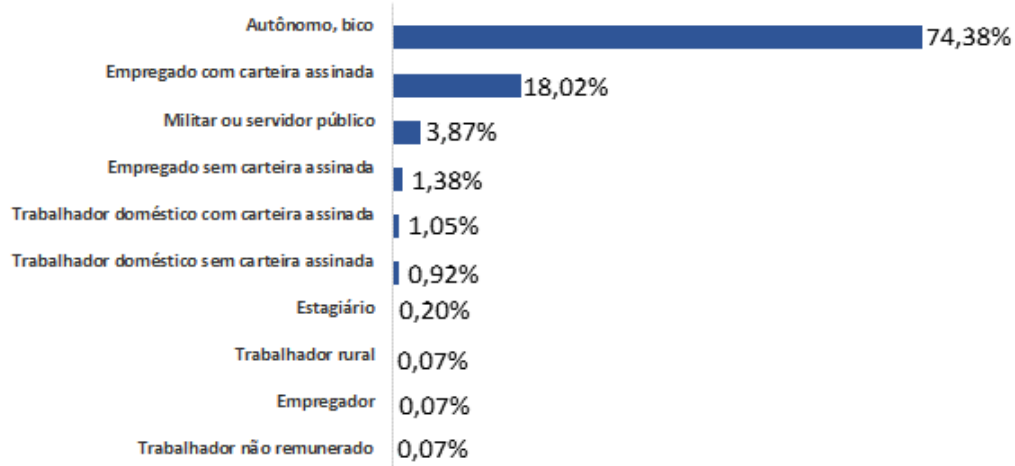
O percentual de **77,51%** evidencia um número bastante relevante de pessoas do CadÚnico da Região Sul **que não estavam trabalhando** até a semana anterior da efetivação do cadastro, o **desemprego** fica evidenciado claramente como uma questão social a ser pensada pela gestão pública do município para este território.



Do grupo de pessoas que estava trabalhando identifica-se, conforme demonstrado no gráfico de barras abaixo, que **74,38%** das pessoas trabalharam como autônomos e **18,02% das pessoas** declararam estar empregados com carteira assinada.



Território: CRAS SUL  
Característica da Pessoa - Cadúnico  
4.1.19 - Trabalhou - Função Principal



Com os dados demonstrados verifica-se que a maioria das pessoas possui como ocupação principal a atividade de **autônomo**, e que desenvolvem as mesmas por conta própria e/ou como bicos informais. O valor percentual apresentando evidencia que o subemprego na Região Sul se apresenta de forma predominante.

### Caracterização da população em situação de rua no sistema do Cadúnico de Rio das Ostras

Definir o perfil das pessoas que vivem em situação de rua torna-se um grande desafio para a equipe de vigilância da SEMAS, visto que, são múltiplos os fatores que determinaram essa condição de rua e devido à vasta heterogeneidade desse público. Nesse sentido, o **CadÚnico** torna-se a ferramenta mais eficiente para a identificação de variáveis que apontam características dos mesmos.

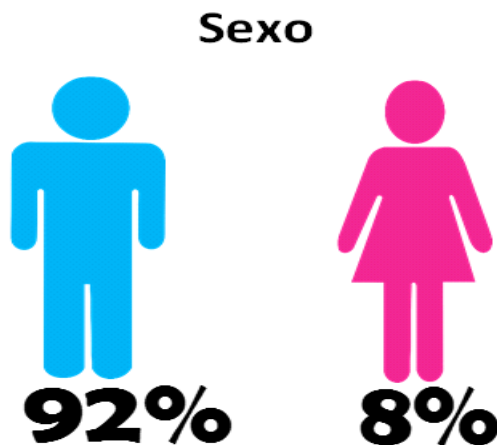
Considerando dados do Censo SUAS, houve um aumento significativo da população em situação de rua, passando de **139%** de setembro de **2012** a março de **2020**. Sabe-se que a população em situação de rua é invisibilizada em grande parte dos espaços que ocupam e que ainda muitos são os entraves para o acesso à alimentação, à higiene pessoal e a local adequado para repouso.

Das pessoas em **situação de rua cadastradas no CadÚnico** no Município de Rio das Ostras, identifica-se que a maioria se encontra concentrada no território da

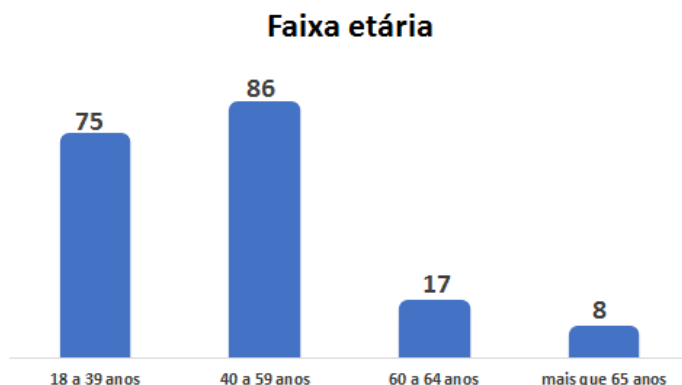




Região Central. São **186 pessoas** que declararam estar em situação de rua e destes, no que se refere ao gênero, **92%** são homens e **8%** são mulheres.



Em relação à faixa etária das pessoas em **situação de rua cadastradas no CadÚnico**, identifica-se que grande parte se encontra com idade entre 18 – 59 anos, período altamente produtivo para todos os indivíduos adultos de nossa população. Nesse contexto, a média de idade dos indivíduos que vivem na rua corresponde a 44 anos.



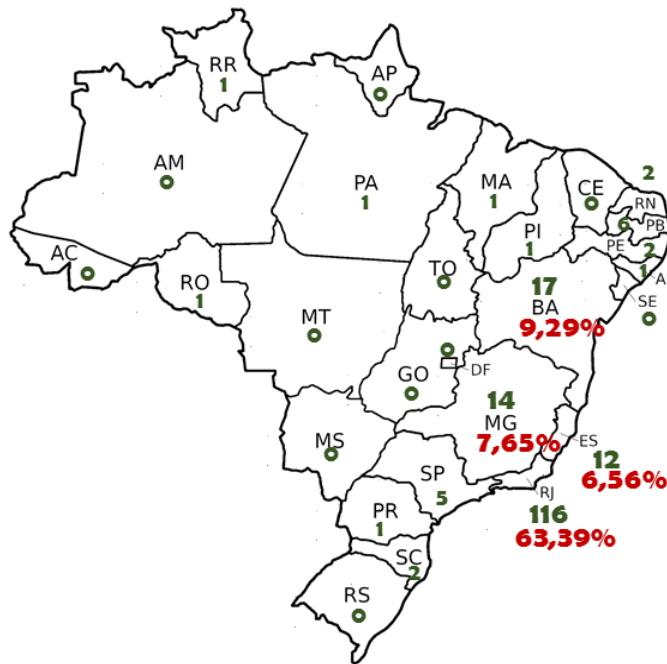
Quanto à variável da **Raça**, é possível identificar que **41,94%** das pessoas em situação de rua informaram ser da **raça parda**, **38,17%** da **raça branca**, **18,82%** de **raça preta** e **1,08%** da **raça amarela**.

Quando considerado o local de nascimento das pessoas em situação de rua, identifica-se que **98,38%** nasceram em outro município, **0,54%** nasceram neste município, **0,54%** nasceram em outro país e **0,54%** não informaram.

Das 186 pessoas em situação de rua 1 informou que nasceu em outro país, no caso a Argentina.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Como já se demonstrou em números anteriores, sabe-se que o município de Rio das Ostras é constituído por maioria de migrantes, essa migração frequente, permanente ou temporária, traz consigo ainda mais variações do perfil da população de rua, que se subdivide em: transeuntes, pessoa em situação de rua e morador de rua. Esse último, em número muito pequeno, se comparado as duas condições anteriores.

Considerando que o município é cortado por uma rodovia de acesso a municípios próximos, não são poucos os que passam e ficam por pouco tempo nas ruas. Alguns outros, migram com o intuito de inserção no mercado de trabalho e se consolidando essa condição, saem da condição de rua.

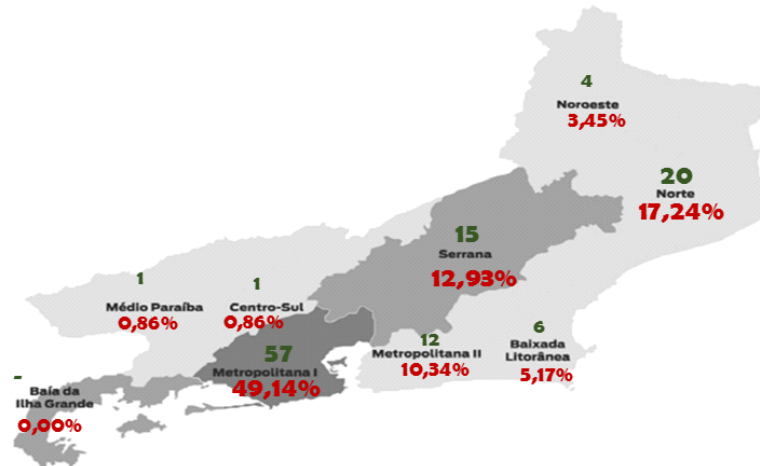
Nos primeiros meses da pandemia da COVID-19 em 2020, percebeu-se uma diminuição no número de pessoas em situação de rua. Essa análise foi possível por meio do monitoramento dos dados estatísticos da Proteção Especial realizado pela Vigilância. Essa realidade foi demonstrada por meio dos atendimentos realizados no CREAS, nos encaminhamentos para o Dormitório/Albergue Casa do Sorriso e nas Abordagens Sociais noturnas.

Conforme relatos das pessoas em situação de rua que permaneceram no município, identificou-se que um número significativo utilizou o Benefício Emergencial concedido pelo Governo Federal para custear o retorno às suas cidades de origem, e outros realizaram a locação de imóveis compartilhados. Estes aspectos surpreenderam





a gestão da SEMAS, uma vez que a política de assistência social municipal se preparou para o aumento desta demanda durante a pandemia, desse modo, reordenou o dormitório/albergue Casa do Sorriso com ampliação das vagas de 25 para 33 pessoas no acolhimento com pernoite.



Dos que informaram que **nasceram em outro município**, percebe-se no mapa do Estado do Rio de Janeiro, que grande parte das pessoas em situação de rua neste território vieram da Região Metropolitana e Norte.

No ano de 2021, após algumas medidas de flexibilização e da vacinação, foi observado o evidente aumento do retorno das pessoas em vivência de rua em nosso município. O dormitório/albergue Casa do Sorriso apresenta, de forma contínua, sua capacidade de lotação máxima e os números das abordagens sociais também demonstram essa realidade.

Ao considerar-se a condição de 100% das pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico em Rio das Ostras, identifica-se que desse total **75%** tem certidão registrada em cartório e **25%** não possuíam certidão.

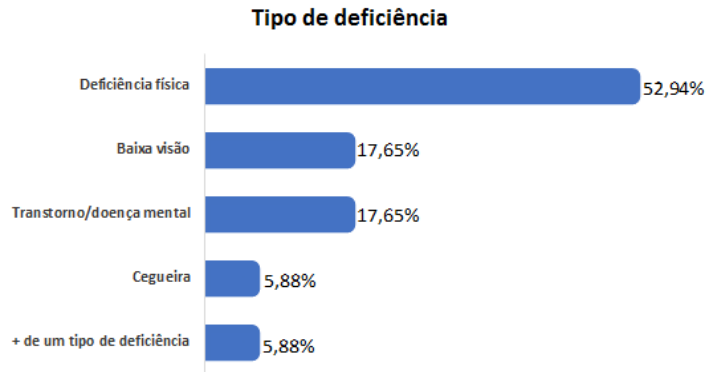
A falta de documentação tem implicações na vida de muitos cidadãos, que vão desde dificuldades para a obtenção de empregos formais, acesso a direitos, políticas públicas (serviços e programas) e à cidadania de maneira geral.

Em relação à questão que tratou sobre ler e escrever, **169 pessoas** em situação de rua responderam que sabem ler e escrever e **17 pessoas** responderam que não sabem.

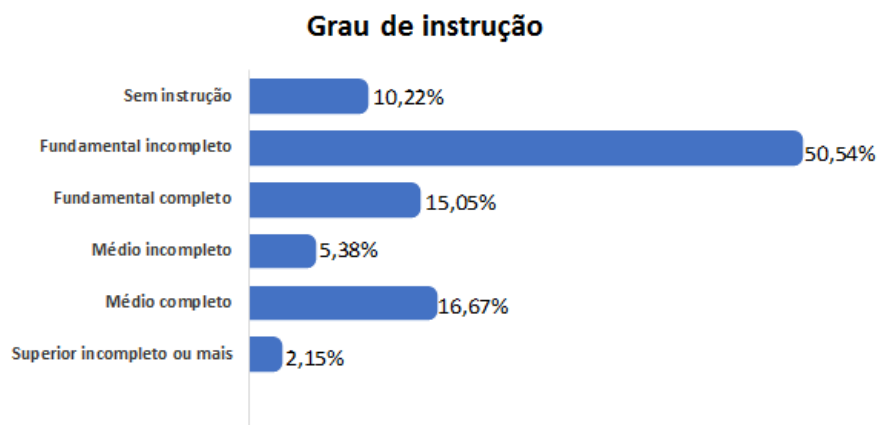
Outra variável tratada em relação às características das pessoas em situação de rua no município, questiona se os mesmos **têm alguma deficiência permanente que limite suas atividades habituais**. Das **186 pessoas** em situação de rua, registradas



no CadÚnico em Rio das Ostras, **169 pessoas** não possuem deficiência e **17 pessoas** possuem deficiência. Conforme apresentado no gráfico abaixo identificados em percentuais estes números.



Em relação ao grau de instrução percebe-se que a maioria das pessoas em situação de rua declararam possuir fundamental incompleto **50,54%**.



Nota-se que grande parte desta população teve pouco acesso aos meios de educação formal, existindo, todavia, pessoas com maior escolaridade (médio completo e ensino superior) que também se encontram em situação de rua no município.

Ao serem questionados sobre os motivos que levaram à situação de rua **57,53%**, citaram mais de um motivo. Os mais citados pelos próprios usuários foram: **desemprego - 112 vezes, problemas familiares - 88 vezes, trabalho - 47 vezes, alcoolismo - 45 vezes, perda de moradia - 36 vezes, outro motivo -15 vezes, ameaça -8 vezes e tratamento de saúde - 2 vezes.**

Quando questionados se estabeleciam contato com parentes fora da condição de rua, **60,22%** responderam **ter contato com familiares**, esse número, demonstra a

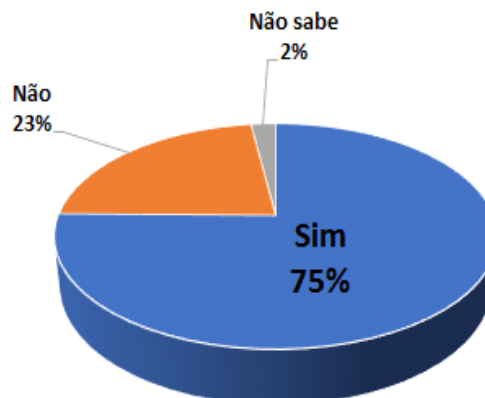


necessidade de se reconsiderar a conhecida tese de que as pessoas em situação de rua perderam o contato com os familiares ou vínculos muito frágeis. O rompimento dos vínculos familiares se constitui como fator determinante para ida as ruas em **39,78% das pessoas entrevistadas**, onde as mesmas responderam **não ter contato com seus familiares**.



Quando indagados se já tiveram emprego com carteira assinada, identificou-se que **75%** das pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico, declararam que **“sim”**, **23%** declararam que **“não”** e **2%** responderam **“não saber”**.

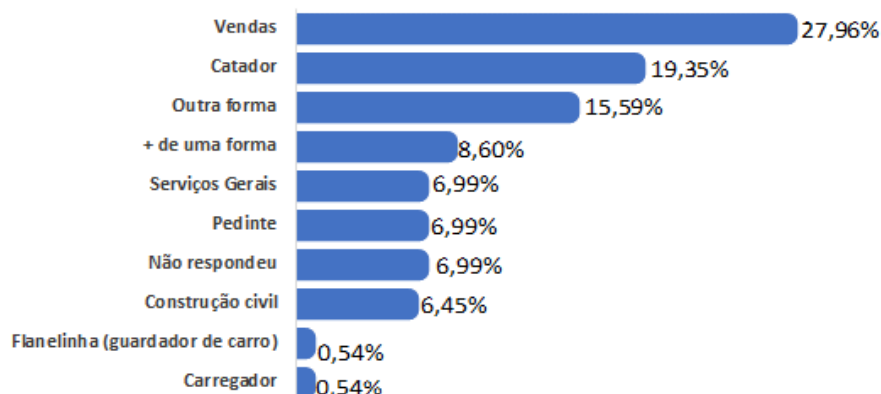
**Teve emprego com carteira assinada?**



Outra indagação realizada na entrevista com as pessoas que vivem em situação de rua no ato do cadastramento no CadÚnico, foi de **“como ganha o dinheiro na rua?”**. Das 186 pessoas cadastradas, **27,96%** relataram que ganham dinheiro com **vendas**, comercializando diversos produtos, **19,35%** declararam ser catadores, os demais se encontram descritos no gráfico a seguir.



### Como ganha dinheiro na rua?



Contrariando a imagem comumente difundida, constitui-se em número mais baixo (**6,99%**), aqueles que pedem dinheiro como meio de sobrevivência. Esse dado torna-se muito importante, pois, desmistifica o conceito de que toda a população em situação de rua seja composta por “mendigos” ou “pedintes”.

### Características gerais dos domicílios conforme CadÚnico no território da Região SUL.

Outro bloco do CadÚnico que foi considerado, refere-se às **características do domicílio na Região Sul**. A primeira variável deste bloco destaca o local de moradia das famílias cadastradas no sistema.

#### 4.2.1 - Situação do domicílio

Situação	Quantidade	%
Urbana	4.085	99,30%
Rural	26	0,63%
Não informada	3	0,07%
<b>Total</b>	<b>4.114</b>	<b>100%</b>

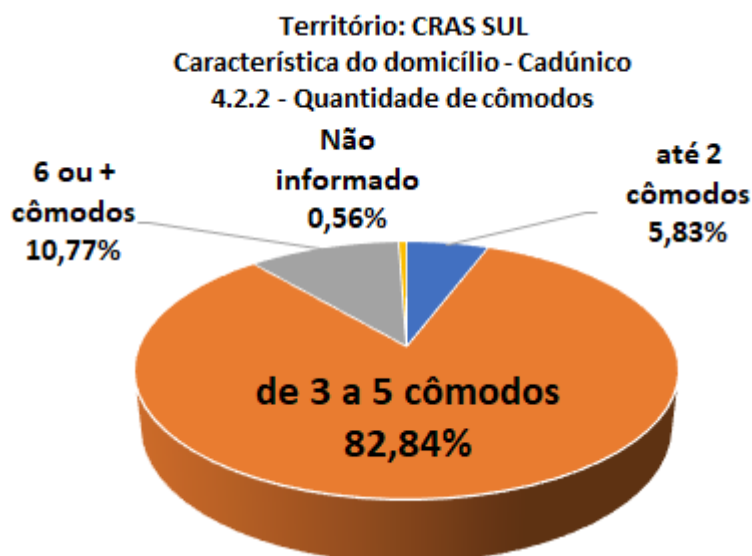
Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021

A maioria dos processos de povoamento de uma região tende a se estruturar próximo das áreas centrais. No município de Rio das Ostras não foi diferente, pois, a localização geográfica de grande parte dos domicílios das famílias cadastradas no CadÚnico está situada na Região urbana. Nesse território as áreas consideradas rurais referem-se às regiões de sítios e fazendas existentes neste perímetro.



Em relação às características dos **4.114 domicílios** na Região Sul, **99,30%** é correspondente a área urbana, **0,63%** área rural e **0,07%** não informou.

Quanto ao número de **cômodos dos domicílios**, temos **240** com até 2 cômodos; **3.408** possuem de 3 a 5 cômodos e **443** possuem 6 ou mais cômodos e 23 constam sem informação no sistema.



Nesse contexto, visualizou-se que a maioria dos domicílios da Região Sul cadastrados no CadÚnico possui de 3 a 5 cômodos, correspondendo ao percentual de **82,84%**.

Em relação à **espécie do domicílio**, identificou-se que **4.091** são domicílios particulares e permanentes; **12** são particulares e improvisados; **08** são coletivos e **03** não informaram.

#### 4.2.3 - Espécie do domicílio

Espécie	Quantidade	%
Particular permanente	4.091	99,4%
Particular improvisado	12	0,3%
Coletivo	8	0,2%
Não informado	3	0,1%
<b>Total</b>	<b>4.114</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021





No que se refere ao **material predominante no piso dos domicílios** da Região Sul cadastrados no CadÚnico temos **3.681** feitos de Cerâmica, lajota ou pedra; **344** de Cimento; **46** de Madeira aparelhada/aproveitada; **23** não informados; **07** feitos de terra; **06** feitos de carpete; **05** feitos de madeira aproveitada; **02** feitos de outro material; Na tabela a seguir estão os percentuais correspondentes a estes valores:

#### 4.2.4 - Material predominante no piso do domicílio

Piso	Quantidade	%
Cerâmica, lajota ou pedra	3.681	89,5%
Cimento	344	8,4%
Madeira aparelhada	46	1,1%
Não informado	23	0,6%
Terra	7	0,2%
Carpete	6	0,1%
Madeira aproveitada	5	0,1%
Outro material	2	0,05%
<b>Total</b>	<b>4.114</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021

Em relação ao material predominante na construção das paredes externas dos domicílios da Região Sul cadastrados no CadÚnico, identifica-se que **3.644** tem a alvenaria/tijolos como revestimento, correspondendo a **88,6%** do total. Outras características se encontram descritas no quadro abaixo:

#### 4.2.5 - Material predominante nas paredes externas do domicílio

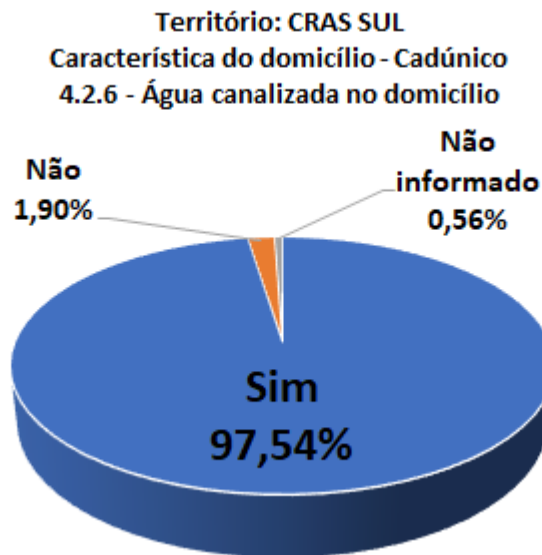
Parede	Quantidade	%
Alvenaria/tijolo com revest	3.644	88,6%
Alvenaria/tijolo sem revest	436	10,6%
Não informado	23	0,6%
Taipa não revestida	5	0,1%
Madeira aparelhada	4	0,1%
Outro material	2	0,05%
<b>Total</b>	<b>4.114</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021

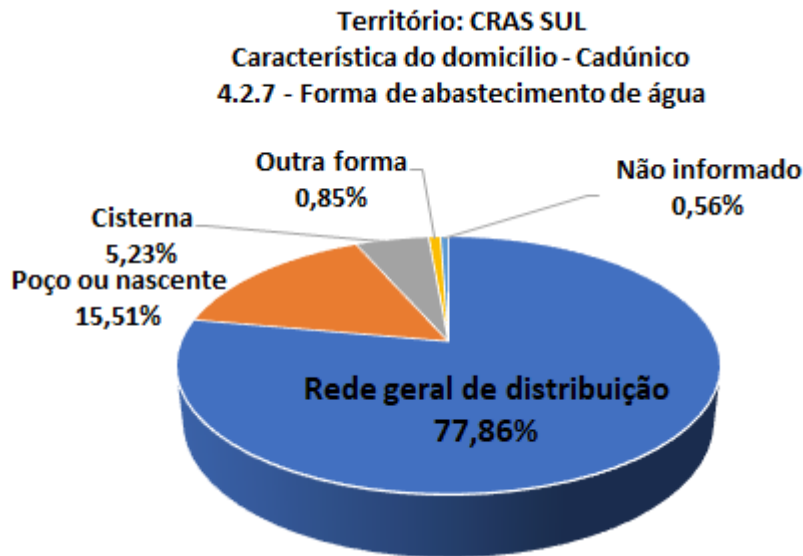




Ao serem indagados no ato do cadastro no CadÚnico sobre o fato de terem **água canalizada** em seu domicílio, **4.013** pessoas relataram que “**sim**” (tinham água canalizada em seu domicílio); **78** relataram que “**não**” (não tinham água canalizada em seu domicílio) e **23** constavam no cadastro sem informação.



Outra variável do CadÚnico a ser considerada está relacionada à **forma de abastecimento de água utilizada nos domicílios** das famílias cadastradas. Identificou-se que **3.203** domicílios são abastecidos através da **Rede geral de distribuição**; **638** domicílios são abastecidos através de **poço ou nascente**; **215** domicílios são abastecidos através **Cisterna**; **35 possuem outra forma** de abastecimento e **23 constam sem informação** no cadastro.



Das características dos domicílios na Região Sul conforme o CadÚnico relativo à **Existência de Banheiro ou Sanitário**, verificou-se que: **99,20% informam que “sim”** (possuem banheiro ou sanitário em seu domicílio); **0,24% informam que “não”** (não possuíam banheiro sanitário em seu domicílio) e **0,56%** (constam sem informação no sistema).

#### 4.2.8 - Existência de banheiro no domicílio

Banheiro	Quantidade	%
Sim	4.081	99,20%
Não	10	0,24%
Não informado	23	0,56%
<b>Total</b>	<b>4.114</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021

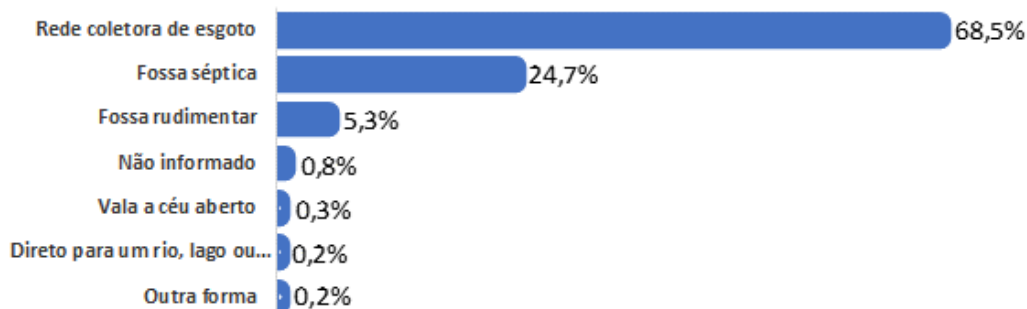
Verifica-se com os números acima que a maioria dos domicílios da Região Sul possui banheiro e/ou sanitário. Considerando os domicílios que não possuem banheiro a gestão da SEMAS realizou uma busca ativa recente com os orientadores do CadÚnico para mapear de maneira efetiva a informação declarada no ato do cadastro, com objetivo de traçar estratégias/parcerias para viabilizar a construção de sanitários nos domicílios das referidas famílias.

Considerando as características dos domicílios na Região Sul conforme o CadÚnico, no que tange a como é **feito o escoamento do banheiro ou sanitário**, verificou-se que **1.015** domicílios possuem fossa séptica; **2.817** domicílios têm acesso a rede coletora de esgoto; **219** domicílios possuem fossa rudimentar; **33** não informam;



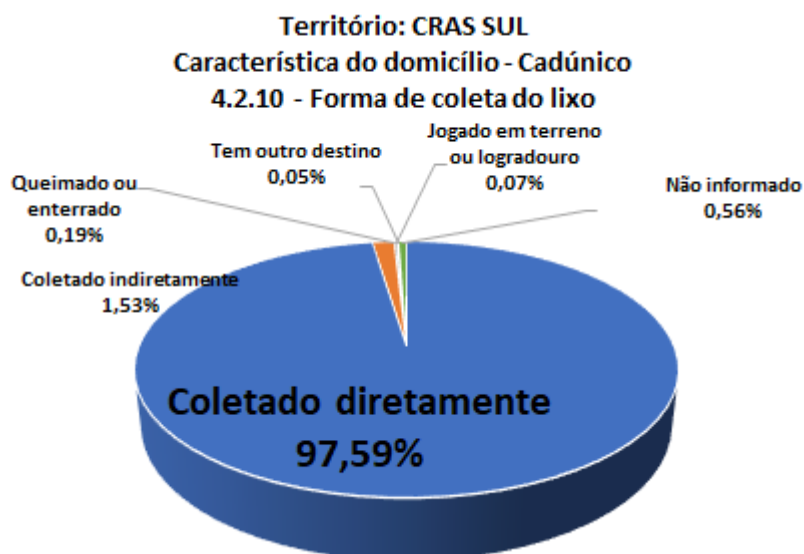
**10** domicílios jogam direto para um rio, lago ou mar; **12** domicílios jogam em vala a céu aberto e **8** domicílios possui outra forma.

Território: CRAS SUL  
Característica do domicílio - Cadúnico  
4.2.9 - Forma de escoamento sanitário



Percebe-se que o somatório dos percentuais dos domicílios quanto à fossa rudimentar e quanto à fossa séptica, totalizam um valor de **30%** dos domicílios, sinalizando que os mesmos não possuem rede coletora de esgoto formalmente estruturada.

Visualizando a variável que trata das características dos domicílios na Região Sul conforme o CadÚnico em relação à **forma de coleta do lixo do seu domicílio**, identificou-se os seguintes percentuais numéricos: **97,59%** é coletado diretamente; **1,53%** é coletado indiretamente; **0,19%** são queimados ou enterrados; **0,07%** são jogados em terrenos ou logradouros; **0,05%** tem outro destino; **0,56%** constam sem informação.



Referente às características dos domicílios na Região Sul conforme o CadÚnico em relação **a forma de iluminação utilizada no domicílio das famílias** cadastradas verificou-se que: **3.381** possui iluminação elétrica com medidor próprio; **398** possui iluminação elétrica com medidor comunitário; **253** possui iluminação elétrica de outra forma; **57** estão sem medidor; **23** não informaram e **2** domicílios possuem iluminação com vela.

#### 4.2.11 - Tipo de iluminação

Iluminação	Quantidade	%
Elétrica c/ medidor próprio	3.381	82,18%
Elétrica c/ medidor comunitário	398	9,67%
Outra forma	253	6,15%
Elétrica s/ medidor	57	1,39%
Não informado	23	0,56%
Vela	2	0,05%
<b>Total</b>	<b>4.114</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021

Com relação à variável que trata das características dos domicílios na Região Sul conforme o CadÚnico em relação **existência de calçamento/pavimentação no trecho do logradouro (rua, avenida, etc) em frente ao seu domicílio**, verificamos que: **3.106** domicílios num total de **75,50%** possui calçamento/pavimentação total; **109** domicílios



num total de **2,65%** possui calçamento/pavimentação parcial; 876 domicílios num total de **21,29%** não existe calçamento/pavimentação e **23** domicílios num total de **0,56%** constam sem informação no sistema.

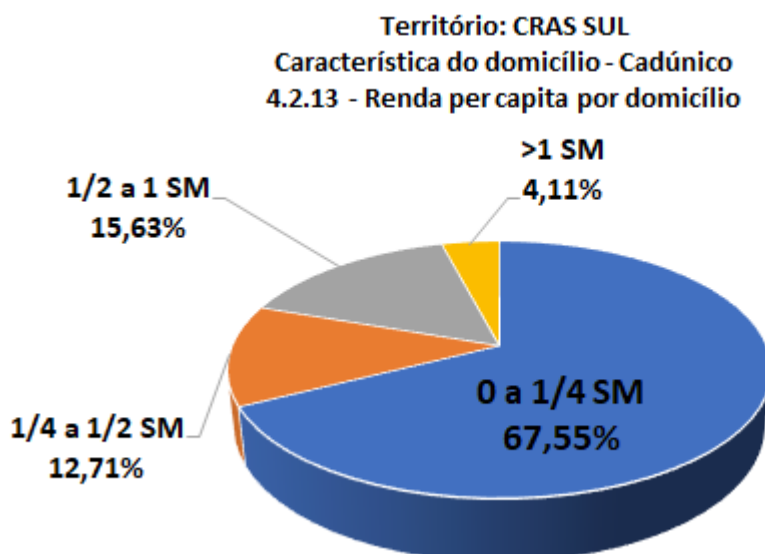
#### 4.2.12 - Calçamento em frente ao seu domicílio

Calçamento	Quantidade	%
Total	3.106	75,50%
Parcial	109	2,65%
Não existe	876	21,29%
Não informado	23	0,56%
<b>Total</b>	<b>4.114</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021

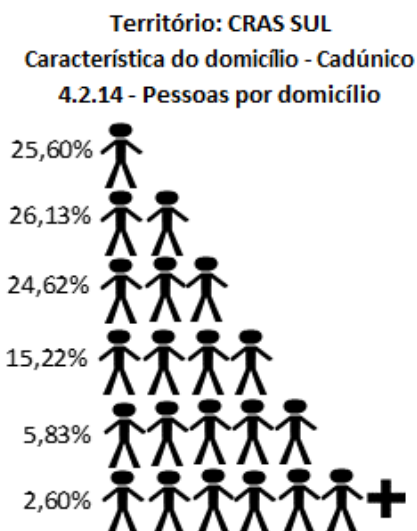
Nesse sentido, os números expostos na tabela anterior retratam que a maioria dos domicílios das famílias da Região Sul cadastradas no CadÚnico possui calçamento/pavimentação no trecho do logradouro (rua, avenida, etc) em frente ao seu domicílio.

Considerando as características dos domicílios na Região Sul conforme o CadÚnico no que tange a **renda per capita por domicílio**, identificou-se que **2.779** famílias possuem renda per capita de **0 a ¼ SM**; **523** famílias possuem renda per capita de **¼ a ½ SM**; **643** famílias possuem renda per capita de **½ a 1 SM** e **169** famílias possuem renda per capita de **>1SM**.





Em relação às características dos domicílios na Região Sul conforme o CadÚnico no que se refere ao **número de pessoas por domicílio** verificou-se que: em **1.053** domicílios as pessoas moram sozinhas; em **1.075** domicílios residem duas pessoas; em **1.013** domicílios residem três pessoas; **626** domicílios residem quatro pessoas; **240** domicílios residem cinco pessoas e **107** domicílios residem seis ou mais pessoas. Os quantitativos descritos podem ser demonstrados por meio de percentuais na ilustração a seguir:



No bloco em que se tratou os dados dispostos no CadÚnico, temos ainda uma última variável considerada que refere-se às **pessoas que moram sozinhas por faixa etária e sexo**. Ao observar os dados descritos no gráfico abaixo, identifica-se que das pessoas que moram sozinhas a **maioria são mulheres idosas**, mas do grupo de pessoas de **18 a 29 anos** tem uma característica diferenciada, onde o maior número é de pessoas do **sexo masculino**.

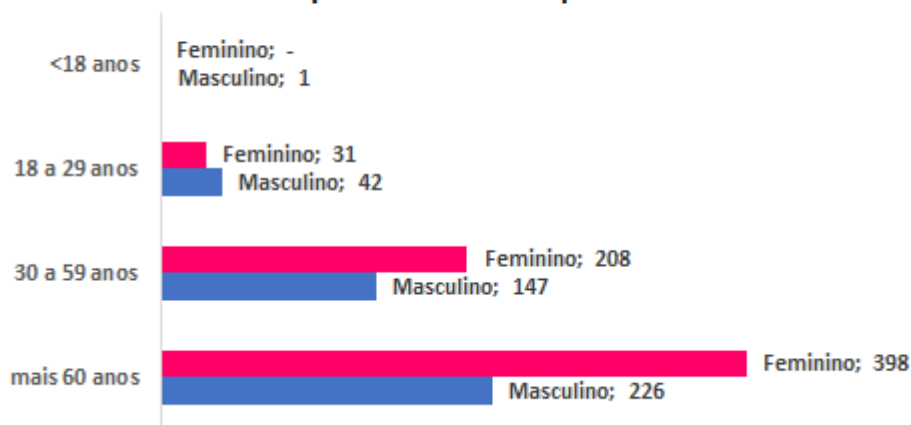




Território: CRAS SUL

Característica do domicílio - Cadúnico

4.2.15 - Pessoas que moram sozinhas por faixa etária e sexo



Confirmando essa característica presente na base de dados do Cadastro Único de Rio das Ostras, consideram-se os dados da PNAD divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrando que, “de 2009 a 2011, 800 mil brasileiros se somaram aos 7 milhões que já moravam sozinhos. O aumento percentual no número de “moradores solitários” foi de **0,7%**. A densidade domiciliar no país apresentou queda, passando de **3,3** para **3,2** moradores em média, por domicílio”.



## Benefícios e Programas de Transferência de Renda

### Benefício de Transferência de Renda Federal – Programa Bolsa Família

Ainda considerando o Sistema do Cadastro Único como referência para análise proposta nesse diagnóstico, reconhece-se que o sistema se tornou o principal instrumento em nosso país para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do **Programa Bolsa Família**, entre outros.

No intuito de viabilizar um melhor atendimento para as famílias que possuem perfil vulnerável, a Gestão da assistência Social oferta o atendimento no CadÚnico, de maneira descentralizada nas unidades dos CRASs. A gestão e coordenação do Sistema fica situada na sede da Secretaria municipal de Assistência Social.

O **Programa Bolsa Família** é um programa de transferência direta de renda, cujo objetivo é contribuir para a superação da pobreza, em três eixos de atuação: Transferência direta de renda às famílias, que permite o alívio imediato da situação de pobreza; Ampliação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência e coordenação com outras ações e com outros programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Recentemente o Governo Federal encaminhou para a Câmara de Deputados uma Medida Provisória- MP, com objetivo de reformular/modernizar e redefinir as diretrizes para um novo Programa de transferência de renda, cujo nome seria “**AUXÍLIO BRASIL**”.

Segundo informações disponibilizadas no site do Ministério da Cidadania, as propostas apresentadas descrevem nove modalidades de benefícios listadas na MP do Auxílio Brasil, que visam à superação da pobreza e à promoção da cidadania plena. As três primeiras formam o núcleo básico do novo programa, enquanto as demais o complementam com ferramentas de inserção socioeconômica. São elas: Benefício Primeira Infância, Benefício Composição Familiar, Benefício de Superação da Extrema Pobreza, Auxílio Esporte Escolar, Bolsa de Iniciação Científica Júnior, Auxílio Criança Cidadã, Auxílio Inclusão Produtiva Rural, Auxílio Inclusão Produtiva Urbana e Benefício



Compensatório de Transição. Foram criadas também as ações de Microcrédito e a Regra de Emancipação. Também na MP, o programa Alimenta Brasil substitui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Até o momento aguarda-se a aprovação dos Deputados e do Senado, para só então os municípios se apropriarem de fato do funcionamento do novo modelo.

Sabe-se que para o grupo de famílias que são atendidas com o Benefício Federal do Programa do Bolsa Família, os valores pagos a cada uma delas variam de acordo com o perfil e característica de cada núcleo familiar.

Identifica-se no quadro a seguir que no território da Região Sul um total de **1.486 famílias recebem os recursos do PBF**, de modo que a maioria das famílias, num total de **46%** recebem valores que variam de **R\$ 90,00 até R\$200,00 reais**. Os valores que serão pagos pelo novo Programa de transferência de Renda “**Auxílio Brasil**”, **estão definidos na portaria número 10.919 de 29 de dezembro de 2021**. Esta normativa define que as famílias do Programa Auxílio Brasil irão receber no mínimo R\$ 400,00 (quatrocentos reais), onde algumas poderão ter complemento com o valor do **auxílio gás de R\$ 50,00** (cinquenta reais). Em relação as famílias que recebiam valores maiores que este, permanecerão recebendo os valores pagos anteriormente pelo PBF.

#### 5.1.1 - Programa Bolsa Família - Valor recebido

Valor em reais	Quantidade	%
até R\$89,00	206	14%
R\$ 90,00 até R\$ 200,00	681	46%
R\$ 201,00 até R\$ 400,00	529	36%
> R\$ 400,00	70	5%
<b>Total</b>	<b>1.486</b>	<b>100%</b>

Fonte: Base da dados do CadÚnico, ref.: Março/2021; Folha de pagamento PBF, ref.: Março/2021

Conforme informado anteriormente, em um levantamento realizado na base de dados do CadÚnico do município, verificou-se que no território da Região Sul existem **4.114 famílias cadastradas no sistema**, destas, **2.557 famílias cadastradas apresentam perfil** para receber o benefício do PBF (Auxílio Brasil), no entanto, temos **1.486 famílias recebendo efetivamente o benefício e 1.071 famílias com perfil** que



não recebem o benefício do PBF (Auxílio Brasil), na tabela a seguir podemos identificar o perfil das famílias nesta conforme o bairro de residência:

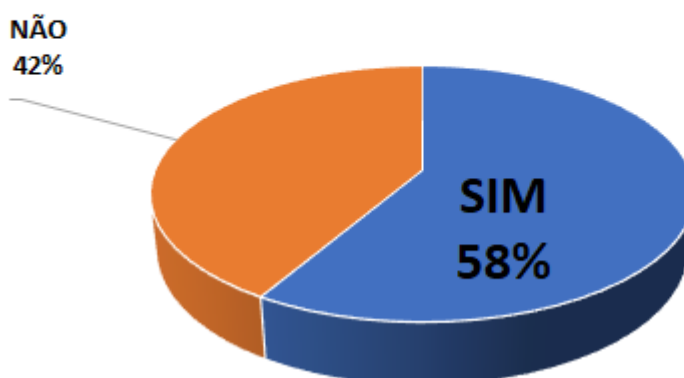
#### 5.1.2 - Programa Bolsa Família - Perfil por localidade

Localidade	Famílias			% dos que não recebem em relação ao perfil
	Com perfil	Recebem PBF	Não recebem PBF	
CIDADE BEIRA MAR	836	479	357	42,70%
CIDADE PRAIANA	1.005	599	406	40,40%
EXTENSÃO SERRAMAR	207	117	90	43,48%
JARDIM CAMPOMAR	71	38	33	46,48%
JARDIM MIRAMAR	100	46	54	54,00%
JARDIM PATRICIA	5	3	2	40,00%
MARIA TURRI	11	2	9	81,82%
PALMITAL	176	102	74	42,05%
SERRAMAR	109	77	32	29,36%
VILA REAL	6	3	3	50,00%
VILA VERDE	31	20	11	35,48%
<b>Total</b>	<b>2.557</b>	<b>1.486</b>	<b>1.071</b>	<b>42%</b>

Fonte: Base de dados do CadÚnico, ref.: Março/2021; Folha de pagamento PBF, ref.: Março/2021

Na demonstração do gráfico a seguir verifica-se em termos percentuais que do total de famílias cadastradas no sistema do CadÚnico na Região Sul, das famílias que possuem perfil, **58% recebem o PBF** e **42% não são atendidas com o PBF**.

Território: CRAS SUL  
Benefícios e Programas de Transferência de Renda  
5.1.2 - PBF - Com perfil que recebem?



Comparando com o último diagnóstico realizado em (2017) onde haviam 1.636 famílias cadastradas com perfil para receber o benefício do PBF, **990 famílias recebendo efetivamente o benefício** e **646 famílias com perfil, mas que não recebiam o benefício**, percebe-se que houve um aumento expressivo nos números e que o percentual de famílias que tinham o perfil, mas não recebiam o benefício aumentou de **39%** para **42%**.



### 5.1.3 - Programa Bolsa Família - Comparativo 2017/2021

Descrição	Famílias			% dos que não recebem em relação ao perfil
	Com perfil	Recebem PBF	Não recebem PBF	
Dados 2017	1.636	990	646	39,49%
Dados 2021	2.557	1.486	1.071	41,89%

Fonte: Base de dados do Cadúnico, ref.: Maio/2017 e Março/2021; Folha de pagamento PBF, ref.: Maio/2017 e Março/2021

Nesse contexto, observa-se por meio do referido comparativo numérico que ocorreu um aumento significativo no número de pessoas com perfil vulnerável sem nenhum benefício no território da Região Sul. Essa realidade deve ser considerada com atenção pela gestão da Política de assistência social do município, visto que estas famílias apresentam múltiplas vulnerabilidades em seu contexto.

Para atendimento deste público alvo em 2019, a SEMAS criou o **Benefício Social Familiar-BSF** que tem o objetivo de transferir o valor correspondente a R\$150,00 reais, para famílias hipossuficientes cadastradas no Cadúnico e em acompanhamento pelos equipamentos da PSB e PSE, que não recebiam nenhum tipo de benefício de transferência de renda. Diante do contexto de pandemia e com o aumento das vulnerabilidades das famílias, será necessário que a gestão da SEMAS avalie a ampliação do atendimento desta população com o respectivo benefício municipal de transferência de renda.

A importância de se manter o Cadastro Único atualizado foi ressaltada principalmente em 2020 e 2021, com a pandemia da COVID-19, uma vez que várias famílias acabaram tendo o benefício assistencial auxílio-emergencial indeferido em razão da não existência de cadastro e/ou da desatualização de suas informações sociais.

## Benefício de Prestação Continuada - BPC

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício assistencial garantido pela Constituição Federal 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, individual, não vitalício e que garante o pagamento mensal de 01 (um) salário mínimo à pessoa idosa, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental,





intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social,

*“O BPC constitui uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo, tendo sido um direito estabelecido diretamente na Constituição Federal e posteriormente regulamentado a partir da LOAS, dirigido às pessoas com deficiência e aos idosos a partir de 65 anos de idade, observando, para acesso, o critério de renda previsto na Lei. Tal direito à renda se constituiu como efetiva provisão que traduziu o princípio da certeza na assistência social, como política não contributiva de responsabilidade do Estado. Trata-se de prestação direta de competência do Governo Federal, presente em todos os Municípios”. (Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social); 4*

Para conhecimento mais amplo do perfil dos munícipes do território da Região Sul torna-se imprescindível que se saibam os números referentes aos usuários assistidos com a transferência de renda federal do **Benefício de Prestação Continuada – BPC**.

O BPC compõe a proteção social básica, constituindo um benefício de atendimento direto ao público, ou seja, concedido diretamente ao beneficiário, que apresente perfil em conformidade com a legislação que o regulamenta.

Exposto isto, atualmente de acordo com os dados disponibilizados pelo Governo Federal para a Gestão municipal relativo aos usuários que recebem o **Benefício de Prestação Continuada – BPC** de nosso município temos a seguinte conjuntura:

### 5.2.1 - Benefício de Prestação Continuada por tipo e situação

Tipo	Situação		TOTAL
	Ativo	Suspenso	
Idoso	287	15	302
Pessoa com deficiência	173	7	180
<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>22</b>	<b>482</b>

Fonte: BPC, ref.: Maio/2021

No território da Região Sul existem 287 **idosos** que são beneficiários do BPC, sendo que destes, **15 idosos** se encontram com seus benefícios suspensos. Com relação às Pessoas com Deficiência beneficiárias do BPC na Região Sul, identificamos





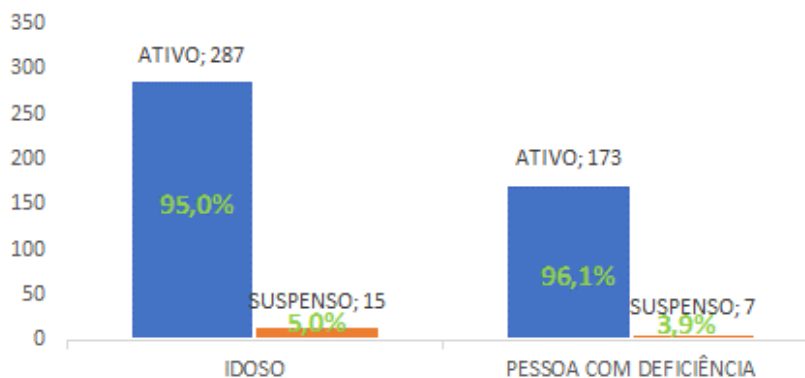
que **173 recebem o BPC**, sendo que destes, **07 deficientes** se encontram com os seus benefícios suspensos.

O BPC poderá ser suspenso ou cessado nos casos de superação das condições que lhe deram origem, se comprovada qualquer irregularidade na concessão ou manutenção do benefício ou em caso de morte do (a) beneficiário (a). Sabe-se que o BPC, em hipótese alguma, pode ser transferido para outra pessoa.

Infelizmente o município não tem acesso aos motivos que geraram a suspensão dos referidos benefícios, a gestão destas informações fica sob a responsabilidade do INSS.

O INSS é responsável pela total operacionalização do BPC, ou seja: receber o requerimento; conceder, **cessar e suspender** o benefício; realizar avaliação social e médica; realizar a revisão do benefício; geração de crédito e controle de pagamento do benefício.

Território: CRAS SUL  
Benefícios e Programas de Transferência de Renda  
5.2.1 - BPC por tipo e situação



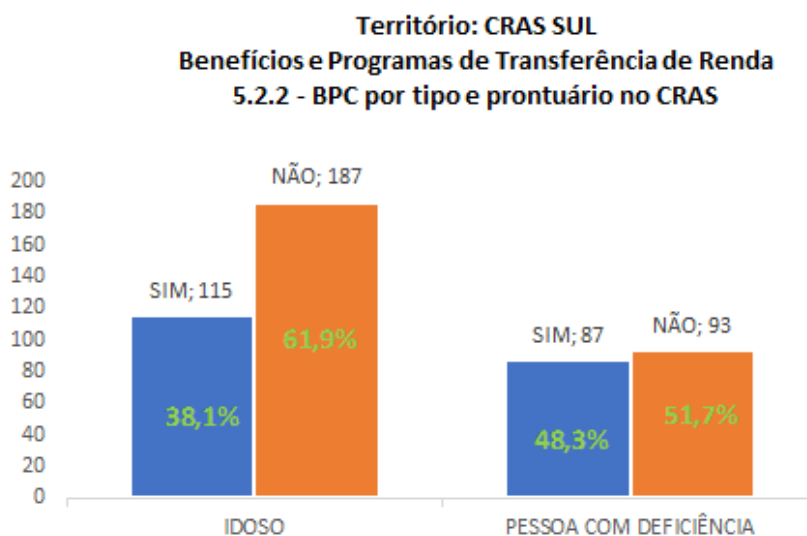
Em Rio das Ostras existem alguns atravessadores que se colocam como representantes de muitos usuários idosos e/ou deficientes para requerer o benefício do BPC junto ao poder público. Infelizmente essas informações chegam até aos equipamentos da assistência de maneira velada e com algumas camuflagens que impedem a produção de provas para que se formalizem as denúncias necessárias de maneira sólida e segura.

As equipes dos CRAS's, tem um importante papel neste contexto, pois, devem orientar os usuários de que para ter acesso ao BPC, não é preciso intermediários ou atravessadores e que o ente público pode fazer esse requerimento sem custos.



Sabemos que o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é o órgão gestor local da Política de Assistência Social e tem como atribuição orientar a pessoa idosa e a pessoa com deficiência, assim como seus familiares, sobre o acesso ao benefício, bem como assegurar aos requerentes e/ou beneficiários do BPC e suas famílias o acesso aos serviços da rede socioassistencial e de outras políticas públicas, conforme suas necessidades, considerando a situação de vulnerabilidade e risco social em que se encontram.

Cabe ao CRAS e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, quando for o caso, o acompanhamento dos beneficiários do BPC e de suas famílias com vistas à garantia dos direitos socioassistenciais, incluindo o usufruto do benefício, o direito ao protagonismo, à manifestação de seus interesses, à informação, à convivência familiar e comunitária e à renda.



Ao observarmos as informações demonstradas no gráfico anterior, percebe-se que na Região Sul do total de **302 idosos com BPC, somente 115 idosos, possuem Prontuário estruturado no CRAS**. O restante **187 idosos não possuem prontuário**. Entre as pessoas com deficiências nota-se que do total de **180 pessoas, somente 87 pessoas com deficiência possuem prontuário no CRAS**. O restante, **93 pessoas com deficiência não possuem prontuário no CRAS**.

Esses números apontam a necessidade da equipe do CRAS Sul de intensificar a sua intervenção aos usuários que recebem BPC, uma vez que o acompanhamento



familiar deve ser realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, e, quando for o caso, ser realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, onde aos usuários do BPC prioritariamente, deve ser destinada especial atenção por apresentarem situações de vulnerabilidade que exigem ações mais sistemáticas.

Diante dos fatos, a gestão da SEMAS e do CRAS Sul devem rever e replanejar suas estratégias no território, de modo que, esses beneficiários do BPC sejam localizados e seus prontuários SUAS sejam estruturados no CRAS do território.

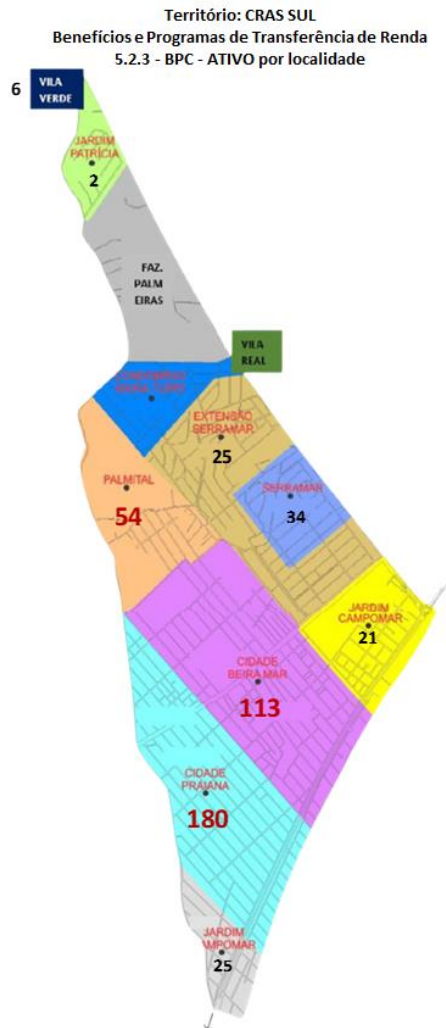
### 5.2.3 - Benefício de Prestação Continuada - ATIVO por tipo e localidade

Localidade	Tipo		TOTAL	%
	Idoso	Deficiente		
CIDADE BEIRA MAR	73	40	113	24,6%
CIDADE PRAIANA	108	72	180	39,1%
EXTENSÃO SERRAMAR	16	9	25	5,4%
JARDIM CAMPOMAR	16	5	21	4,6%
JARDIM MIRAMAR	12	13	25	5,4%
JARDIM PATRICIA	1	1	2	0,4%
PALMITAL	36	18	54	11,7%
SERRAMAR	22	12	34	7,4%
VILA VERDE	3	3	6	1,3%
<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>173</b>	<b>460</b>	<b>100%</b>

Fonte: BPC, ref.: Maio/2021



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



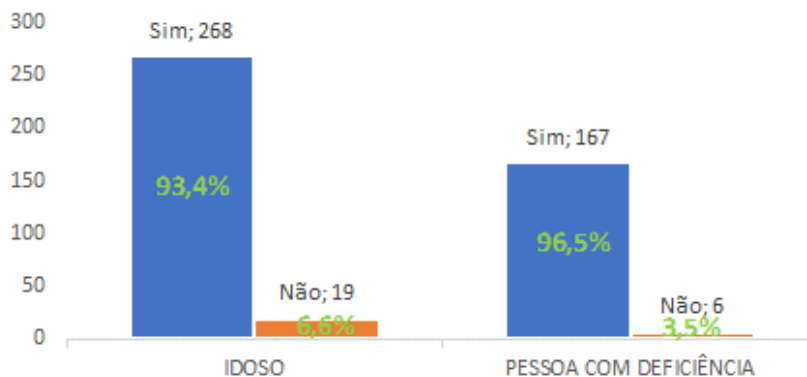
Na representação do mapa do território percebe-se que algumas localidades apresentam maior quantitativo de benefícios do BPC ativos, sendo elas: **Cidade Praiana com 180 benefícios ativos, Cidade Beira Mar, com 113 benefícios e Palmital com 54 benefícios.**

A equipe de profissionais do CRAS deve solicitar à Vigilância Socioassistencial o apoio necessário com a disponibilidade dos dados necessários, para que a equipe da unidade possa planejar ações de busca ativa desses beneficiários.

Outra variável referente aos beneficiários do BPC ativos, trata-se dos casos dos usuários quanto ao seu cadastro no sistema do CadÚnico. Identifica-se no gráfico a seguir, que a maioria das pessoas assistidas possuem cadastro no sistema.



Território: CRAS SUL  
Benefícios e Programas de Transferência de Renda  
5.2.4 - BPC - ATIVO por tipo e Cadúnico



A inclusão no Cadastro Único também deve propiciar o acompanhamento familiar dos beneficiários do BPC no âmbito dos programas sociais implementados por quaisquer entes da Federação, além de ampliar o acesso dos beneficiários do BPC a programas sociais que utilizam o Cadastro Único como instrumento de seleção de seu público-alvo.

5.2.4 - Benefício de Prestação Continuada - ATIVO por tipo e Cadúnico

Tipo	Cadúnico		TOTAL
	Sim	Não	
Idoso	268	19	287
Pessoa com deficiência	167	6	173
<b>Total</b>	<b>435</b>	<b>25</b>	<b>460</b>

Fonte: BPC, ref.: Maio/2021

A gestão municipal deve se organizar para que todas as famílias sejam atendidas e cadastradas, pois somente serão concedidos e mantidos benefícios que tenham sido realizados ou atualizados nos últimos dois anos.

A suspensão do benefício motivada pelo não cumprimento da inclusão no Cadastro Único, por questões de ordem legal, podem ser formalizadas a qualquer momento.

O quadro a seguir possibilita um demonstrativo dos números de beneficiários do BPC ativos sem CadÚnico e sem prontuário no CRAS Sul.





### 5.2.5 - BPC - ATIVO SEM CAD por localidade e prontuário

Localidade	Prontuário no CRAS		TOTAL	%
	Sim	Não		
CIDADE BEIRA MAR	2	0	2	8,0%
CIDADE PRAIANA	8	2	10	40,0%
EXTENSÃO SERRAMAR	1	1	2	8,0%
JARDIM CAMPOMAR	1	0	1	4,0%
JARDIM MIRAMAR	4	0	4	16,0%
PALMITAL	3	0	3	12,0%
SERRAMAR	3	0	3	12,0%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: BPC, ref.: Maio/2021

Do total de **25** beneficiários do BPC que não possuem o CAD, **22** pessoas já possuem prontuário SUAS estruturado no sistema do CRAS Sul e **03** beneficiários não possuem prontuário no CRAS.

O Mapa a seguir permite a visualização numérica do quantitativo de BPC ativo sem CAD, por localidade.

Território: CRAS SUL  
Benefícios e Programas de Transferência de Renda  
5.2.5 - BPC - ATIVO SEM CAD por localidade







No primeiro diagnóstico socioterritorial realizado em 2017, foi apontado que de acordo com o Pacto de Aprimoramento do SUAS, estabelecido por meio da resolução nº 18, de 15 de julho de 2013, que dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o quadriênio 2014-2017, pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT. No âmbito da Proteção Social Básica, ficou estabelecido como uma das metas e prioridades:

*“c) cadastrar as famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico com a meta de atingir o cadastramento no percentual de:*

- 1. 70% (setenta por cento) para municípios de pequeno porte I e II;*
- 2. **60% (sessenta por cento) para municípios de médio e grande porte;***
- 3. 50% (cinquenta por cento) para “metrópoles.”*

Ao longo do último quadriênio, a SEMAS junto com o CRAS Sul se comprometeu desenvolvendo estratégias de divulgação e de busca ativa, que favoreceram a superação da meta de 60% (sessenta por cento), visto que, somos um município de grande porte.

O Programa BPC na Escola tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência de 0 a 18 anos, que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). Isso é feito por meio de ações intersetoriais com a participação da União, estados, municípios e do Distrito Federal. Essa iniciativa tem sido desenvolvida de forma intersetorial entre as secretarias municipais de Assistência, Educação e Saúde, cujos principais objetivos estão relacionados à identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola.

Para identificar essas barreiras, são aplicados questionários aos beneficiários durante visitas domiciliares realizada por assistente social vinculada à Gestão da SEMAS. Atualmente encontra-se em andamento a atualização cadastral de 58 **beneficiários do BPC na Escola** da Região Sul. Já foram concluídas as atualizações de **51 formulários de crianças e adolescentes beneficiárias** até a data desta consulta.

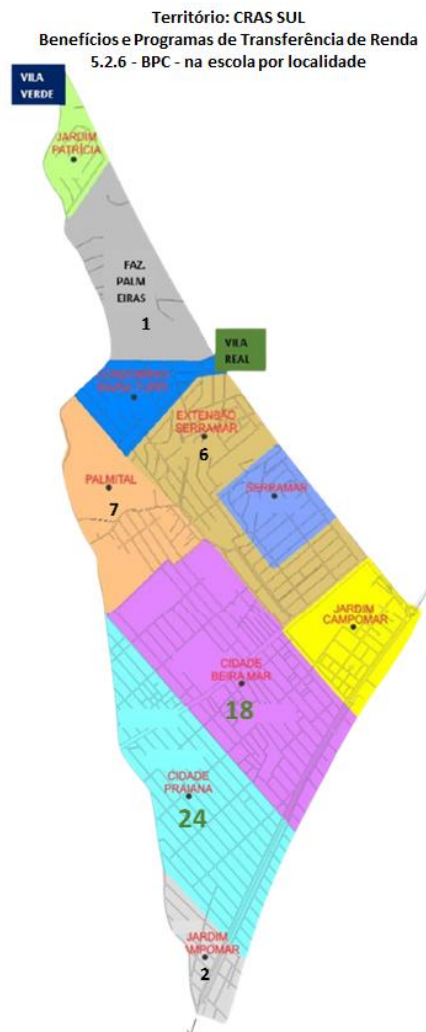


### 5.2.6 - BPC - na escola por localidade

Localidade	Questionário concluído		TOTAL	%
	Sim	Não		
CIDADE BEIRA MAR	15	3	18	31,0%
CIDADE PRAIANA	23	1	24	41,4%
EXTENSAO SERRAMAR	5	1	6	10,3%
JARDIM MIRAMAR	2	0	2	3,4%
PALMEIRAS	1	0	1	1,7%
PALMITAL	5	2	7	12,1%
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>7</b>	<b>58</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema do BPC na escola do Ministério da Cidadania

Podemos identificar no mapa da Região Sul que grande parte das crianças e adolescentes que recebem BPC, residem nos bairros Cidade Praiana e Cidade Beira Mar.





Esses beneficiários devem ser referenciados ao CRAS Sul, para que sejam acompanhados pelos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e para que possam participar das ações intersetoriais desenvolvidas pelos grupos gestores do Programa.

## **Benefícios Municipais de Transferência de Renda**

O número de famílias que apresentavam perfil de pobreza e pobreza extrema, já se evidenciou de maneira bastante contundente no 1º diagnóstico realizado no ano de 2017. Sensível a essa questão e aos dados apontados no referido documento, a gestão da Política de Assistência Social, implementou estratégias para **reativação e criação** de um novo benefício de transferência de renda municipal, para atender prioritariamente idosos, deficientes, doentes crônicos e famílias hipossuficientes.

Sendo assim, em setembro de 2019, a SEMAS **reativou dois** benefícios municipais de transferência de renda (que se encontravam suspensos desde 2016), sendo o Benefício Municipal para Idosos (BMI) e o Benefício Municipal para pessoas com deficiência e doentes crônicos (BMD). E a partir da análise dos dados e identificação do número das pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, a gestão considerou relevante a implantação de **um novo** benefício – **Benefício Social Familiar (BSF)**, para melhor atender as demandas e necessidades das famílias hipossuficientes residentes no município de Rio das Ostras.

Os três benefícios municipais são regulamentados com as suas respectivas legislações (leis e decretos), onde estão definidas as principais diretrizes que norteiam a concessão dos mesmos para a população.

As suspensões dos benefícios ocorrem após solicitação da equipe técnica do CRAS, em virtude de diversos fatores (cadastro desatualizado, não localização do beneficiário, não adesão ao acompanhamento ofertado no CRAS e etc). A reativação pode ser solicitada a gestão da SEMAS pela equipe do CRAS a qualquer momento que julgar pertinente.

O quadro a seguir, permite um demonstrativo sintético com o número de beneficiários assistidos nos três benefícios municipais no território da Região Sul com recursos próprios.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

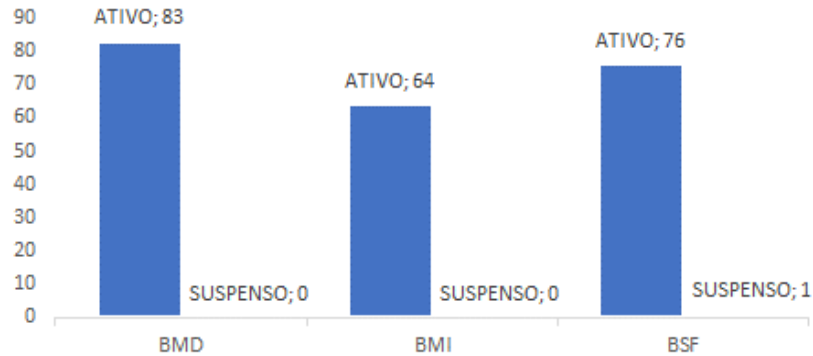
Atualmente há um total de **224 famílias** atendidas nos três benefícios Municipais de transferência de renda Municipais.



Território: CRAS SUL

Benefícios e Programas de Transferência de Renda

5.3.1 - Benefício de transferência de renda municipal por tipo e situação



**Benefício Municipal da Pessoa com Deficiência e/ou portador Doente Crônica - BMD**

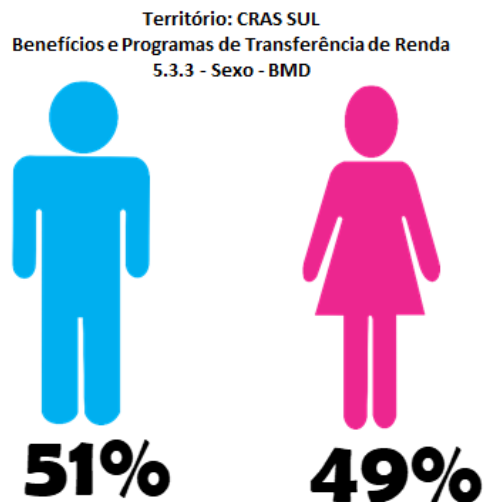
O primeiro benefício a ser reativado para transferir renda para os munícipes de Rio das Ostras foi o **Benefício Municipal da Pessoa com Deficiência e/ou Doente Crônica - BMD** (que transfere o valor correspondente a **R\$310,00 reais**) para pessoas com deficiência e/ou doenças crônicas que estejam em vulnerabilidade.

**5.3.2 - Faixa etária - BMD**

Faixa Etária	Quantidade	%
0 a 17 anos	22	27%
18 a 29 anos	7	8%
30 a 59 anos	36	43%
mais 60 anos	18	22%
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema de benefícios de transferência de renda municipais - SIBEM, ref.: Setembro/2021

Pode-se identificar que a **média de idade** das pessoas com deficiência e/ou doentes crônicos atendidas pelo benefício municipal é de aproximadamente 39 anos. São atendidas atualmente **83 pessoas com deficiência e/ou doentes crônicos**, no território da Região Sul.



Entre os beneficiários deficientes e /ou doentes crônicos atendidos, **42** beneficiários são do gênero masculino, que correspondem ao percentual de **51%** e **41** beneficiárias do sexo feminino, que correspondem ao percentual de **49%**.

### Benefício Municipal do Idoso - BMI

Outra reativação realizada foi a do **Benefício Municipal do Idoso – BMI** (que transfere o valor correspondente a **R\$310,00 reais**) para idosos vulneráveis participantes e acompanhados nos serviços do PAIF e SCFV ofertado nos CRASs;

#### 5.3.4 - Faixa etária - BMI

Faixa Etária	Quantidade	%
60 A 64 anos	15	23%
65 A 79 anos	34	53%
80 anos OU mais	15	23%
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>100%</b>

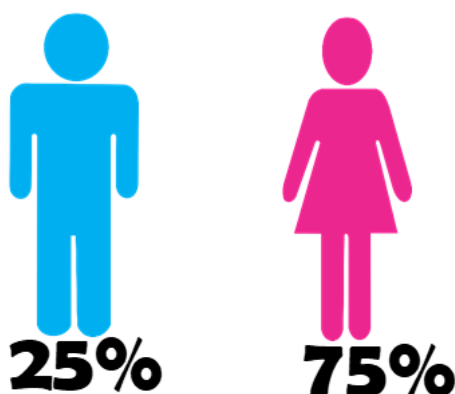
Fonte: Sistema de benefícios de transferência de renda municipais - SIBEM, ref.: Setembro/2021

Percebe-se que na faixa etária dos idosos atendidos pelo benefício municipal predomina o atendimento de idosos com idade entre 65 a 79 anos. São atendidos atualmente **64 idosos**. **A média de idade é de aproximadamente 73 anos**.





Território: CRAS SUL  
Benefícios e Programas de Transferência de Renda  
5.3.5 - Sexo - BMI



Entre os beneficiários idosos atendidos, **48** são do gênero feminino, que correspondem ao percentual de **75%** e **16** beneficiários do sexo masculino, que correspondem ao percentual de **25%**.

### Benefício Social Familiar – BSF

O terceiro benefício corresponde ao **Benefício Social Familiar-BSF** (que transfere o valor correspondente a **R\$150,00 reais**) para famílias hipossuficientes cadastradas no Cadúnico e que não recebem nenhum tipo de benefício de transferência de renda.

#### 5.3.6 - Faixa etária - BSF

Faixa Etária	Quantidade	%
18 a 29 anos	12	16%
30 a 59 anos	54	70%
mais 60 anos	11	14%
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema de benefícios de transferência de renda municipais - SIBEM, ref.: Setembro/2021

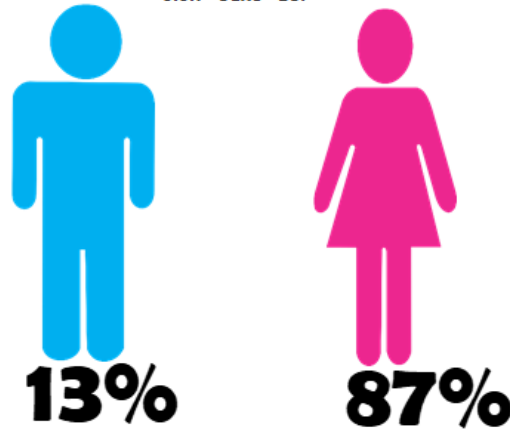
Ao considerar-se a faixa etária dos titulares/beneficiários assistidos no Benefício Social familiar, identifica-se ser predominante a titularidade do cadastro entre as mulheres totalizando **87%** e a minoria **13%**, se encontram em nome de homens.

São atendidos atualmente **77 famílias hipossuficientes**, predominando a faixa etária entre **30 e 59 anos**. A média de idade é de aproximadamente **44 anos**.



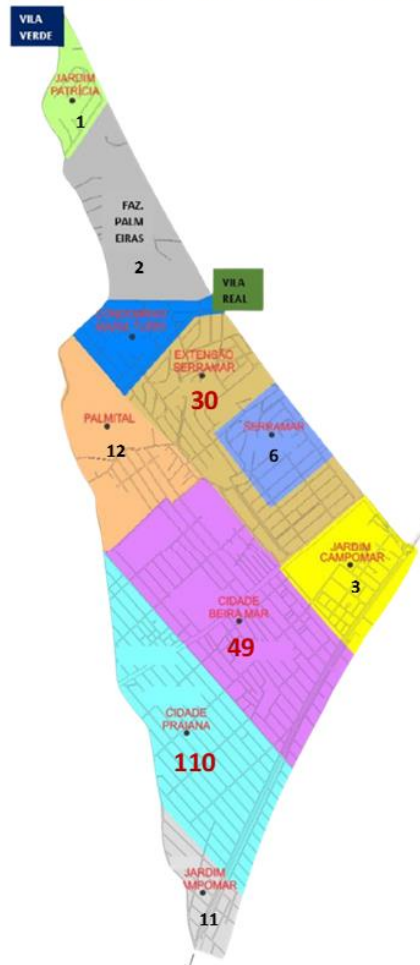
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Território: CRAS SUL  
Benefícios e Programas de Transferência de Renda  
5.3.7- Sexo - BSF



No mapa a seguir pode-se visualizar como se distribui o atendimento dos benefícios de transferência de renda municipais, conforme os bairros de residência dos beneficiários.

Território: CRAS SUL  
Benefícios e Programas de Transferência de Renda  
5.3.8 - Benefício de Transferência de Renda Municipal por tipo e localidade





A maioria dos beneficiários atendidos nos benefícios de transferência de renda municipal reside nas localidades de **Cidade Praiana, onde residem 49,1% dos beneficiários e em segundo lugar o bairro Cidade beira Mar, onde residem 21,9% dos beneficiários.**

Ao atualizar a base de dados com os prontuários do CRAS, identificou-se que havia no território uma demanda reprimida para os benefícios municipais: **BMD = 39 pessoas com deficiência e/ou doenças crônicas e BMI= 40 pessoas idosas.** Considerando esta demanda, foi disponibilizado pela Gestão da SEMAS, um quantitativo de vagas, onde parte da demanda reprimida, foi absorvida, de modo que, no **BMD: 28,2%** das pessoas com deficiência e doença crônica passaram a ser beneficiárias e no **BMI: 57,5%**, das pessoas idosas foram inseridas no benefício.

Em relação ao Benefício Social Familiar, a demanda reprimida não se encontra registrada, pois, a metodologia de seleção das famílias segue um protocolo específico que tem como ponto de partida a base de dados atualizada do CadÚnico e de famílias acompanhadas nos serviços dos CRAS e CREAS, de onde são extraídas as famílias que apresentam perfil mais vulnerável e não possuem nenhum benefício ou vínculo formal de trabalho.

Ao longo do ano de 2020 e 2021 foram realizadas inclusões nos dois benefícios totalizando um quantitativo de **144 famílias** incluindo todos os equipamentos, no momento, todos os benefícios se encontram sem vagas para novas inclusões.

O modelo de pagamento do benefício é controlado pela SEMAS e disponibilizado através de cartão digital, gerenciado por meio de um Software de gestão de Vale Alimentação/ Medicamento/Gás.

Ao solicitarmos a empresa prestadora do serviço dos cartões um levantamento do consumo, dos valores creditados para os beneficiários, analisando o consumo dos valores creditados junto a empresa UP, verificamos de **86,5%** dos créditos foram utilizados com **Alimentação; 12,4%** com **Farmácia** e **1,1%** com **gás.**

Esses demonstrativos numéricos retratam o quanto foi importante, principalmente durante o contexto da pandemia da COVID-19, os recursos disponibilizados por meio dos referidos benefícios para garantia da segurança alimentar das famílias atendidas pela política de assistência social no município de Rio das Ostras.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A SEMAS, avalia a médio e longo prazo a possibilidade de inclusão em seus instrumentos de planejamento, de uma possível ampliação no atendimento às famílias nos benefícios de transferência de renda municipais.



## O CRAS SUL e suas especificidades

O CRAS Sul é uma unidade pública pertencente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) destinada à oferta de serviço da Proteção Social Básica, e tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais, é porta de entrada dessa política para as famílias e indivíduos residentes no território de abrangência da Região Sul que necessitam de atendimento para demandas sociais.

A tabela 6.1.1, demonstra os números de pessoas com Prontuário SUAS cadastradas no CRAS Sul conforme a sua localidade de residência, além, de listar todas as localidades que estão na área de abrangência do respectivo equipamento.

### 6.1.1 - Número de famílias e pessoas por localidade

Localidade	Número		Nº médio de pessoas por família
	Famílias	Pessoas	
CIDADE BEIRA MAR	553	1439	2,60
CIDADE PRAIANA	719	1849	2,57
CONDOMÍNIO MARIA TURRI	3	9	3,00
EXTENSÃO SERRAMAR	144	400	2,78
FAZENDA PALMEIRAS	6	20	3,33
JARDIM CAMPOMAR	23	60	2,61
JARDIM MIRAMAR	49	104	2,12
JARDIM PATRÍCIA	5	14	2,80
PALMITAL	96	238	2,48
SERRAMAR	56	119	2,13
VILA REAL	3	7	2,33
VILA VERDE	9	29	3,22
<b>Total</b>	<b>1666</b>	<b>4288</b>	<b>2,57</b>

Fonte: SIGA-SEMAS CRAS SUL, ref.: junho/2021

A unidade do CRAS Sul realiza muitos atendimentos às famílias e indivíduos do território. O quadro a seguir demonstra os números que configuram os atendimentos dos profissionais que atuam na unidade ao longo do ano de 2021.



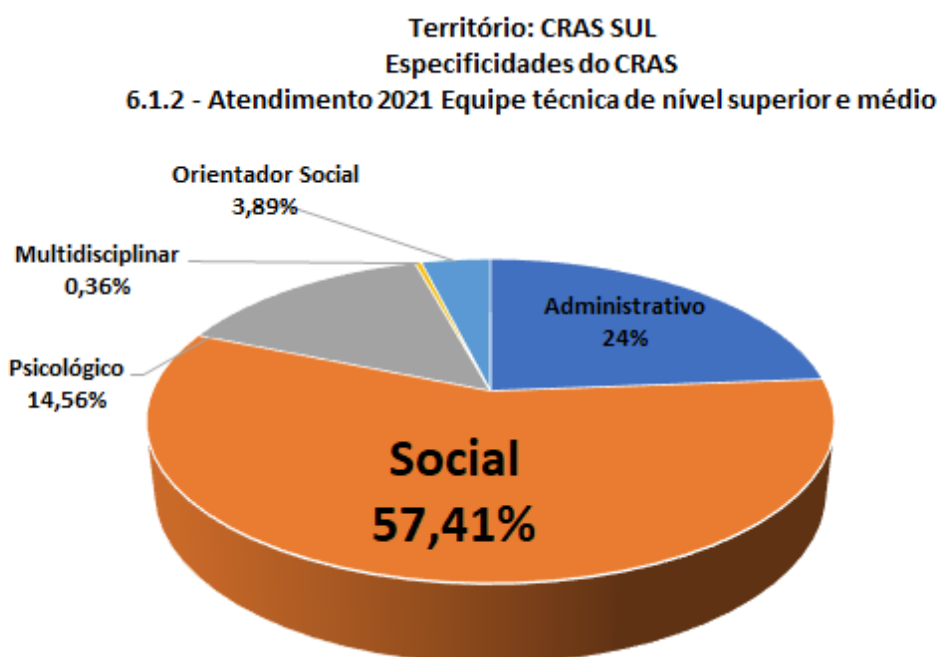
### 6.1.2 - Atendimentos 2021 por equipe

Atendimento	Quantidade	%
<b>Equipe técnica de nível superior e médio</b>		
Administrativo	526	24%
Social	1.270	57%
Psicológico	322	15%
Multidisciplinar	8	0%
Orientador Social	86	4%
<b>Subtotal</b>	<b>2.212</b>	<b>100%</b>
<b>Cadastro Único</b>		
1ª vez	392	17%
Subsequente	590	25%
Orientações	1.337	58%
<b>Subtotal</b>	<b>2.319</b>	<b>100%</b>
<b>Total</b>	<b>4.531</b>	

Fonte: SIGA-SEMAS CRAS SUL, ref.: junho/2021

No total de **4.531** atendimentos, foram **2.319** referentes ao Cadastro Único e **2.212** atendimentos voltados à equipe técnica de nível superior e médio, sendo **57%** dos atendimentos realizados pelo serviço social.

Do total de **2.212** atendimentos realizados pela equipe técnica de nível superior e médio, foram contabilizados **677** atendimentos/acompanhamentos realizados de forma remota, no período de 2021.

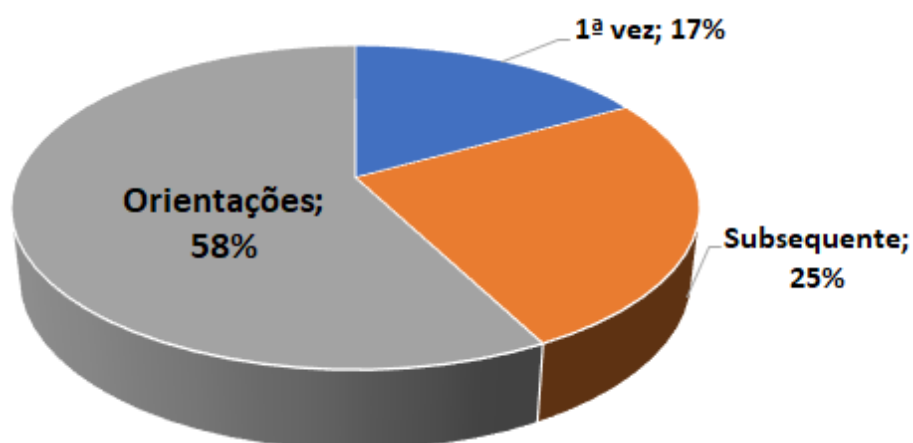






Dos atendimentos realizados pela equipe de orientadores sociais do Cadúnico, nota-se que a demanda por orientações aos usuários compreendem a maior parte dos atendimentos, correspondendo a **58%** do total.

**Território: CRAS SUL**  
**Especificidades do CRAS**  
**6.1.2 - Atendimento 2021 Cadastro único**



Das categorias profissionais que compõem a equipe de referência do CRAS Sul, o corpo técnico de nível médio e de nível superior que presta serviço na unidade encontra-se em conformidade com as normativas do SUAS, pois, possui um número de profissionais acima da equipe mínima indicada.

No início do ano de 2020, a SEMAS adequou-se às recomendações do Ministério da Cidadania no que tange à utilização do Prontuário Suas. A unidade do CRAS Sul implementou o prontuário de maneira digital e física, um instrumento nacional padronizado de registro do trabalho social com as famílias realizado pelos dos técnicos de nível superior nas Unidades geridas pela Política de Assistência Social. É fruto de um longo trabalho entre pesquisadores, professores, representantes de conselhos profissionais, gestores do Sistema Único de Assistência, técnicos do MDS e dos profissionais que atuam nas Unidades dos CRASs e dos CREAMs.

O município de Rio das Ostras já possuía um Sistema Integrado de Gestão de Assistência Social - (SIGA), utilizado desde 2015 pelos equipamentos, sobre a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social. No intuito possibilitar a fusão do sistema digital construído no município de Rio das Ostras com o conteúdo



do Prontuário SUAS, torná-lo ainda mais ágil e com capacidade de extração mais eficiente dos dados registrados nos atendimentos. O sistema informatizado (SIGA), implantado pela gestão da SEMAS no CRAS Sul passou por uma reestruturação em 2021.

Cabe ressaltar que o novo sistema permite armazenar de maneira digital apenas dados não sigilosos, informações pertinentes aos atendimentos particularizados são registradas apenas de maneira física e com acesso apenas da equipe técnica.

Portanto, hoje toda família ou indivíduo que passa por atendimento técnico tem seus dados inseridos no prontuário SUAS, de modo que, o CRAS Sul possui atualmente **1.666 prontuários SUAS** inseridos no SIGA.

Sabe-se que o ano de 2020/2021 houve no percurso de seus dias, marcas ocasionadas pela pandemia de Covid-19. As repercussões ultrapassaram o campo da medicina ou das ciências epidemiológicas em escala global e reverberaram de maneira direta na economia, na cultura, na educação. Impactos sociais sem precedentes na história recente da humanidade.

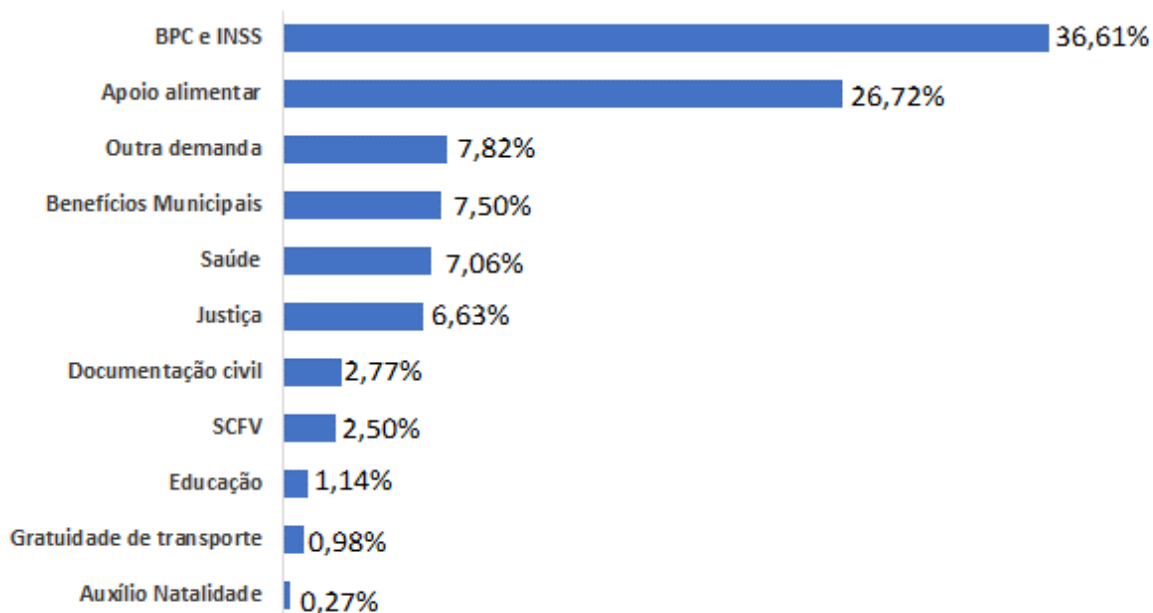
O CRAS Sul, por localizar-se dentro de um território vulnerável, vivenciou por meio dos atendimentos o sofrimento e a desproteção de famílias que buscaram na política de assistência subsídios para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas em decorrência do estado pandêmico.

Os atendimentos do CRAS Sul se mantiveram de modo presencial, ainda que com número reduzido e com os cuidados de higiene preconizados pela OMS. A compreensão sobre a necessidade de acolhida para os que estavam vivenciando de maneira direta ou indireta os efeitos da pandemia foi o balizador para a manutenção das portas abertas. Nesse contexto, as principais demandas para os atendimentos foram para serviços vinculados ao BPC e INSS, que corresponde a **36,61%** e a solicitação de apoio alimentar, que corresponde a **26,72%, entre outras demandas.**

Foi ofertada também a possibilidade de atendimento remoto, através de contato telefônico, conforme a demanda dos usuários, sobretudo do grupo de risco.



Território: CRAS SUL  
Especificidades do CRAS  
6.1.3 - Demandas do atendimento



Em relação aos benefícios eventuais concedidos ao longo de 2021, tendo como referência o mês de junho, identificou-se que **89%** das demandas, corresponderam a solicitação por **apoio alimentar**, fato que evidenciou a insegurança alimentar vivida pelas famílias do território.

#### 6.1.4- Benefícios Eventuais concedidos em 2021

Tipo	Quantidade	%
Apoio Alimentar	569	89%
Auxílio Funeral	36	6%
Outro	35	5%
<b>Total</b>	<b>640</b>	<b>100%</b>

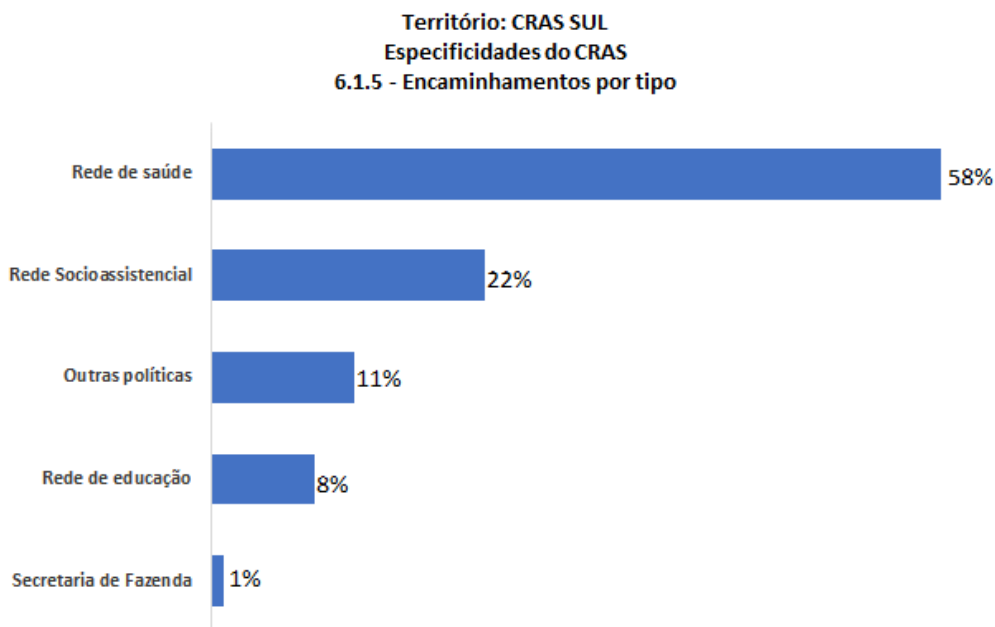
Fonte: SIGA-SEMAS CRAS SUL, ref.: junho/2021

Outro: Kit limpeza, Kit higiene bucal, entre outros.

Os atendimentos realizados no CRAS em sua maioria geram desdobramentos que se materializam em diversos encaminhamentos dos usuários para a rede municipal, logo, pode-se notar no quadro a seguir que em meio ao contexto de pandemia da COVID-19, a maioria dos encaminhamentos realizados pelos profissionais do CRAS Sul foi para a Política de Saúde, correspondendo a **58%** do total,



sendo importante ressaltar que do total de **56** encaminhamentos feitos para a rede de saúde, **11** foram destinados a Saúde mental, o que demonstra a considerável demanda para essa área.



O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ofertados no CRAS Sul também passaram por adequações diante do cenário estabelecido pela pandemia e pela necessidade de atuar de acordo com as diretrizes das normas técnicas e dos decretos lançados durante esse período.

O desafio para manter os serviços funcionando no momento em que as orientações de saúde primavam pelo isolamento social, na tentativa de conter a velocidade da propagação do COVID-19, fez com que a equipe técnica de nível superior e a equipe de orientadores sociais da unidade somassem esforços para a construção de estratégias capazes de manter minimamente o vínculo com as famílias e indivíduos incluídos nestes serviços.

A metodologia para o acompanhamento das famílias se manteve em funcionamento durante toda a pandemia. Conforme informação extraída na base de dados do sistema de setembro de 2021 do CRAS Sul, constam registros de que a unidade possui **216 famílias** com plano de acompanhamento em andamento. Na tabela



abaixo é possível observar a quantidade de famílias acompanhadas no mês de de setembro de 2021.

### 6.1.7 - Acompanhamento por mês do último atendimento

Mês do último atendimento	Quantidade	%
Janeiro	32	15%
Fevereiro	37	17%
Março	11	5%
Abril	2	1%
Mai	12	6%
Junho	11	5%
Julho	9	4%
Agosto	18	8%
Setembro	25	12%
Não atendido em 2021	59	27%
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIGA-SEMAS CRAS SUL, ref.: setembro/2021

No cotidiano dos atendimentos do CRAS Sul os planos de acompanhamentos familiares são estruturados com as famílias atendidas, após identificação de suas vulnerabilidades e potencialidades. Em sua formatação são definidos os objetivos e metas a serem alcançados, período para a realização das ações que visam a superação das fragilidades ou violações dos direitos, as mediações periódicas, bem como a análise dessas interlocuções, sempre junto com o usuário. Todo o planejamento das atividades/ações, são definidos com os usuários e familiares e registradas no Plano de Atendimento Familiar - PAF. Para a efetividade do acompanhamento e diante do novo cenário de pandemia a equipe do CRAS Sul apropriou-se de uma nova modalidade de acompanhamento, que substituiu os atendimentos coletivos pelos atendimentos presenciais e remotos particularizados.

A chegada de mais assistentes sociais e psicólogos concursados em junho de 2020, trouxe a certeza da possibilidade de continuidade dos serviços. No entanto, ainda há desafios a serem superados, pois diante do contexto de pandemia, alguns profissionais tiveram um primeiro contato com as famílias acompanhadas somente de forma remota, pela impossibilidade de contato presencial devido à fragilidade de saúde de algumas das pessoas que se encontravam em acompanhamento no PAIF. Além





disso, a maioria dos profissionais concursados que foram empossados, não tinham experiência de trabalho junto à política de assistência social.

Atento a este fato, o RH e a equipe de Assessoramento da SEMAS, recomendou que os profissionais recém chegados acessassem a Plataforma de capacitação EAD criada pela secretaria (conforme descreveremos a seguir) e foram inscritos no Curso do CapacitaSuas – ofertado pela Secretaria Estadual do RJ no segundo semestre de 2021 para aprimoramento.

A equipe do CRAS Sul segue empenhada em se apropriar da metodologia do acompanhamento PAIF e no desafio de fazer as mediações por meio do acompanhamento remoto. Torna-se relevante destacar que as famílias com indicação de acompanhamento, já possuem seus planos de acompanhamento familiar -PAF- estruturados ou em processo de estruturação.

Com objetivo de superar rapidamente o que estava posto e em conformidade com as diretrizes definidas na NOB/RH – SUAS, a gestão da SEMAS, estruturou modelo próprio para garantir capacitação continuada para os servidores, por meio de uma Plataforma EAD. O projeto **SUAS/SEMAS Capacita** foi elaborado para aprimorar habilidades, promover treinamentos e valorizar as equipes de trabalho em prol de oferecer aos assistidos e ao cidadão que procura a rede de assistência, serviços de excelência e qualidade.

Todas as questões vividas durante a pandemia, realçaram para a gestão da SEMAS que a modalidade de ensino à distância foi uma opção ideal, para além de evitar aglomerações, essa modalidade possibilitou alcançar um maior número de servidores, sem atribuir custo de deslocamento e alimentação para os mesmos. A estruturação da plataforma foi uma significativa conquista, no entanto, a SEMAS, tem o desafio de criar mecanismos motivacionais, para maior adesão dos servidores e membros dos conselhos municipais, visto que, muitos se inscrevem e não concluem os cursos ofertados.

No que se refere ao **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**, desenvolvido na unidade do CRAS Sul e na Unidade referenciada do território (Casa da Criança), todas tiveram as **atividades coletivas suspensas** em virtude da pandemia da COVID-19.

Buscando a garantia de segurança para os usuários, e para os trabalhadores do SUAS, a partir de abril de 2020, foram readequados todos os planejamentos das



equipes junto aos serviços ofertados seguindo as diretrizes definidas no Plano de contingência elaborado pela SEMAS. Foram suspensas as atividades presenciais coletivas e estruturadas atividades remotas (rodas de conversa virtual, dinâmicas de interação remota através de jogos, entre outras atividades) para crianças, adolescentes e idosos.

O CRAS Sul tem sob sua responsabilidade o SCFV desenvolvido dentro do seu espaço físico e o ofertado externamente através **da Casa da Criança na localidade Cidade Praiana**, ambos os serviços foram impactados com a suspensão das atividades presenciais. Ainda que as atividades estejam acontecendo remotamente as inclusões para o SCFV continuam ocorrendo normalmente no CRAS. A porta de entrada para acesso a estes serviços é o CRAS Sul, conforme o fluxo estabelecido junto à rede, de modo que, a família deve passar sempre pelo atendimento da equipe técnica referenciada para que sua inclusão seja feita no serviço.

De acordo com a resolução 109/2009 do CNAS o SCFV,

*“Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.”*

Como previsto nas normativas, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertado pelo CRAS Sul seja interno ou externo, estão organizadas por faixa etária, e por grupos com identificação próprias, sendo atendidas atualmente **231 crianças e adolescentes e 100 idosos** da seguinte forma:

- crianças de 4 a 6 anos de idade;
- crianças de 7 a 8 anos de idade;
- crianças de 9 a 11 anos de idade;
- adolescentes de 12 a 14 e de 15 a 18 anos de idade;
- idosos a partir de 60 anos de idade;



Na rede **socioassistencial governamental** o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos atende às seguintes faixas etárias:

- **Casa da Criança: crianças na faixa etária de 1½ a 6 anos de idade;**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realiza a articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo a promover o atendimento às famílias dos usuários destes serviços.

As atividades são ofertadas em grupos compostos por até 30 participantes. Desenvolve-se diária e semanalmente de acordo com cada grupo, carga horária que varia de 3 a 8 horas semanais e diárias, sempre organizado de acordo com um planejamento prévio. Conforme o Plano de retomada elaborado pela SEMAS, o retorno às atividades será gradativo e respeitará as diretrizes estabelecidas para o retorno seguro das atividades coletivas.

A operacionalização de todo o SCFV dá-se por meio dos orientadores sociais e dosicineiros que tem atuação constante junto ao(s) grupo(s) do serviço, sendo responsável pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático. Esses profissionais recebem o apoio da equipe de assessoria da SEMAS (pedagogos, assistentes sociais e psicólogos), e dos técnicos de nível superior das unidades que são a referência para o referido SCFV. Além do acompanhamento da execução do serviço, por meio de participação nas atividades de planejamento e assessoria ao orientador social e oficineiros, cabe a estes profissionais assegurar, na prestação do SCFV, a aplicação do princípio da matricialidade sociofamiliar que orienta as ações de proteção social básica da assistência social.

### **Dados referentes a VIOLAÇÕES DE DIREITOS – território da Região Sul**

No Município de Rio das Ostras, o atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos que apresentam questões sociais no contexto das múltiplas expressões do fenômeno de violência e violação de direitos, são direcionados aos equipamentos da Assistência Social que atuam no enfrentamento destas demandas, a saber: CREAS, CEAM e Conselho Tutelar. Cabe ressaltar que nestes equipamentos, as equipes, prestam atendimento a todos os territórios do município.



No que se refere aos dados de violações de direitos, ocorridos no território da Região Sul, apresentados neste diagnóstico, foram extraídos das seguintes fontes de dados: estatísticas do CREAS, CEAM e Conselho Tutelar, bem como dados do SINAN fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, Secretaria Municipal de Educação - SEMEDE e 128ª Delegacia de Polícia Civil.

Considerando os dados coletados no referido levantamento, obtivemos informações e resultados relativos à Criança e Adolescente, Pessoa com Deficiência, Idoso, Medida Socioeducativa e Mulher.

O gráfico a seguir retrata os dados coletados até junho de 2021, momento em que o CREAS havia registrado total de 48 casos de violações de direitos contra crianças e adolescentes do território da Região Sul, no qual **47,92%** dos casos corresponderam violência sexual e **29,17%** foram casos de abandono, negligência ou maus tratos. As demais violações seguem distribuídas nos percentuais demonstrados abaixo:

#### 7.1.1 - Violação de direito CREAS - criança e adolescente

Violação	Quantidade	%
Violência Sexual	23	47,92%
Abandono, Negligência ou Maus tratos	14	29,17%
Violência Psicológica	5	10,42%
Violência Física	3	6,25%
Trabalho Infantil	1	2,08%
Violência Intrafamiliar	1	2,08%
Violência Moral	1	2,08%
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>100%</b>

FONTE: Sistema Integrado da Gestão Especializada da Assistência Social - SIGEAS/CREAS, ref.: Junho/2021

Observando-se a relação das violações demonstradas na tabela anterior, pode-se identificar que o **TRABALHO INFANTIL** registrado pelos atendimentos do CREAS na Região Sul correspondeu a **1 caso (2,08%)** do total de violações. Durante todo o período da pandemia foi visível o aumento no município do número de crianças e adolescentes presentes nos sinais de trânsito, realizando a venda de produtos como ambulantes. Nesse período, muitas denúncias foram feitas ao equipamento do CREAS, porém, alguns desafios se colocam no desdobramento dos atendimentos dos casos, tais como:



- Muitas vezes quando a equipe de abordagem se aproxima para uma intervenção com as crianças e/ou adolescentes, ocorre a evasão do local, não permitindo a aproximação para a coleta de dados, impossibilitando a acolhida e o registro das informações necessárias;
- Outra situação recorrente corresponde aos casos de crianças e adolescentes que realizam o trabalho como ambulantes, vindos de outros municípios vizinhos (Cabo Frio, Macaé e Casimiro de Abreu), cuja aproximação com a equipe de abordagem também fica comprometida, visto que, na maioria dos casos a equipe consegue somente coletar o primeiro nome e a cidade de origem, com a ocorrência de evasão do local imediatamente.

Dessa forma, nota-se a ocorrência de **SUBNOTIFICAÇÃO** das violações de direitos relativas à exploração do trabalho infantil registrado pelo CREAS. Os números apurados pelo registro estatístico com a vigilância não correspondem à realidade visualizada no município.

O quadro a seguir demonstra que do total de **39 crianças** e adolescentes com direitos violados, **29 relataram que sofreram 1 violação; 08 relataram que sofreram 2 violações; 1 relatou que sofreu 3 violações; 1 relatou que sofreu 4 ou mais violações.**

#### 7.1.2 - Quantidade de Violação de direito relatadas - criança e adolescente

Qtd relatada	Quantidade	%
1 violação	29	74,36%
2 violações	8	20,51%
3 violações	1	2,56%
4 ou mais violações	1	2,56%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>100%</b>

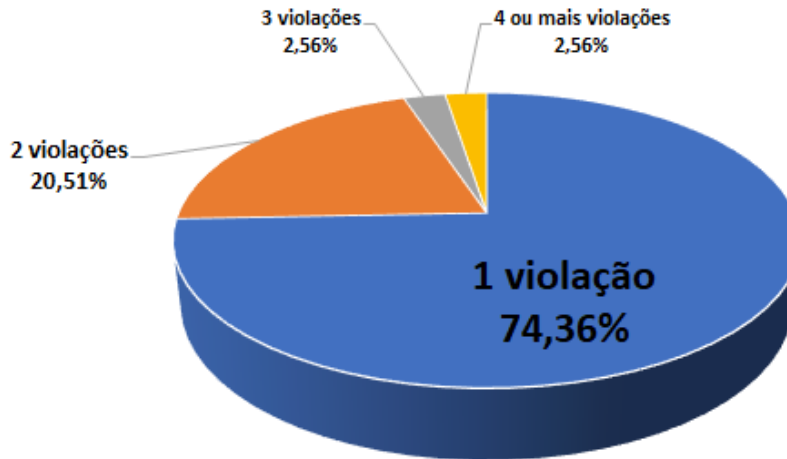
Fonte: Sistema Integrado da Gestão Especializada da Assistência Social - SIGEAS/CREAS, ref.: Junho/2021

Percebe-se que um percentual importante de crianças e adolescentes passaram por múltiplas violações de direitos, fato que destaca a necessidade de maior atenção dos dispositivos que formam o sistema de garantia de direitos e das políticas de proteção à criança e ao adolescente em nosso município.





Território: CRAS SUL  
Dados da Proteção Social Especial  
7.1.2 - Quantidade de violação de direito relatada  
Criança e adolescente



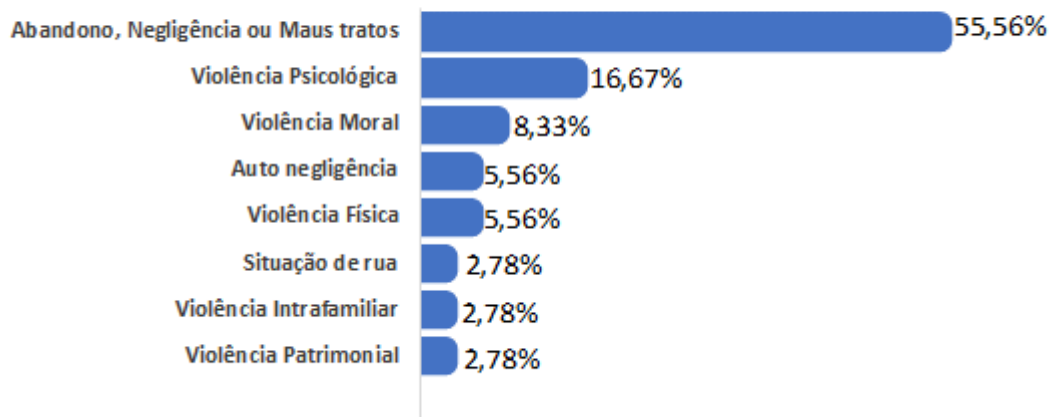
Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, “Entre as vítimas de 0 a 19 anos, o percentual de crimes com vítimas de até 13 anos subiu de 70% em 2019 para 77% em 2020. Ou seja, a cada ano que passa, as vítimas de estupro no Brasil são mais jovens. O percentual de vítimas de 0 a 9 anos que era de 37,5% (das vítimas de 0 a 19) em 2019, passou a ser de 40%. **Ou seja, apesar de a subnotificação causada pela pandemia, não permitir afirmar que houve aumento dos estupros de 2019 para 2020, é possível afirmar que em 2020 as vítimas de estupro e estupro de vulnerável no Brasil são, em média, mais novas do que o perfil das vítimas apresentados em 2019.**” (p.219).

No que se refere às **violações de direitos praticadas contra Pessoas Idosas** residentes na Região Sul, registradas pelo CREAS, temos **55,56% de casos de abandono, negligência ou Maus tratos, 16,67% de violência psicológica, 8,33% de violência moral, 5,56% auto negligência, 5,56% violência física, 2,78% situação de rua, 2,78% violência intrafamiliar e 2,78% de violência patrimonial.**

No gráfico a seguir estão os quantitativos numéricos correspondentes a essas violações:



Território: CRAS SUL  
Dados da Proteção Social Especial  
7.2.1 - Violação de direito CREAS - idoso



Infelizmente é real a similaridade dos relatos de crianças e adolescentes, ao de muitos idosos que declararam ter vivenciado **múltiplas violações de direitos** em seu cotidiano no território da Região Sul.

7.2.2 - Quantidade de Violação de direito relatadas - idoso

Qtd relatada	Quantidade	%
1 violação	8	36,36%
2 violações	10	45,45%
3 violações	3	13,64%
4 ou mais violações	1	4,55%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema Integrado da Gestão Especializada da Assistência Social - SIGEAS/CREAS, ref.: Junho/2021

Durante o período inicial da Pandemia provocada pelo COVID-19, que ocasionou o isolamento social em março de 2020, percebe-se uma diminuição nos casos de notificações e procura pelos serviços que compõem a rede de proteção a pessoas vítimas de violência no município de Rio das Ostras.

*Crise sanitária, social e econômica gerada pela pandemia constitui um terreno fértil para a proliferação não apenas do vírus, mas também de uma grande variedade de violações e ameaças aos direitos humanos.*

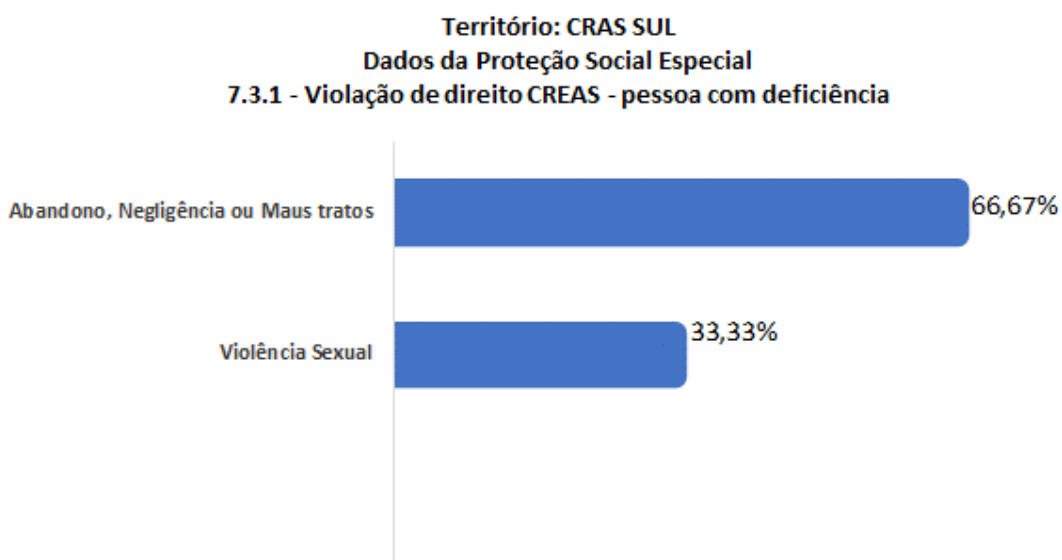
Fonte: [https://jornal.usp.br/wp-](https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/07boletimDireitosnaPandemia.pdf)

[content/uploads/2020/10/07boletimDireitosnaPandemia.pdf](https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/07boletimDireitosnaPandemia.pdf)



No entanto, nota-se que a redução das notificações e/ou das denúncias dos casos de violações de direitos em diversos segmentos, inclusive no contexto dos idosos, não expressa a realidade em sua essência. As subnotificações não podem ser ignoradas, visto que, pessoas das mais variadas faixas etárias e condições físicas vivem em situação de violência no âmbito familiar e uma vez em isolamento, tornam-se **invisíveis** aos olhos da sociedade.

Em relação às **violações de direitos praticadas contra Pessoas com Deficiência** residentes na Região Sul, registradas pelo CREAS, identificamos **3** casos no total, onde destes, **66,67%** corresponderam a abandono, negligência ou Maus tratos; **e 33,33% corresponde a violência sexual**, conforme gráfico a seguir:



O fenômeno da violência geralmente se esconde “nos bastidores” da sociedade e das famílias e os dados apresentados, principalmente em tempos de pandemia, são amostras do que de fato se expressa na realidade das questões sociais. E em tempo de pandemia as subnotificações escondem a realidade.

Observa-se ainda que o isolamento social impossibilita a busca pelos serviços de proteção, atenção e apoio das redes de convivência comunitária como: escola, trabalho, vizinhança, serviços de saúde, dentre outros. Considerados como agentes de proteção à pessoa em situação de violência e principalmente crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiências, ou seja, àquelas que estão em maior grau de vulnerabilidade.



O quadro a seguir demonstra que do total de **2** pessoas com deficiência com direitos violados apurados pelo CRAS Sul, **1** relatou que sofreu **1** violação e **1** relatou que sofreu **2** violações.

### 7.3.2 - Quantidade de Violação de direito relatadas - pessoa com deficiência

<b>Qtd relatada</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
1 violação	1	50,00%
2 violações	1	50,00%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema Integrado da Gestão Especializada da Assistência Social - SIGEAS/CREAS, ref.: Junho/2021

Outra demanda de violação de direito atendida no CREAS refere-se às **Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviço a Comunidade – PSC**. As medidas socioeducativas são medidas aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar de configurarem resposta à prática de um delito, apresentam um caráter predominantemente educativo.

De acordo com os dados estatísticos extraídos do sistema digital do CREAS, do total de **10 adolescentes** em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviço a Comunidade – PSC, residentes na Região Sul, identificamos que a faixa etária predominante é de **17 e 18 anos de idade**.

### 7.4.1 - Medida Socioeducativa - por idade

<b>Idade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
14 anos	1	10%
16 anos	1	10%
17 anos	6	60%
18 anos	2	20%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIGEAS/CREAS, ref.: Junho/2021



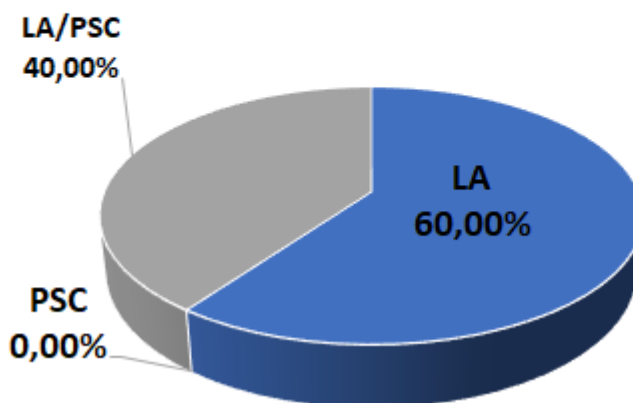
Outra característica identificada de forma predominante com relação à questão de **gênero** refere-se ao **relevante número de adolescentes do gênero masculino** residentes na Região Sul, envolvidos na prática dos atos infracionais, não sendo identificado adolescentes do gênero feminino.

Território: CRAS SUL  
Dados da Proteção Social Especial  
7.4.2 - Medida Socioeducativa - por sexo



No que se refere aos **tipos de medidas**, a tabela abaixo retrata que a maior demanda é para execução da Liberdade Assistida – LA com **60%** que corresponde ao valor de **6** adolescentes, em seguida temos medidas acumuladas de LA/PSC, que corresponde a **40%** dos casos, referente a 4 adolescentes.

Território: CRAS SUL  
Dados da Proteção Social Especial  
7.4.3 - Medida Socioeducativa - por tipo de medida



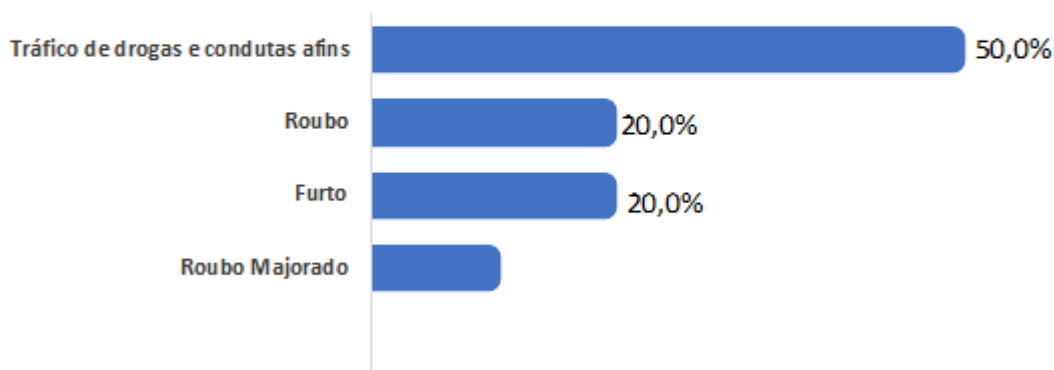
Uma outra variável a ser considerada é a Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviço a Comunidade – PSC – por





ato infracional. A maioria dos atos infracionais cometidos estão relacionados ao **tráfico de drogas, que corresponde a 50% dos casos, em seguida o roubo, que corresponde a 20%, Furto também 20% e roubo majorado, equivalente a 10%.**

Território: CRAS SUL  
Dados da Proteção Social Especial  
7.4.4 - Medida Socioeducativa - por ato infracional



Em relação à demanda das pessoas que se encontravam em situação de rua atendidas pela equipe do CREAS, entre 2020 até setembro de 2021 foram realizadas **10 abordagens** pela equipe, no território da Região Sul, sendo abordadas **7 pessoas**.

O perfil deste público alvo já foi descrito de maneira mais detalhada no item que destaca o perfil das pessoas em situação de rua conforme informações registradas no CadÚnico.

Vale destacar, que o número de pessoas em situação de rua com CAD é menor do que o número de cadastrados com prontuários no CREAS. Essa diferença ocorre em sua grande maioria em virtude de os usuários não desejarem fazer o cadastro, por não retornarem à unidade para dar continuidade ao acompanhamento entre outros motivos.

Atuando diretamente junto às demandas das violações de direitos o equipamento do CREAS, Já tem **uma equipe exclusiva**, que realiza o Serviço de **Abordagem Social**, que é ofertado de forma continuada com a finalidade de identificar famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em espaços públicos, por meio do trabalho social de abordagem e busca ativa. A equipe procura buscar a resolução de necessidades imediatas, encaminhando e/ou incluindo os usuários na rede de serviços



socioassistenciais e nas demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

Considerando os relatórios de monitoramento realizados pela equipe de abordagem Social do CREAS, no que se refere às intervenções realizadas com as pessoas em situação de rua, a equipe destaca que os perfis dos grupos abordados apresentaram uma mudança significativa de comportamento. Um perfil mais agressivo, maior resistência de contato, tais como: não permissão de aproximação; resistência aos encaminhamentos; negativa para as propostas de acolhida no dormitório Casa do Sorriso, dentre outras.

De 2020 até setembro de 2021 foram realizadas pela equipe de abordagem, **10** ações de busca ativa no território da Região Sul, de modo que, durante essas intervenções foram abordadas **7 pessoas**, cujas demandas perpassaram mais frequentemente a busca ativa de pessoas em situação de rua e aos casos de exploração de trabalho infantil.

#### 7.5.1 - Serviço de Abordagem Social - nº de vezes que a pessoa foi abordada

Nº de vezes que a mesma pessoa foi	Quantidade de pessoas	%
1 a 5	6	86%
6 a 10	1	14%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>

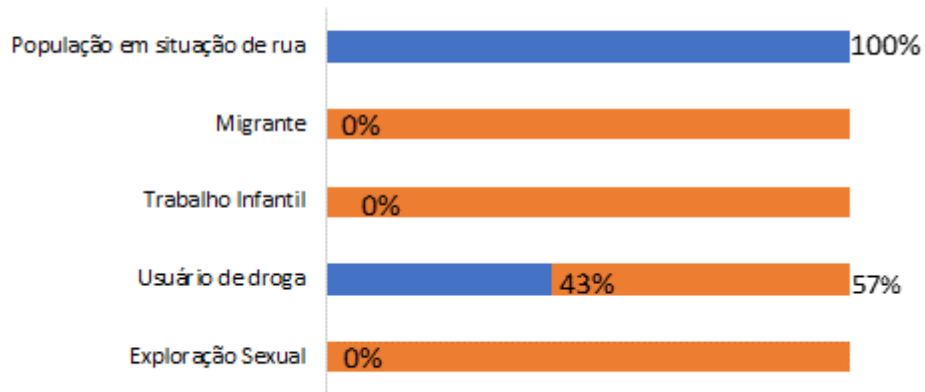
Fonte: SIGEAS/CREAS , ref.: Setembro/2021

No período relacionado acima, em média uma mesma pessoa foi abordada **2,42 vezes** e o número máximo de abordagens para uma mesma pessoa foram **10 vezes**.

O quadro a seguir possibilita identificar que a maioria das abordagens foram realizadas no atendimento de pessoas em situação de rua correspondendo a 100% dos atendimentos. Outras demandas que foram identificadas pela equipe tinham relação com o uso de drogas, correspondendo a 43%. Não há registro de atendimento de casos envolvendo a exploração sexual, trabalho infantil ou migração.



Território: CRAS SUL  
Dados da Proteção Social Especial  
7.5.2 - Serviço de Abordagem Social - por situação



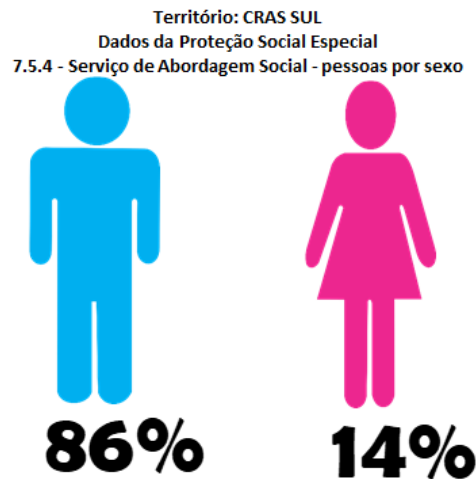
Os principais locais das abordagens realizadas na Região Sul foram: COGA, Quiosque, Orla e Trevo.

O quadro a seguir demonstra que o total de 07 **pessoas** abordadas nas intervenções da equipe de Abordagem Social do CREAS, corresponde à faixa etária entre **18 e 59 anos**.

Território: CRAS SUL  
Dados da Proteção Social Especial  
7.6.3 - Serviço de Abordagem Social - pessoas por faixa etária



Em relação ao gênero das pessoas que foram localizadas pela equipe da abordagem social do CREAS, identifica-se que **86%** foram pessoas do sexo masculino e **14%** do sexo feminino.



Ainda compondo a rede socioassistencial da SEMAS, na Proteção Social de média Complexidade, temos o **Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM**. O CEAM é um serviço especializado para atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, entre outras demandas, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Qualquer mulher tem o direito de acessar o serviço, seja por demanda espontânea, por encaminhamento de outras Secretarias Municipais e demais órgãos de defesa e garantia de direitos da Mulher, bem como, podem ser encaminhadas por instituições privadas ou filantrópicas.

No Município de Rio das Ostras o serviço prestado pela equipe técnica do CEAM estrutura-se com base nas seguintes normativas: Norma Técnica de Operacionalização dos Centros de Referência e Atendimento à Mulher; Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha; Lei Municipal nº 2449/2021 e adequação às Normativas do SUAS com vias a um olhar diferenciado sobre o contexto familiar a partir do fenômeno da violência contra a mulher na perspectiva de gênero.

O quadro a seguir apresenta um histórico dos atendimentos a mulheres de todo o município, realizados pelo CEAM referente aos anos de 2019, 2020 e 2021.



### 7.6.1 - Histórico de mulheres atendidas

Ano	Mulheres
2019*	273
2020	292
2021**	270

Fonte: CEAM, ref.: Junho/2021

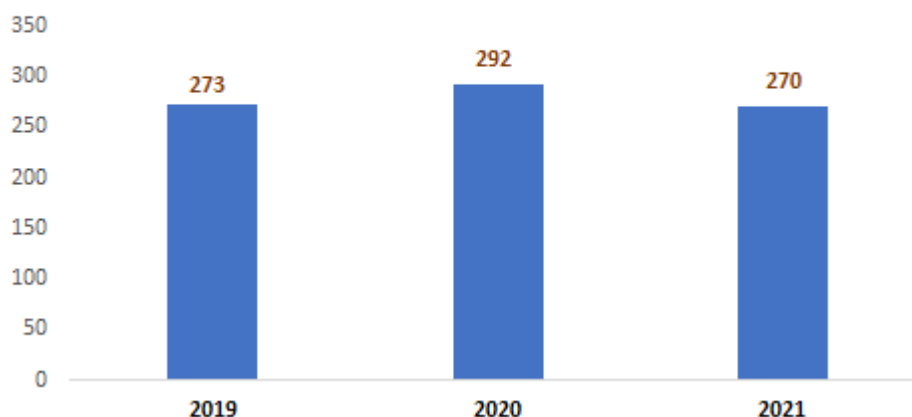
\*Inauguração em abril/2019

\*\*Atendidas até 30/06/2021

Considera-se que o número de atendimentos referentes a 2019 e 2020 possui uma pequena diferença, visto que o CEAM foi inaugurado em abril de 2019 e deve ser considerado o contexto de isolamento ocasionado pela pandemia do COVID-19 no ano de 2020, onde muitas mulheres não buscaram atendimento.

Em relação ao ano de 2021, os dados apresentam uma certa elevação, uma vez que os números apurados correspondem apenas ao primeiro semestre de 2021, onde foram realizados 270 atendimentos a mulheres com direitos violados.

Território: CRAS SUL  
Dados da Proteção Social Especial  
7.6.1 - Histórico de mulheres atendidas

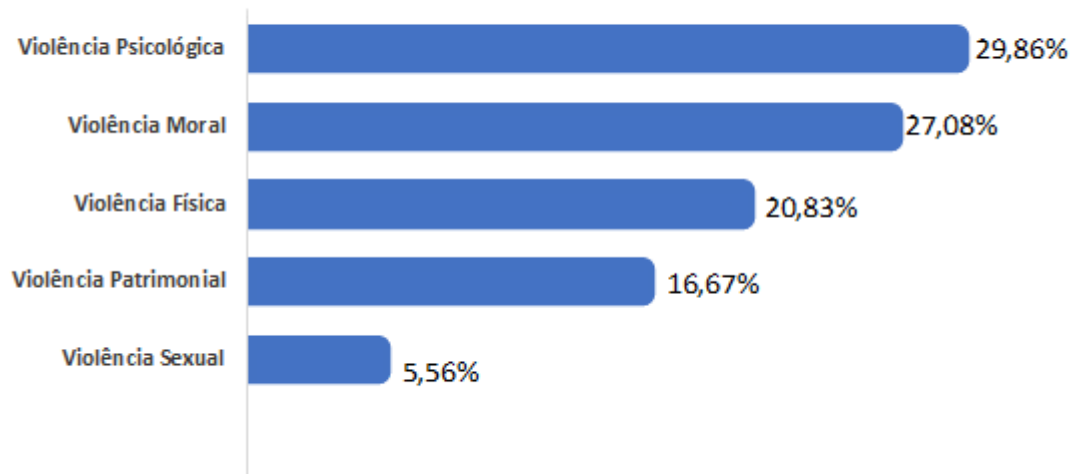


De acordo com os dados registrados pelo CEAM quanto as **violações de direitos praticadas contra as Mulheres residentes na Região Sul** temos um total de **44** casos onde destes, **29,86%** casos são de violência psicológica; **27,08%** violência moral; **20,83%** casos são de violência física; **16,67%** casos são de violência patrimonial; **5,56%** casos são de violência sexual e não foi registrado nenhum caso de violência institucional.





Território: CRAS SUL  
7.6.2 - Violação de direito CEAM - mulheres



Desde o início da pandemia do novo coronavírus, as mulheres passaram a ficar mais tempo em casa, muitas vezes, com seus agressores. Tal fato elevou a preocupação com a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em nota técnica publicada pelo Ipea, as autoras debatem como os fatores que envolvem as dinâmicas internas da violência doméstica e familiar contra as mulheres foram ampliados pela quarentena, seja pelo acirramento dos fatores que estão na base explicativa dessa violência – como a desigualdade de gênero, o sistema patriarcal, a cultura machista e a misoginia, seja pela incidência de fatores agravantes no contexto da pandemia, como o isolamento social, o impacto econômico, a sobrecarga do trabalho reprodutivo às mulheres, o estresse e outros efeitos emocionais, o abuso de álcool e outras drogas e a redução da atuação dos serviços de enfrentamento (Alencar, et al, 2020).

Em relação à tabela a seguir identifica-se que do total de **44** mulheres que sofreram alguma violação de direitos e passaram pelo atendimento realizado no CEAM, que o quantitativo de **2** mulheres relatou que sofreram **1** violação; que outras **8** mulheres relataram que sofreram **2** violações; que o número de **13** mulheres relataram que sofreram **3** violações e que outras **21** mulheres relataram que sofreram **4 ou mais** violações de direitos.



### 7.6.3 - Quantidade de Violação de direito relatadas

Qtd relatada	Quantidade	%
1 violação	2	4,55%
2 violações	8	18,18%
3 violações	13	29,55%
4 ou mais violações	21	47,73%
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100%</b>

Fonte: CEAM, ref.: Junho/2021

Torna-se visível nos números demonstrados que a maioria das mulheres atendidas no CEAM sofrem múltiplas violações de direitos em seu contexto doméstico e/ou familiar.

Em todo o país nos deparamos com notícias que apontam para casos múltiplos, de mulheres assassinadas dentro de suas próprias casas. Em nota técnica publicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), que analisou os dados disponíveis solicitados a seis Unidades da Federação, aponta que o cenário da violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 foi agravado pela diminuição nos registros de boletins de ocorrência, que exigem a presença das vítimas, e pela diminuição de concessão de medidas protetivas de urgência. Ao mesmo tempo, os atendimentos da Polícia Militar para esses casos aumentaram em comparação ao mesmo período de 2019. Enquanto há diferenças entre os estados na comparação entre os homicídios de mulheres entre o primeiro trimestre de 2019 e o mesmo período de 2020, o aumento dos feminicídios é generalizado, variando de 19% a 100%.

Em meio a esse contexto o CEAM de Rio das Ostras possui um importante papel, uma vez que tem o objetivo de atuar na prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, visando promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Além disso, deve exercer o papel de articulador dos serviços governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero.



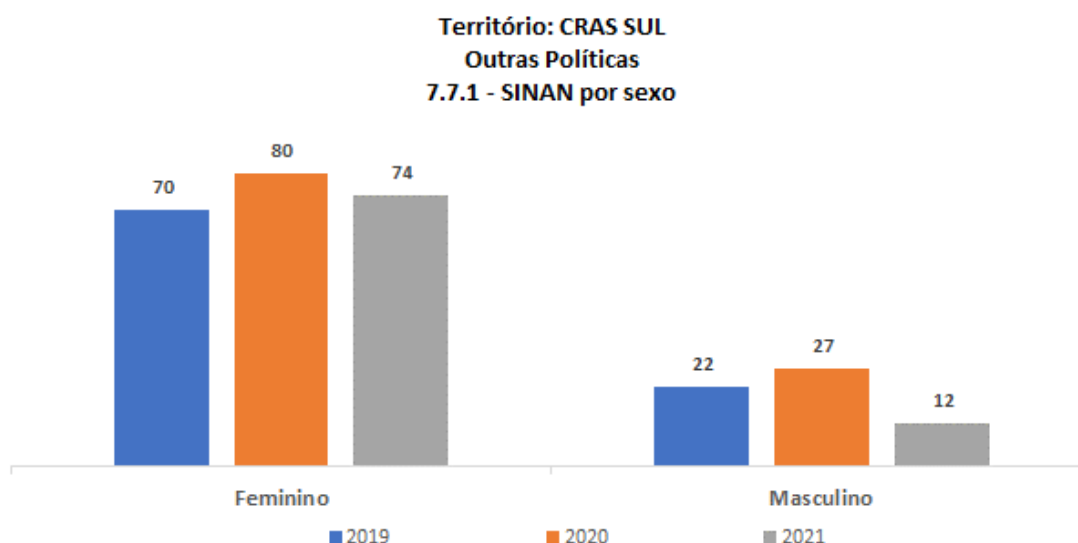
Dos dados de violações de direitos na Região Sul, disponibilizados pela Secretaria de Saúde, por meio do **Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN**, temos as seguintes informações no que se refere ao **Gênero**.

### 7.7.1 - Sistema de Informações e Agravos de Notificação SINAN por sexo

Ano	Sexo	
	Feminino	Masculino
2019	70	22
2020	80	27
2021	74	12
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>61</b>

Fonte: Secretaria de Saúde - SEMUSA/RO

De acordo com o sistema de informações de agravos de notificações SINAN, podemos identificar em relação ao gênero que nos anos de 2019, 2020, 2021, a ocorrência de violações de direitos afetou principalmente as mulheres em detrimento de homens.



Na tabela a seguir, podemos visualizar informações extraídas do sistema de informações de agravos de notificações SINAN por faixa etária, de modo que a maioria das violações de direitos registradas ocorreram com pessoas na faixa etária entre 18 até 59 anos de idade.



### 7.7.2 - Sistema de Informações e Agravos de Notificação SINAN por faixa etária

Ano	Faixa etária			
	0 a 11 anos	12 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou +
2019	24	23	45	-
2020	8	18	77	4
2021	7	10	68	1
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>51</b>	<b>190</b>	<b>5</b>

Fonte: Secretaria de Saúde - SEMUSA/RO

Atualmente todas as notificações de violações de direitos pela via do SINAM, estão concentradas com a Secretaria Municipal de Saúde. Já foram realizadas em anos anteriores à pandemia, reuniões para a articulação intersetorial (SEMAS, SEMUSA, SEMED e Conselho Tutelar), visando debater a possibilidade de implantação de um **Sistema Municipal de Notificação das Violações de Direitos** em diversos segmentos. No entanto, este processo não avançou para sua implantação de fato, de modo que, a implantação de um sistema municipal de notificação das violações de direitos, poderá permitir a realização de diagnósticos qualitativos e quantitativos, referente a ocorrência dos eventos de violência em todo o município, além de, dar subsidio para o planejamento e implantação de ações das políticas públicas em geral.

Em meio ao contexto de pandemia, muitas demandas de violações de direitos foram identificadas nos equipamentos geridos pela SEMAS e nos atendimentos realizados pelo Conselho, conforme descrição realizada ao longo deste documento. Esta realidade gerou muitos encaminhamentos para a saúde mental de nosso município, no entanto, grande parte dos casos encaminhados não obtiveram êxito no atendimento de sua demanda junto a saúde mental. Diante desta realidade, torna-se fundamental que estratégias municipais sejam definidas para que a população que necessita deste atendimento possa ser efetivamente atendida em suas necessidades.



## **Demandas de acolhimento institucional infantil no município**

O acolhimento é uma medida protetiva que visa garantir o cuidado e a proteção de crianças e adolescentes em situação de abandono ou quando seus direitos estão sendo ameaçados ou violados no contexto familiar. O acolhimento, seja institucional ou familiar, é uma medida provisória e excepcional - isso significa que ela será aplicada apenas após se esgotarem as possibilidades de manutenção segura da criança e/ou do adolescente em sua família de origem, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-1990).

Considerando que muitas demandas de acolhimento ocorrem por múltiplos fatores, entre eles as violações de direitos são bastante presentes no contexto das crianças e adolescentes que são acolhidos na instituição existente no município de Rio das Ostras, nesse sentido, torna-se relevante apresentar um quadro com o número de atendimentos realizados a crianças e adolescentes acolhidos ao longo dos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 para que possa ser explicitado o histórico e a média quantitativa demandada para acolhimento em nosso município nesse período.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Histórico do número de crianças e adolescentes acolhidos no Abrigo Municipal de Rio das Ostras nos anos de 2017 a 2021**

Mês	Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
Janeiro	7	9	12	12	5
Fevereiro	9	10	10	4	7
Março	9	15	10	4	8
Abril	12	18	6	4	5
Maiο	4	15	7	4	8
Junho	5	15	7	4	7
Julho	8	15	7	9	9
Agosto	11	16	11	10	7
Setembro	9	11	13	11	9
Outubro	11	11	8	12	10
Novembro	9	11	8	5	13
Dezembro	9	15	6	5	13
<b>Média Mensal de acolhidos</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>8</b>
<b>Vagas</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>
<b>% ocupação da média mensal</b>	<b>43%</b>	<b>67%</b>	<b>44%</b>	<b>35%</b>	<b>42%</b>
<b>Tempo Médio de Acolhimento</b>	<b>4 meses</b>	<b>4 meses</b>	<b>10 meses</b>	<b>2 meses</b>	<b>4 meses</b>
<b>Desacolhidos no período</b>	<b>24</b>	<b>12</b>	<b>22</b>	<b>11</b>	<b>13</b>

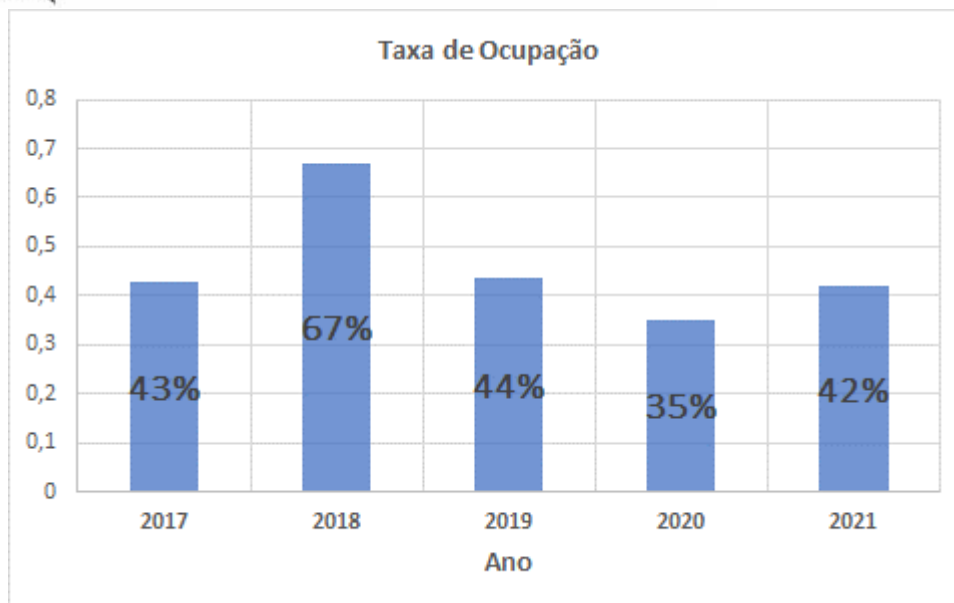
Fonte: Estatística Mensal do Abrigo Municipal de Rio das Ostras nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021

Podemos perceber no quadro anterior que ao longo dos últimos anos o quantitativo de crianças e adolescentes acolhidos no Abrigo Municipal de Rio das Ostras manteve percentual de média de ocupação mensal sempre abaixo da capacidade limite da unidade. No que se refere ao tempo médio de acolhimento podemos identificar que nos anos analisados as crianças e adolescentes ficaram em média de dois a quatro meses acolhidos, ressaltando-se que esse tempo se elevou para 10 meses no ano de 2019.

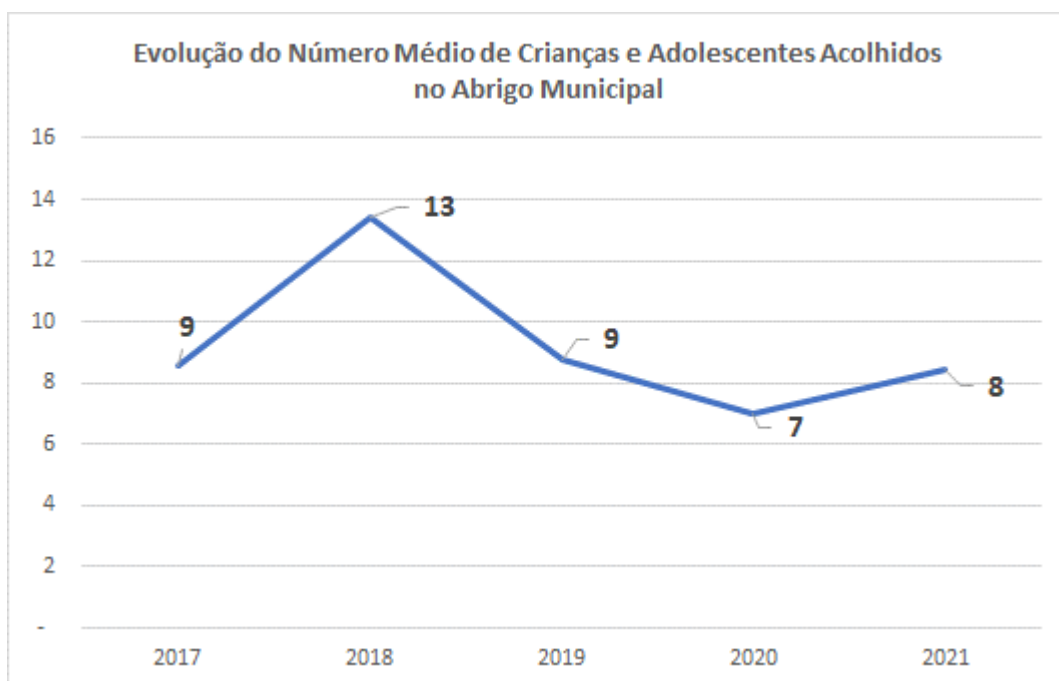
Na ilustração a seguir, fica visível que somente no ano de 2018 a ocupação ultrapassou 50%, de modo que, nos demais períodos a taxa se manteve inferior a este valor.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Outro ponto que se destaca no gráfico seguinte trata-se da evolução do número médio de crianças e adolescentes acolhidos no Abrigo Municipal ao longo dos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.



Verifica-se claramente que a média de acolhidos nos anos de 2017, 2019, 2020 e 2021 manteve-se abaixo do número de 10 usuários. A evolução do gráfico se acentua no ano de 2018 com a média de 13 usuários acolhidos, quantitativo de acolhimento que ainda assim, está abaixo do número de 20 vagas que a unidade do Abrigo municipal possui como capacidade máxima.



Outro fator relevante a ser considerado refere-se a variável de desacolhimento das crianças e adolescentes atendidos no Abrigo Municipal de Rio das Ostras.

**Crianças/Adolescentes Desacolhidos por motivo  
no período: 2017 a 2021**

Motivo	Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
Desacolhidos/Família Extensa	4	8	10	-	5
Desacolhidos/Família de Origem	18	4	3	5	4
Guarda/Adoção	1	-	4	6	2
Transferência	1	-	4	-	1
Maioridade	-	-	1	-	-
Outros	-	-	1	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>12</b>	<b>23</b>	<b>11</b>	<b>13</b>

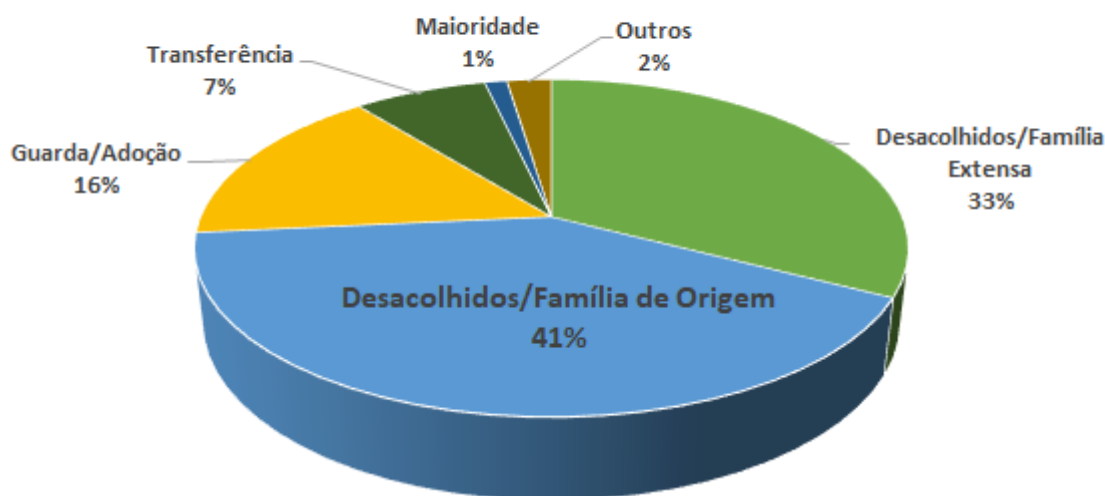
Fonte: Estatística Mensal do Abrigo Municipal de Rio das Ostras nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021

Os procedimentos desenvolvidos pelos profissionais do Abrigo Municipal, tanto durante o período de acolhimento quanto para a preparação da retomada do convívio familiar – reintegração à família de origem ou, excepcionalmente, colocação em família substituta – são realizados seguindo todos os parâmetros que buscam assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento saudável das crianças e dos adolescentes assistidos. Na metodologia adotada pelos técnicos, as famílias são monitoradas pelo período de 6 meses após os desacolhimentos da instituição.

Podemos identificar no demonstrativo a seguir que no período compreendido entre 2017 e 2020, exatos 74% dos desacolhimentos das crianças e adolescentes realizados pelo Abrigo municipal de Rio das Ostras, foram feitas com a reintegração em suas famílias de origem e em suas famílias extensas.



Crianças/Adolescentes Desacolhidos por motivo  
no período: 2017 a 2021



Diante dos dados expostos, consideramos serem exitosos os atendimentos prestados pela Instituição do Abrigo Municipal de Rio das Ostras, visto que, maior parte das reintegrações foram realizadas no núcleo familiar dos próprios acolhidos, evidenciando assim, conformidade com o Art. 19 do ECA, que em seu § 3º diz “A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio, nos termos do parágrafo único do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei.”

Com este cenário o Abrigo Municipal de Rio das Ostras apresenta características diferenciadas se comparado com a realidade de instituições de acolhimento de outros municípios, no entanto, a que se considerar que as legislações mais recentes reforçam as possibilidades de outras modalidades de acolhimento, como por exemplo a “**Família Acolhedora**”. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) possibilita proteção temporária, em casas de famílias acolhedoras, para crianças, adolescentes ou grupo de irmãos. Essas famílias são selecionadas e preparadas para oferecer atenção adequada para cada criança e adolescente sob seus cuidados, proporcionando uma experiência de segurança e afeto em um momento crítico de suas vidas.

Ter suporte em um ambiente familiar é comprovadamente reconhecido como o mais adequado para propiciar a continuidade do desenvolvimento integral das crianças e adolescentes que foram separados temporariamente de suas famílias de origem,



especialmente aqueles na primeira infância, para quem os prejuízos da institucionalização se provam mais sérios.

Nesse contexto, a SEMAS terá que realizar uma análise e/ou estudo mais aprofundado para que se defina a médio e longo prazo quais serão as possibilidades de implantação por parte do poder público de mais uma modalidade de acolhimento no município, neste caso o modelo de “Família Acolhedora”, através de seus instrumentos de planejamento para o próximo quadriênio.

### **Pacto de Aprimoramento do SUAS e suas especificidades na Região Sul**

Com o objetivo de promover melhorias na gestão e nos serviços, programas, projetos e benefícios executados pela política de Assistência Social, na esfera Municipal, Estadual e Federal, foi definido o **Pacto de Aprimoramento do SUAS** que é um instrumento de planejamento, onde são estipuladas metas e prioridades, acordadas entre os três entes federados.

O primeiro Pacto de Aprimoramento do SUAS foi estabelecido por meio da resolução nº 18, de 15 de julho de 2013, onde foram definidas prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o quadriênio 2014-2017.

Em 2017, a assistência social do município de Rio das Ostras elaborou o seu primeiro diagnóstico socioterritorial, de modo que, neste documento foram apuradas de maneira territorializada as metas recomendadas no respectivo Pacto.

Diante destes fatos, torna-se possível realizar comparações avaliativas sobre o alcance das metas definidas para a gestão do CRAS Sul em seu território.

Percebe-se no quadro a seguir que a **Prioridade 1, 2, 4 e 7** não foram alcançadas pelo CRAS Sul no último quadriênio. As **prioridades 3 e 6** já se encontram superadas em 2021. A prioridade 5, não pode ser monitorada, em virtude dos reordenamentos gerados pelas normativas que regularam o funcionamento do Programa Bolsa Família em todo o período da pandemia do COVID-19.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.1.1 - Comparativo das prioridades do Pacto SUAS 2017/2021

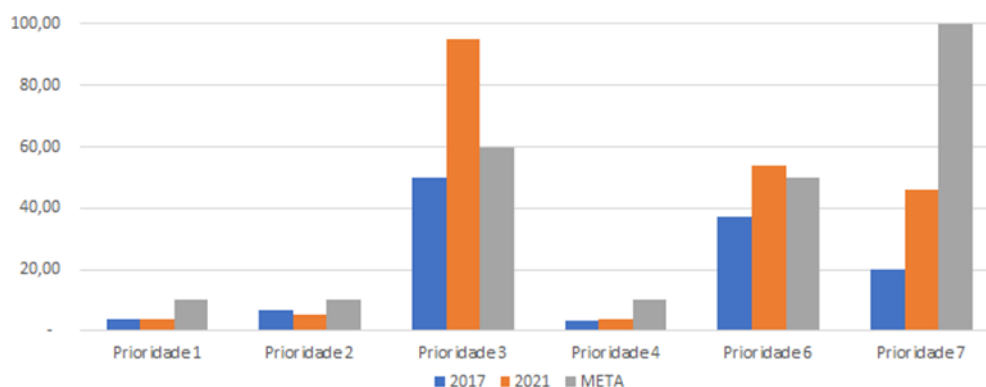
Prioridades	2017		2021		META	Comparativo dos dados absolutos
	%	Status	%	Status		
<b>Prioridade 1</b> - Acompanhar no PAIF as famílias registradas no Cadastro Único	3,65%	Não atingida	3,9%	Não atingida	10%	
<b>Prioridade 2</b> - Acompanhar pelo PAIF as famílias com membros integrantes do BPC	6,93%	Não atingida	5,2%	Não atingida	10%	
<b>Prioridade 3</b> - Cadastrar as famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico	50%	Não atingida	50%	Atingida	60%	
<b>Prioridade 4</b> - Acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias do PBF	3,43%	Não atingida	4%	Não atingida	10%	
<b>Prioridade 5</b> - Acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias do PBF em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades	14,58%	Não atingida	Decreto COVID		50%	-
<b>Prioridade 6</b> - Reordenar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV	37,12%	Não atingida	54%	Atingida	50%	
<b>Prioridade 7</b> - Acompanhar a cobertura da Proteção Social Básica	20%	Não atingida	46%	Não atingida	100%	

Fonte: SIGA-SEMAS CRAS SUL, ref.: junho/2021

No que se refere às prioridades que não foram alcançadas, pode-se identificar por meio dos dados comparativos absolutos do gráfico, na última coluna da tabela anterior, que ocorreu um crescimento em todas as prioridades definidas em 2017 em relação ao ano de 2021, com exceção da prioridade 2. O CRAS Sul deverá se organizar para alcançar a superação em 100% das metas definidas.



Território: CRAS SUL  
Comparativo das prioridades do Pacto SUAS 2017/2021



Ao se analisar toda conjuntura vivenciada pela unidade do CRAS Sul de 2017 até a presente data, foi possível identificar que um dos principais fatores que dificultaram a superação destas metas, foi a **rotatividade de servidores** ocorrida no respectivo quadriênio. Considerando a realização recente do concurso público municipal para a estruturação das equipes técnicas efetivas, torna-se mais concreta a possibilidade de superação das metas definidas, visto que, o trabalho não será descontinuado.

O segundo Pacto de Aprimoramento do SUAS, foi descrito na resolução nº 1, de 22 de fevereiro de 2017 e definiu as prioridades e metas para os estados e Distrito Federal no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o quadriênio de 2016 a 2019.

Até o momento não foi estruturado o terceiro Pacto de aprimoramento do SUAS, desse modo, cabe aos municípios avaliarem as metas alcançadas e replanejarem suas ações para que as metas do primeiro pacto de aprimoramento do SUAS sejam superadas em sua totalidade.

Vale destacar que algumas prioridades do primeiro Pacto SUAS, mais especificamente as de número 4 e 5, fazem referência ao extinto Programa Bolsa Família, de modo que, estão relacionados aos regramentos e condicionalidades definidos em suas respectivas normativas. Considerando que com a instituição do novo benefício de transferência de renda “Auxílio Brasil”, os regramentos que irão normatizar



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

o seu funcionamento, precisam ser compartilhados publicamente pelo Ministério da Cidadania de maneira mais detalhada com os municípios de todo o país.

Meta Pacto SUAS 2014/2017 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
Prioridade	Meta %	Meta 2022-2025
<b>1</b> Acompanhar no PAIF as famílias registradas no Cadastro Único	<b>10% das famílias cadastradas</b> <b>Cálculo:</b> Considerando que temos <b>4.114 famílias</b> cadastrados no Cadastro Único na região, para atingir a meta o CRAS deve acompanhar <b>411 famílias</b> que corresponde a <b>10%</b> das famílias cadastradas	Considerando que atualmente o CRAS realiza o acompanhamento de <b>216</b> famílias e que <b>161</b> delas possuem o cadastro único a meta prevista de <b>10% não foi atingida.</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Valor atingido corresponde a <b>3,9%</b>;</li><li>• Valor não atingido corresponde a <b>6,1%</b>;</li></ul>
<b>2</b> Acompanhar pelo PAIF as famílias com membros integrantes do BPC	<b>10% das famílias com membros do BPC</b> <b>Cálculo:</b> Considerando que temos <b>460 famílias</b> com membros do BPC na região, para atingir a meta o CRAS deve acompanhar <b>46 famílias</b> que corresponde a aproximadamente <b>10%</b> das famílias com BPC	Considerando que atualmente o CRAS realiza o acompanhamento de <b>216</b> famílias e que <b>24</b> delas possuem membros com BPC a meta prevista de <b>10% não foi atingida:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Valor atingido corresponde a <b>5,2%</b>;</li><li>• Valor não atingido corresponde a <b>4,8%</b>;</li></ul>
<b>3</b> Cadastrar as famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico	<b>Cadastrar 60% das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico</b> <b>Cálculo:</b> Considerando que temos <b>460 famílias</b> com membros do BPC na região, para atingir a meta o CRAS deve cadastrar <b>276 famílias</b> que corresponde a aprox. <b>60%</b> das famílias com BPC	Considerando que atualmente o CRAS possui em sua região <b>460</b> famílias com membros beneficiários do BPC e que <b>435</b> delas possuem CadÚnico, verificamos que a meta prevista de <b>60% foi atingida</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Valor atingido corresponde a <b>95%</b>;</li></ul>



**Meta Pacto SUAS 2014/2017 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

Prioridade	Meta %	Meta 2022-2025
<b>6</b> Reordenar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	<b>50% das famílias cadastradas sejam do público prioritário</b> <b>Cálculo:</b> Considerando que em 2020 tínhamos <b>331 pessoas</b> no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na região, para atingir a meta o CRAS deve ter <b>166 pessoas</b> que corresponde a aproximadamente <b>50%</b> no serviço como público prioritário.	Considerando que atualmente o CRAS realiza o atendimento <b>331</b> pessoas no SCFV e que <b>178</b> destes atendidos são do público prioritário verifica-se a meta prevista de <b>50% foi atingida:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Valor atingido corresponde a <b>54%</b>;</li></ul>
<b>7</b> Ampliar a cobertura da Proteção Social Básica	Referenciar ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) <b>100%</b> (cem por cento) das famílias constante no CadÚnico com meio salário mínimo ou 20% (vinte por cento) dos domicílios do município. <b>Cálculo:</b> Considerando que temos <b>4.114 famílias</b> cadastrados no Cadastro Único na região e que <b>2.565 famílias</b> com meio salário mínimo.	Considerando que das <b>2.565 famílias</b> com meio salário mínimo do cadúnico <b>1.178 famílias</b> são referenciadas no CRAS a meta prevista de <b>100% não foi atingida:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Valor atingido corresponde a <b>46%</b>;</li><li>• Valor não atingido corresponde a <b>54%</b>;</li></ul>

Sendo assim, em meio a esta conjuntura, a SEMAS manterá como referência para o próximo quadriênio parte das prioridades definidas no primeiro Pacto SUAS, de modo que, a tabela a seguir possibilitará um demonstrativo, cujo objetivo é orientar a Gestão do CRAS Sul visando estabelecer em seu planejamento, estratégias para que as metas do Pacto do SUAS sejam alcançadas satisfatoriamente no próximo quadriênio.

Entendendo que “famílias referenciadas são todas as famílias em situação de vulnerabilidade social, residentes no território de abrangência do CRAS” e considerando a resolução nº 18, de 15 de julho de 2013, que dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o quadriênio 2014-2017, pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT, que em sua meta de número 7 (sete), estabelece a necessidade de “...referenciar aos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)



*100% (cem por cento) das famílias constante no CadÚnico com meio salário mínimo ou 20% (vinte por cento) dos domicílios do município”.*

De acordo com a base de dados do sistema CadÚnico, atualmente no território da Região Sul existem **2.565 famílias** com renda de meio salário mínimo, nesse sentido, esse é o número de famílias do território que possuem **perfil para serem referenciadas** ao CRAS Sul. Considerando que **1.178 famílias** já são cadastradas no CRAS, compreendem-se que para atingir a meta proposta na prioridade 7, devem ser alcançadas **1.387 famílias**.

O CRAS Sul trata-se de uma unidade que deve referenciar até **5.000 famílias** e conforme os quantitativos estabelecidos nas normativas quanto à capacidade de atendimento, este CRAS deve atender até **1.000 famílias anualmente e acompanhar até 500 famílias, correspondendo a 10% da capacidade do CRAS**. Considerando que até apuração dos dados tínhamos no CRAS Sul, **1.666 famílias** e/ou indivíduos com prontuário SUAS Cadastrados e que destes se encontram acompanhados no PAIF **216 famílias** e/ou indivíduos que corresponde a **12,9%**.

Torna-se relevante destacar que além de alcançar a meta de acompanhamento, a equipe de referência da unidade, empenhou-se para desenvolver processos de trabalho instituídos na rotina da Unidade do CRAS, realizando diversos atendimentos subsequentes, principalmente das famílias atendidas no PAIF, SCFV's e nos Benefícios de transferência de renda federal ( extinto PBF – atual Auxílio Brasil e BPC) e municipais (Idosos - BMI, Deficientes - BMD e famílias Hipossuficientes - BSF), além das demandas para requerimentos de benefícios junto ao INSS, que vem sobrecarregando principalmente os equipamentos dos CRAS. Toda essa rotina gera diversos desdobramentos, como encaminhamentos para a rede serviços do município e fora dele, intervenções diretas junto aos grupos familiares atendidos, entre outras ações.

O cenário positivo na análise dos dados referentes ao trabalho, realizado no território da Região Sul, ocorre mesmo em um contexto onde o financiamento da assistência social, ainda não possui percentual fixo definido por lei para as três esferas de governo. Há alguns anos os municípios e estados de todo o Brasil lutam pelo estabelecimento deste valor, mas ainda não se teve êxito nesta demanda.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A tabela a seguir demonstra o orçamento da Assistência Social municipal no último quadriênio.

ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DAS OSTRAS - FMAS					
FONTE DE RECURSO	VALORES ORÇAMENTÁRIAS DISPONIBILIZADOS EM - ATUALIZADOS EM 2021 (R\$)				
	2018	2019	2020	2021*	TOTAL
0.2.43 - Governo Federal - Fundo Nacional de Assistência Social/FNAS	R\$ 2.650.126,86	R\$ 1.317.290,00	R\$3.952.672,86	R\$ 1.777.904,02	R\$ 9.697.993,74
0.2.33 - Governo Estadual - Fundo Estadual de Assistência Social/FEAS	R\$304.011,35	R\$ 317.330,00	R\$ 818.441,17	R\$298.120,00	R\$ 1.737.902,52
0.1.00 - Recursos Ordinários da PMRO	R\$ 9.084.120,22	R\$ 8.346.660,00	R\$10.400.000,00	R\$ 9.785.666,66	R\$ 37.616.446,88
0.1.04 e 0.1.50 - Royalties e P.E.	R\$5.307.668,26	R\$ 7.018.796,00	R\$ 6.665.609,47	R\$ 6.085.311,14	R\$ 25.077.384,87
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 17.345.926,69</b>	<b>R\$ 17.000.076,00</b>	<b>R\$ 21.836.723,50</b>	<b>R\$17.947.001,82</b>	<b>R\$74.129.728,01</b>

\*POSIÇÃO ATÉ 07/12/2021

Conforme informações disponibilizadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência de Rio das Ostras, no último quadriênio, pode-se identificar que o orçamento para a gestão da assistência social foi provido em sua grande maioria com recursos próprios do município, esse contexto, evidencia o grande esforço da gestão, no sentido de garantir que os serviços essenciais sejam mantidos e ofertados continuamente.

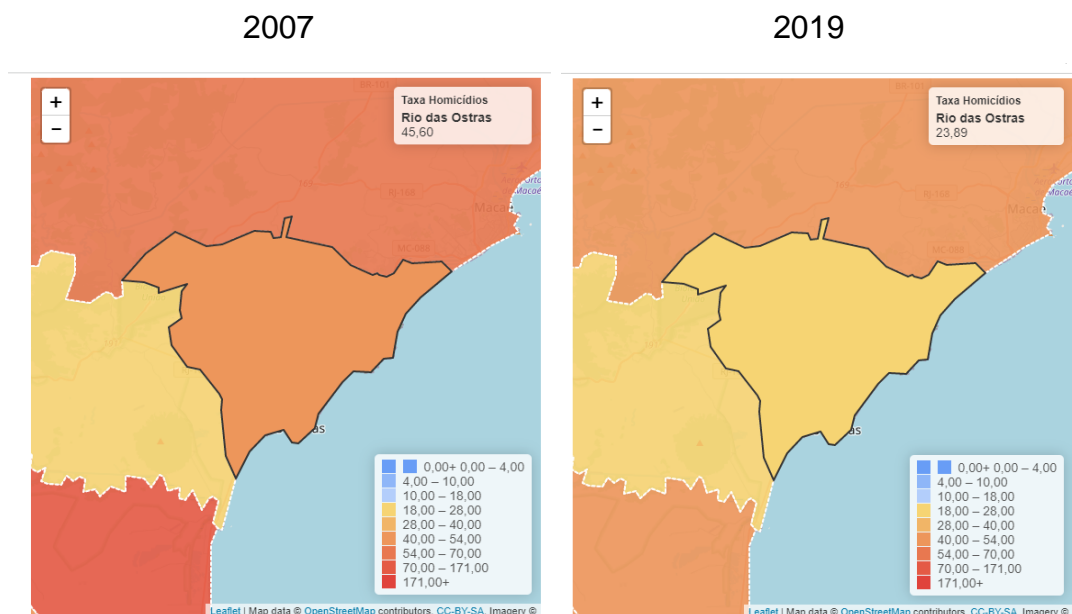
## A dinâmica territorial da Região Sul

A escolha para a implantação do CRAS no território da Região Sul, se deu em função da localidade apresentar diversos aspectos de vulnerabilidades e risco em seu contexto. No diagnóstico socioterritorial realizado no ano de 2017, percebia-se que em todas as localidades do território ocorria um significativo crescimento do seu contingente populacional, bem como, o aumento de violência urbana, criminalidade, tráfico de drogas e situações de violações de direitos envolvendo crianças e adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência. Essa realidade se evidenciava nos dados do censo; dados de alguns institutos de pesquisas; das estatísticas de atendimento das unidades de assistência social governamental e do Conselho Tutelar.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conforme as estimativas oficiais, a população do território continua aumentando, sendo que no município de Rio das Ostras, de um modo geral, houve uma redução no índice de violência, conforme divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), através do Atlas da Violência (2019).



Fonte: IPEA (2019)

Os Mapas apresentados anteriormente foram divulgados pelo IPEA (2019) e retratam a queda na taxa de homicídio do município de Rio das Ostras entre os anos de 2009 e 2019.

Conforme cientista social Moisés Porto, a “migração da violência para cidades do interior” em anos anteriores esteve relacionada a fatores como crescimento econômico, investimento em segurança nas metrópoles (provocando a transferência de criminosos para outras cidades), e maior abrangência de facções criminosas em busca de novos mercados consumidores”. Considerando a especificidade do investimento na segurança pública, ocorreu a partir de 2008 a implantação da primeira unidade de Polícia Pacificadora – UPP, no Rio de Janeiro, sendo ampliada nos anos seguintes. Estudos apontam que na época, essas medidas favoreceram a migração do crime organizado para as cidades do interior do estado e da baixada litorânea.



Em relação ao tráfico de drogas e a criminalidade no território da região Sul, conforme já ressaltado no último diagnóstico (2017), a sua presença se manifesta de forma mais intensa nas seguintes localidades: Cidade Praiana (Conjunto Habitacional de Casas Populares – “Casinhas”); Palmital, Serramar e Cidade Beira Mar (Praça ao lado do CRAS Sul). Essas ações ilegais impactam diretamente na qualidade de vida da população nas áreas do território que ficam muitas vezes impedidos de ir e vir na localidade que residem.

A região possui áreas de frequentes alagamentos, porém, o escoamento ocorre com certa velocidade. Possui algumas moradias improvisadas sem saneamento básico.

Percebemos que no território há uma grande quantidade de Instituições religiosas de diversas doutrinas, que exercem um papel muito importante como rede de apoio para as famílias que apresentam um perfil mais vulnerável, pois, desenvolvem diversas ações de assistência e auxílio às demandas emergenciais que são colocadas no seu dia a dia.

Em relação às associações de Moradores do território não tivemos o acesso a nenhum dado que pudesse retratar como tem se desenvolvido as atividades desse segmento em específico.

## **Ações Intersetoriais realizadas por outras Secretarias referente a todo Município e Região Sul**

No território da Região Sul pode-se identificar a existência de diversas unidades e ações que são geridas por outras secretarias municipais e algumas Organizações não Governamentais, cuja oferta se destina ao município inteiro e outras sendo mais específicas no território. O trabalho intersetorial realizado pelas Secretarias municipais, pela Fundação de Cultura e pelas Organizações da Sociedade Civil são essenciais e complementares ao trabalho desenvolvido pela assistência. No território da Região Sul encontram-se organizadas da seguinte forma para prestar atendimento à população:



## **Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca - SEMAP**

De acordo com as informações prestadas pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, são desenvolvidos serviços territorializados atendendo às especificidades de determinados bairros e serviços desenvolvidos no âmbito municipal, como é o caso do Serviço de Manutenção de jardins, com sede no Parque Municipal Roberto Cação no Mar do Norte, realização de manutenção e confecção de paisagismo de praças e jardins públicos, com produção de mudas, aproveitamento de restos de corte e poda de árvore e compostagem, bem como a construção de mobiliário urbanos.

É ofertado serviço de limpeza urbana, desenvolvido em todo município, com sede no Parque Natural dos Pássaros. Trata-se da limpeza de ruas, praias, rodovias, roçada, recolhimento de entulho e galhada, bem como a manutenção de áreas verdes.

No âmbito da SEMAP também são ofertados os serviços de Engenharia de coleta, Transporte de resíduos sólidos e domiciliares, com sede no Parque Natural dos Pássaros.

Em relação ao mapeamento das áreas ocupadas irregularmente no município, foram identificados por parte da SEMAP, áreas específicas de determinados territórios e áreas de abrangência municipal, já que, conforme os dados apresentados, toda a orla de Rio das Ostras estaria nessa condição por ser área de restinga.

Segundo informações fornecidas pela SEMAP, o Parque Natural Municipal dos possui recepção de visitantes de diversos locais. Funciona também como sede das equipes que prestam serviços no âmbito municipal, como o Serviço de Limpeza Urbana e Serviços de Engenharia de coleta e transporte de resíduos domiciliares.

A SEMAP possui ainda o Programa de Saúde e Bem-Estar Animal com sede no bairro Âncora, que presta serviços a nível municipal, voltado ao controle populacional de cães e gatos, havendo atendimento de veterinário clínico e promoção de adoção de cães e gatos.

### Especificidades da SEMAP no território da Região Sul

Em relação à especificidade da Região Sul, conforme informações da SEMAP, o território da região possui Área de Preservação Permanente (APP) – Erosão Marinha (praia).



## **Secretaria de Transportes Públicos, Acessibilidade e Mobilidade Urbana - SECTRAN**

Segundo informações prestadas pela SECTRAN acerca dos principais serviços, programas e projetos de abrangência municipal, foram citados os serviços de manutenção: ciclovias e vagas especiais destinadas aos idosos e deficientes. O Projeto de Lei 041/21 voltado à mobilidade urbana e projeto da Rodoviária Municipal.

A SECTRAN informou que a criação de vagas para idosos e deficientes está em concordância com as resoluções nº 303 e 304 do CONTRAM. Em relação à gratuidade no transporte público é garantida e fiscalizada conforme a lei 2076/2018.

A adequação dos serviços dos diferentes setores para atendimento às legislações voltadas à garantia dos direitos das pessoas idosas e com deficiência, fortalecem sua inclusão social, bem como acesso ao mercado de trabalho. No caso específico de acessibilidade relativa ao transporte, possibilita a locomoção do usuário, fortalecendo sua autonomia. A gratuidade nos transportes estende essa possibilidade para as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

## **Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ**

- **Coordenadoria Geral de Fiscalização – COMFIS**

De acordo com as informações prestadas pela COMFIS, é desenvolvido o Programa Renda Alternativa, onde são exercidas várias atividades de feirantes e ambulantes, com delimitação por setor, com regras definidas pelo decreto 1829/2018, atendendo todo o território municipal, o público-alvo é composto por pessoas maiores de 18 anos. A solicitação de vaga deve ser feita no Protocolo Geral – DIPRO por meio de um processo administrativo.

O quadro a seguir demonstra o quantitativo de ambulantes cadastrados na CONFINS por localidade.





### 9.3.1 - Ambulantes cadastrados por localidade

Localidade	QTD	%
Cidade Beira Mar	19	33,3%
Cidade Praiana	8	14,0%
Condomínio Maria Turri	-	0,0%
Extensão Serramar	6	10,5%
Jardim Campomar	10	17,5%
Jardim Miramar	4	7,0%
Jardim Patricia	-	0,0%
Palmital	3	5,3%
Serramar	4	7,0%
Vila Verde	3	5,3%
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria de Fazenda/Coordenadoria Geral de Fiscalização - SEMFAZ-COMFIS/RO

Os critérios para autorização estão contidos na Lei de 1091/2006 e o decreto de nº 1829/2018. Conforme informação obtida junto à COMFIS existe uma demanda reprimida, que é atendida conforme deferimento das autorizações.

Em relação aos trabalhadores ambulantes e comerciantes, ocorre a certificação da atividade exercida e seus meios auxiliares (utilizados para realização do trabalho, como carrocinhas, trailers, dentre outros) e em relação ao comércio, é verificada a atividade exercida e licenciamento que não esteja contido nas resoluções nº 05/2020 e lei nº 13974/2019.

Durante o início da pandemia, ocorreram muitas restrições que limitaram o trabalho dos ambulantes, mas segundo a COMFIS, diante da recente flexibilização, estão exercendo suas atividades com as restrições necessárias, contidas no decreto 28987/2021 e 2943/2021 para garantir suas vendas.

Considerando os impactos da pandemia nos diferentes setores da pandemia, inclusive comércio ambulante, foi concedido auxílio emergencial municipal destinado a essa categoria, no intuito de amenizar as perdas ocorridas, foram **572 ambulantes** beneficiados, com a concessão do benefício durante os meses de agosto ou novembro de 2020.



### 9.3.2 - Histórico de ambulantes cadastrados

Ano	QTD
2019	65
2020	56
2021	57

Fonte: Secretaria de Fazenda/Coordenadoria Geral de Fiscalização - SEMFAZ-COMFIS/RO

## Secretaria de Segurança Pública – SESEP

Conforme informações prestadas pela SESEP, os principais serviços oferecidos são de abrangência municipal, podendo citar fiscalização de trânsito, atendimento a acidentes de trânsito, atendimento a recursos de multas e atendimento de solicitação de vaga de estacionamento para prioridades, esses dois últimos possuem sede para atendimento em horário comercial no bairro Loteamento Atlântica, enquanto os dois primeiros funcionam 24h nas vias públicas.

O quadro abaixo demonstra o número de pessoas com deficiência e idosos, residentes na Região Sul que fizeram o requerimento junto à SESEP, para terem seu direito à vaga de estacionamento garantido.

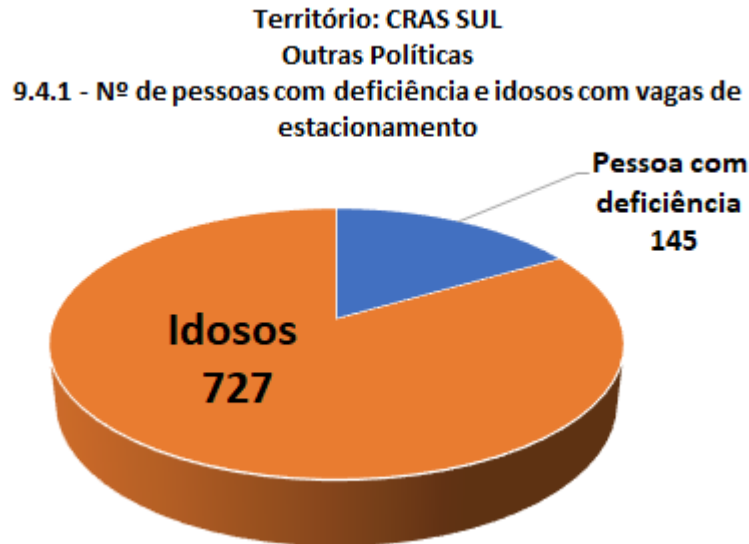
### 9.4.1 - Nº de pessoas com deficiência e idosos com vagas de estacionamento por localidade

Localidade	Pessoa com deficiência	Idosos	Total	%
Cidade Beira Mar	39	158	197	22,59%
Cidade Praiana	38	209	247	28,33%
Condomínio Maria Turri	2	-	2	0,23%
Extensão Serramar	14	62	76	8,72%
Jardim Beira Mar	-	-	-	0,00%
Jardim Campomar	15	110	125	14,33%
Jardim Miramar	11	52	63	7,22%
Jardim Patrícia	3	7	10	1,15%
Palmital	9	21	30	3,44%
Serramar	13	101	114	13,07%
Vila Verde	1	7	8	0,92%
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>727</b>	<b>872</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria de Segurança Pública - SESEP



Identifica-se que um total de **872 pessoas** fizeram o requerimento da carteira de estacionamento junto à SESEP, onde a maioria **727, foram requerimentos realizados por pessoas idosas e 145 foram requerimentos realizados por pessoas com deficiência.**



A SESEP é responsável pelo Departamento Patrulha Maria da Penha – PMAPE, criada pela Lei Municipal nº 2.141/2018, com sede no bairro Costa Azul, cujo público-alvo são as mulheres vítimas de violência. A equipe tem a finalidade de reduzir a violência doméstica na Cidade, conforme diretrizes da Lei Federal 11.340/2006.

Para reduzir o risco de contágio por conta da pandemia do coronavírus em Rio das Ostras, durante o período de pandemia a SESEP participou das barreiras sanitárias, mediante os decretos municipais. No atendimento das Barreiras Sanitárias, os veículos foram parados e os motoristas e passageiros passavam por uma avaliação da equipe da Saúde para que nenhuma pessoa ingressasse na cidade com sintomas de síndrome gripal ou Covid-19.

A Ronda Escolar atua na proteção e orientação dos alunos da rede de ensino pública e privada, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O departamento também realiza o trabalho de proximidade por meio do projeto de multiplicadores, as palestras e os teatros lúdicos, atendendo a todos os segmentos e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).



O Departamento Integrado de Projetos e Ronda Escolar – DIPRE, com sede no CIEP Brizolão Mestre Marçal – Municipalizado, desenvolve diversos projetos como:

**Voando juntos** – ações de aproximação com a comunidade escolar, prevenção e divulgação. Forma de acesso: conforme a rota.

**Teatro** – trabalha de forma lúdica os temas: normas de trânsito, melhor qualidade de vida, enfrentamento às drogas, conscientização sobre o trabalho infantil, combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescente, entre outros.

Forma de acesso: conforme solicitação das unidades escolares.

**Florescer** – escuta, avaliação e encaminhamento pelo técnico de psicologia do departamento, ações de resgate e conscientização para alunos da rede municipal de ensino. Formas de acesso: conforme solicitação das equipes das bases e unidades escolares.

**TMJ** – desenvolve campanhas com temas nacionais por meio de palestras e ações de conscientização. Formas de acesso: conforme solicitação das equipes das bases e unidades escolares.

**EAD** – o projeto visa ofertar capacitação em parceria com outros órgãos e ações dos projetos desenvolvidos pela equipe através da modalidade online. Segundo informações do diretor do departamento, André Luiz Tristão, a plataforma está em fase de desenvolvimento com auxílio de profissionais da Tecnologia da Informação - T.I. Formas de acesso: através de inscrição.

**Mais que vencedores** – oferece atividades laborais, jiu-jitsu e capoeira para alunos e pais da rede de ensino. Formas de acesso: conforme solicitação das equipes das bases e unidades escolares.

**Colônia de férias** – oferecer atividades recreativas no período das férias escolares na base administrativa do departamento. O diretor do DIPRE informou que foi realizada uma parceria com a base da Marinha, em São Pedro da Aldeia, para ofertar aos participantes visitas institucionais e atividades aqui no município. O diretor informou também que em 2020 e 2021 o projeto em parceria com a Marinha



não pode ser realizado devido a pandemia do novo coronavírus. Formas de acesso: através de inscrição

Com a previsão de retorno às aulas de forma presencial, previsto por meio dos Decretos municipais e no Plano de Retomada da Educação, os agentes da Ronda Escolar de Rio das Ostras receberam capacitação promovida pela Secretaria de Segurança Pública do Município. O ciclo de palestras aconteceu nos dias 26 e 27 em agosto de 2021 e contou com a participação de alguns parceiros da rede de garantia de direitos: o Conselho Tutelar de Rio das Ostras, o delegado titular da 128ª DP, Ronaldo Cavalcante, o secretário de Segurança Pública do Município, Marcus Rezende e a Coordenadora Andréa Maria Silva Rosa, responsáveis pelo Ronda Escolar de São Gonçalo, entre outros.

Nos 27 anos da Guarda Municipal, comemorados no dia 25 de agosto de 2021, a Ronda Escolar recebeu quatro viaturas novas para a realização do trabalho na cidade.

- **SESEP - DEFESA CIVIL**

Conforme informações prestadas pela Defesa Civil de Rio das Ostras, os projetos desenvolvidos são:

**Projeto Botinho** - O Projeto Botinho acontece desde 1963, no período de férias escolares. O objetivo é estimular a cultura de prevenção a acidentes marítimos por meio de atividades lúdicas e orientadas. Durante as atividades, será possível aprender a identificar as condições do mar, noções de primeiros socorros, ensinamentos básicos e necessários ao salvamento no mar e muitas outras atividades físicas, além de dicas de preservação do meio ambiente.

Os participantes estão divididos em categorias de acordo com a idade:

7 a 10 anos - categoria Golfinho

11 a 13 anos - categoria Moby Dick

15 a 17 anos - na categoria Tubarão

Os grupos Sereia e Lobo do Mar - destinados aos responsáveis

Forma de acesso: inscrição





**Projeto Evacuação** - atua de forma preventiva, palestrando com professores e alunos e ensinando o Plano de Evacuação para casos de acidentes.

A Defesa Civil relata que durante a pandemia do novo coronavírus atuou de forma conjunta com outros setores, entre eles:

**Coordenadoria Geral de Fiscalização e Postura** - para fiscalização do comércio;

**Secretaria Municipal de Saúde** - apoio na testagem da população nos diferentes territórios;

**Secretaria Municipal de Assistência Social** - desenvolveu o projeto “Defesa Civil na Comunidade”, em parceria com a SEMAS. Enquanto as equipes da SEMAS realizaram, de forma territorializada, o trabalho de conscientização dos usuários sobre o cuidado com a higiene pessoal em tempos de pandemia e a entrega dos kits de limpeza e higiene bucal, a Defesa Civil orientou as famílias sobre situações de calamidade pública a fim de desenvolver uma cultura de prevenção e cuidados com o meio ambiente, já que algumas localidades estão mapeadas como área de risco.

A Defesa Civil informa que as principais demandas são o corte e a poda de árvores que oferecem risco, há também demandas menores, que envolvem vistorias em residências, apoio ao Corpo de Bombeiros, apoio à fiscalização junto ao comércio no combate à COVID, entre outros.



### 9.5.1 - Atendimentos da Defesa Civil por ano e localidade

Localidade	Ano		
	2019	2020	2021
Cidade Beira Mar	12	6	1
Cidade Praiana	17	9	2
Condomínio Maria Turri	2	2	-
Extensão Serramar	1	1	-
Jardim Beira Mar	-	-	-
Jardim Campomar	11	12	2
Jardim Miramar	4	3	-
Jardim Patrícia	1	1	1
Palmital	6	2	1
Serramar	10	4	3
Vila Verde	-	1	3
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>41</b>	<b>13</b>

Fonte: Secretaria de Segurança Pública - SESEP

### Especificidades da Defesa Civil no território da Região Sul

Conforme informações prestadas pela Defesa Civil foram identificados no território da região Sul os seguintes riscos:

Risco de colapso de edificações em todos os bairros do território da região Sul

Risco de inundação nas áreas dos bairros Jardim Campomar, Cidade Beira Mar e cidade Praiana.

Risco de escorregamento de massa nas áreas dos bairros Palmital e Serramar

Risco de ressaca marítima – Na orla do abricó, jardim Campomar e Jardim Miramar.

Considerando a tabela 9.5.1 os bairros com maior número de atendimentos da Defesa Civil entre os anos de 2019 e 2021, situados no território da Região Sul são: Cidade Praiana, Jardim Campomar e Cidade Beira Mar.

### Fundação Rio das Ostras de Cultura - FROC

A Fundação Rio das Ostras de Cultura visa promover, incentivar e executar a política Artística e Cultural do Município de Rio das Ostras. Trata-se de um instrumento de democratização e descentralização das políticas públicas voltadas aos fazeres e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

saberes culturais e artísticos, de modo a preservar, manter e salvaguardar a memória da cidade, buscando a promoção da cidadania cultural.

O órgão mantém sob sua administração a Biblioteca Pública Municipal, a Casa de Cultura Bento da Costa Junior, o Centro de Formação Artística de Música, Dança e Teatro, o Centro Ferroviário de Cultura Guilherme Nogueira, o Empório da Estação, a Fundação de Artes e Cultura e o Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba.

Entre os serviços e projetos oferecidos à comunidade, está o “Cartão Sou Cultura” com objetivo de garantir a democratização da cultura o cartão permite vantagens e oportunidades às pessoas, além da fidelização popular ao comércio local por meio de descontos e vantagens. Outro projeto oferecido é o “FROC Cast” (podcast da FROC) que está disponível nas redes sociais e plataformas digitais, tem a finalidade de dar oportunidade à população para ficar informada sobre o que está acontecendo na área cultural da cidade.

Segundo informações da FROC o município possui cadastro de 557 profissionais do campo artístico-cultural, além de 283 grupos e espaços culturais cadastrados no Portal da Fundação Rio das Ostras de Cultura.

Considerando a situação de pandemia do novo coronavírus que afetou os trabalhadores da cultura e da economia criativa, a Fundação Rio das Ostras de Cultura adotou medidas para mitigar os impactos e auxiliar esses trabalhadores.

O Auxílio Emergencial, de acordo com a Lei nº 2344/2020, publicada no Jornal Oficial nº 1197, beneficiou 234 profissionais cadastrados com auxílio pecuniário em 03 parcelas de R\$500,00 e 01 parcela de R\$473,00.

Referente ao benefício da Legislação Federal nº 14.017/2020 que ficou conhecida como Lei Aldir Blanc, foi informado que 230 espaços e/ou grupos culturais receberam um total de R\$833.348,86 de subsídio do Inciso II da referida Lei. Alguns espaços receberam 01 parcela de R\$3.297,00 e outros receberam 01 parcela de R\$5.000,00, de acordo com a quantidade de integrantes. Além disso, 30 artistas e/ou agentes culturais foram premiados através do Edital do Prêmio Rio das Ostras, Artes, Cultura e Pesquisa – Nego Dé, foram 10 prêmios de 10.000,00, 18 prêmios de R\$5.000,00 e 01 prêmio de R\$3.337,21, somando um total de R\$208.337,21 em premiação.



Consultada sobre os impactos da pandemia do novo coronavírus na oferta dos serviços, a Fundação Rio das Ostras de Cultura relata que, por determinação de decreto municipal, foi necessário fechar temporariamente ao público todas as suas unidades. Suspendeu a abertura de novas vagas no Centro de Formação Artística em 2021 e manutenção dos alunos já inscritos através de aulas online. Cancelou a 2ª edição do projeto “Na Rua – Edição Cidade Beira Mar”. Suspendeu temporariamente o projeto “Um Dia No Museu” e os Cursos livres e gratuitos oferecidos nas unidades da FROC. Também houve a suspensão das audiências públicas para marcação de pauta no teatro Popular.

Os eventos, Paixão de Cristo e Auto de Natal, que fazem parte da Agenda Anual de Eventos da cidade foram cancelados em 2020. Outras medidas internas foram adotadas, conforme decreto municipal, que previa escalonamento dos funcionários nos departamentos.

Durante o período de pandemia em que os artistas estavam impedidos de trabalhar presencialmente, alguns serviços e ações específicas foram criados, entre eles:

**Festival Sou Cultura em Casa I** - que em 2020 contemplou 90 iniciativas culturais com o pagamento de R\$146,00 por vídeo enviado para publicação na página da FROC;

**Festival Sou Cultura em Casa II** - realizado em 2021 e contemplou 90 iniciativas culturais com o pagamento de R\$148,00 por vídeo enviado para publicação;

**SolidariedArte** - a campanha arrecadou alimentos para distribuir aos artistas cadastrados.

Outras ações foram realizadas neste período de pandemia, quando a classe artística foi uma das mais afetadas, a FROC ofereceu apoio aos artistas da cidade na realização de suas propostas contempladas em editais disponibilizando o Teatro Popular para lives e gravações sem público presente e seguindo as orientações sanitárias, totalizando mais de 80 iniciativas apoiadas. O apoio também aconteceu para a gravação e edição dos vídeos de contrapartida dos artistas que receberam subsídio da Lei Aldir Blanc.



Sobre a estruturação do plano de retomada para os serviços da FROC no período pós-pandemia, a Fundação informa que está em andamento a criação de um protocolo de reabertura do Teatro Municipal para o público, seguindo orientações do Governo do Estado para funcionar com plateia reduzida e procedimentos sanitários. Por meio das liberações graduais do decreto municipal e das orientações de enfrentamento ao coronavírus, alguns espaços (Casa de Cultura, Biblioteca Municipal, Empório da Estação e o centro Ferroviário em Rocha Leão) retomaram as atividades presenciais respeitando o limite de pessoas e o retorno das atividades presenciais do Centro de Formação Artística está previsto para outubro, caso os decretos municipais sejam favoráveis.

Outros eventos estão previstos para o ano de 2021, observando-se os decretos municipais. São eles: Casa do Jazz em novembro, concurso de grafite em novembro e para 2022 a FROC programa a comemoração dos seus 25 anos.

A FROC informou ainda que desenvolve ações em vários pontos do município, estão disponíveis os seguintes serviços:

**Centro de Formação Artística** (prédio da Onda), situado na Praça José Pereira Câmara, oferece curso técnico de música, dança e teatro. Devido ao período de pandemia as aulas acontecem no formato online e novas matrículas serão realizadas somente em 2022;

**Livros livres**, com o objetivo de incentivar o hábito da leitura o projeto consiste em pequenas estantes instaladas em pontos de ônibus para a população pegar, trocar e doar;

**Um Dia de Museu**, o projeto oferece visitas guiadas, conduzidas por atores locais que interpretam personagens importantes da Cidade à Casa de Cultura e ao Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba, ambos situados na orla da praia do centro.

### **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDTUR**

Segundo a SEDTUR, a partir dos decretos municipais que declararam situação de emergência de saúde pública no município, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, todas as ações do órgão foram interrompidas e somente após a





implantação dos protocolos de segurança sanitária foi possível reestabelecer a frente de trabalho nas feiras livres e especiais.

Durante esse período de pandemia a secretaria realizou ações para revitalizar as feiras livres, o Shopping de rua e a Praça do Mariléia, criando mais oportunidade de trabalho e renda. Foi criado no município o auxílio emergencial, que atendeu a 988 munícipes (feirantes e artesãos) com auxílio em pecúnia pagos em 4 parcelas de R\$600,00 e 1 parcela de R\$ 473,00.

Para o fomento do mercado de trabalho a secretaria informou que, em parceria com o Sindcomércio, foram realizadas campanhas em relação a manutenção de mão de obra/empregos. Pensando na retomada e no fomento do turismo na cidade, foi implantada a política de qualificação profissional, o objetivo é trazer melhores condições de recepção e atendimento ao turista. Em parceria com o “Sistema S”- Sebrae/Senac, foram ofertadas as Oficinas de Cocriação para planejamento estratégico do turismo de Rio das Ostras e Oficina de Hospitalidade.

Sobre a demanda reprimida para cadastro de feirantes e artesãos, a SEDTUR informa que todas as vagas são preenchidas através de chamada pública.

Outra ação que a secretaria está promovendo é a reabertura do Centro Gastronômico Jose Hugo Celidônio, o prédio da antiga Padaria Escola fica no Parque da Cidade, em Nova Cidade, e conta com duas salas audiovisuais, com capacidade para 25 alunos por turma e um laboratório para prática supervisionada totalmente equipado. Futuramente o espaço estará atendendo aos munícipes com cursos de gastronomia e empreendedorismo para qualificação de mão de obra.

### **Especificidades da SEDTUR no território da Região Sul**

A vocação econômica e potencialidades identificadas pela SEDTUR no território de abrangência do CRAS SUL são: **Restaurantes, Pousadas, Comércio, Serviços, Artesanato e Feiras.**



### 9.7.1 - Artesãos/Feirantes cadastrados por localidade

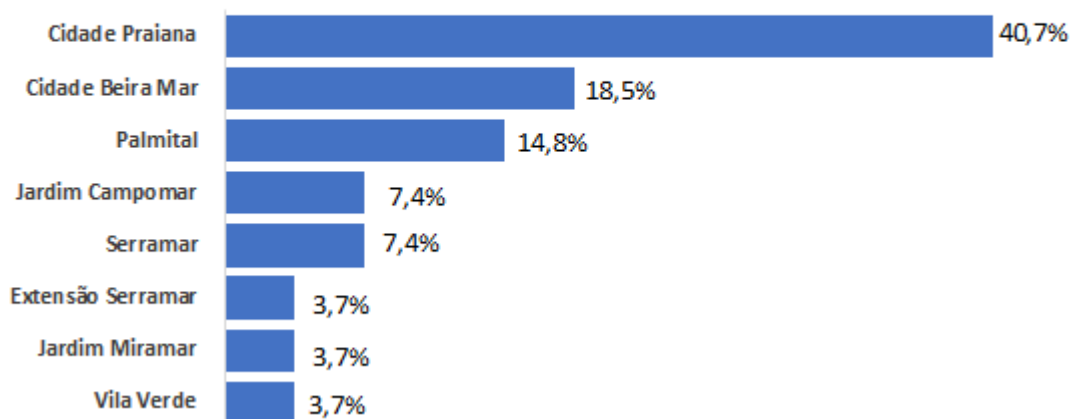
Localidade	Artesãos/ Feirantes	%
Cidade Praiana	11	40,7%
Cidade Beira Mar	5	18,5%
Palmital	4	14,8%
Jardim Campomar	2	7,4%
Serramar	2	7,4%
Extensão Serramar	1	3,7%
Jardim Miramar	1	3,7%
Vila Verde	1	3,7%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDTUR/RO

A Tabela acima demonstra que a maioria dos artesãos e feirantes cadastrados junto à SEDTUR, residentes na Região Sul, são do bairro Cidade Praiana.

De acordo com informações, a SEDTUR desenvolve na Região Sul a “Feira Livre de Cidade Praiana”, em frente à Escola Cidade Praiana, que funciona todos os domingos e são comercializados hortifrutigranjeiros, gastronomia, artesanato e diversos outros produtos.

Território: CRAS SUL  
Outras Políticas  
9.7.1 - Artesãos/Feirantes cadastrados por localidade





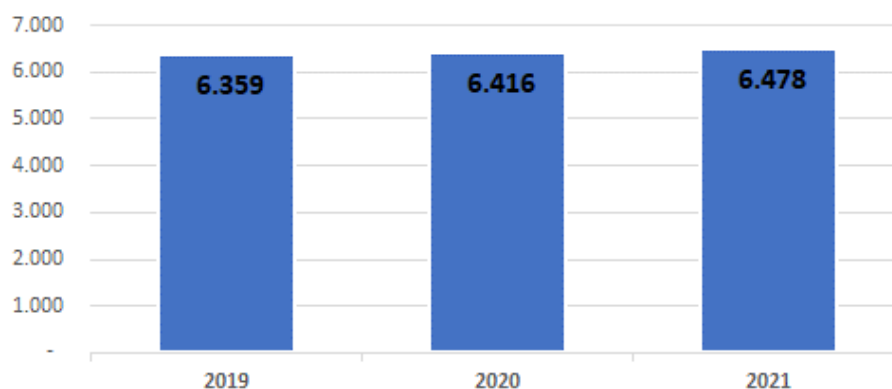
## Secretaria de Educação, Esporte e Lazer - SEMEDE

Considerando os impactos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a SEMEDE informou que assim como grande parte dos municípios do país, o executivo municipal publicou o Plano Municipal de Enfrentamento à Covid-19 e, ainda em março de 2020, estabeleceu medidas para prevenção ao contágio pelo novo coronavírus no município com a publicação do Decreto Municipal 2478, que em seu Art. nº 3, 4 e 5 determinou o fechamento das Unidades Escolares e outras providências, estabelecendo a manutenção do fechamento por meio de novos decretos em 2020 e 2021.

A SEMEDE informou ainda que desde março de 2020 os 23 mil alunos da rede de ensino de Rio das Ostras passaram a estudar remotamente, por meio da Plataforma E-virtu@l Aluno, com aulas interativas e ferramentas diversas. A plataforma permitiu que alunos e professores se comunicassem, além da possibilidade do professor enviar link para os alunos e agendar aulas ao vivo. Foram criadas estratégias específicas para atendimento e monitoramento dos alunos e famílias com dificuldade de adesão ao ensino remoto.

O quadro a seguir demonstra de modo evolutivo o número de crianças e adolescentes que se encontravam matriculadas junto à rede de educação nos anos de 2019, 2020 e 2021, na educação infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais e finais).

**Território: CRAS SUL**  
**Outras Políticas**  
**9.8.1 - Matriculados no Ensino Fundamental**





No gráfico acima pode-se observar que ao longo dos anos de 2019, 2020 e 2021 houve um aumento no número de matriculados no território da Região Sul. Esse aumento ocorrido durante o período de pandemia pode estar associado ao fato de que muitos alunos migraram da rede privada para a rede pública, diante da perda ou redução da renda familiar, justificada pela fragilização e redução dos postos de trabalho.

Para os alunos da Educação Inclusiva/Especial do município foram disponibilizados materiais especiais, como vídeos e atividades postados na Plataforma E-virtu@l Aluno e entregues pela Unidade aos pais e responsáveis, periodicamente, bem como kits com atividades e jogos adaptados às necessidades desses alunos.

Como forma de ampliar as ferramentas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem, a SEMEDE afirma que os livros distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD foram entregues aos responsáveis dos alunos e muitos dos professores, além de preparar apostilas, também usaram os livros didáticos como apoio e reforço para o aprendizado. Também foram disponibilizadas apostilas impressas para alunos que não conseguiam acessar o material por meio da plataforma.

Como forma de registro, a participação e a realização das atividades pedagógicas não-presenciais dos alunos foram monitoradas por meio da plataforma E-virtu@l Aluno. Seja por celular, computador ou tablet, o sistema contabilizava o dia e horário de login de cada aluno, bem como todas as atividades que acessa, sejam vídeos ou apostilas.

Considerando ainda o contexto da pandemia, identifica-se na tabela a seguir que na Região Sul há **77 pessoas** na demanda reprimida aguardando vaga para inclusão em pré-escola no território, devendo-se ressaltar que o mesmo não possui unidade de creche em sua abrangência.

### 9.8.2 - Demanda para inclusão das creches e pré-escola do território

Unidade	Demanda
E.M Rio das Ostras	77
E.M Alzir David Pereira	

Fonte: Secretaria de Educação, Esporte e Lazer - SEMEDE/RO



Com a pandemia do novo coronavírus e a suspensão das aulas presenciais em março de 2020, a SEMEDE informou que com base nas Leis, Decretos e Resoluções publicadas pelas três esferas de governo, foi necessário reorganizar o Calendário Escolar, adotar medidas para o desenvolvimento das atividades pedagógicas não presenciais e para lidar com as situações de evasão escolar.

**Legislações que regulamentaram as aulas não-presenciais no município:**

- Lei federal nº 13.979/2020 – Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;
- Lei federal nº 14.040/2020 - Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;
- Parecer nº 05/2020/CNE - Trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19;
- Decreto municipal 2.474/2020 e demais decretos – Mantiveram suspensas as atividades escolares presenciais em todos os estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino de Rio das Ostras;
- Deliberação nº 01/2020/CME – Orienta as escolas públicas e privadas no âmbito do sistema Municipal de Ensino sobre a reorganização do Calendário Escolar 2020 e a realização de atividades pedagógicas não presenciais no período em que permanecerem as medidas de distanciamento social em razão da necessidade de prevenção e combate ao Covid-19;
- Parecer nº 01/2020/CME – Dispõe sobre a instituição de normas e procedimentos para implementação do Plano de Ações Estratégicas de Organização do Trabalho Pedagógico da Rede Pública Municipal de Rio das Ostras;





- Resolução nº 29/2020/SME – Institui normas e procedimentos para a implementação do Plano de ações Estratégicas de organização do trabalho pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Rio das Ostras, de forma excepcional, no período de suspensão das atividades escolares presenciais, em razão da pandemia pela Covid-19, que disciplinam o atendimento educacional não presencial, aos alunos matriculados e o trabalho dos docentes em regime home office.

#### **Alteração nos Calendários Escolares:**

- Resolução nº 35/2020/SEMEDE – Altera o Calendário Escolar nas Unidades da rede Municipal de Ensino de Rio das Ostras para o ano de 2020;
- Resolução nº 10/2021/SEMEDE – Altera, em caráter excepcional, o Calendário Escolar da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2021.

#### **Medidas adotadas pela SEMEDE para lidar com situação de abandono e de evasão escolar no contexto da pandemia:**

- Realização de contato com os alunos que não tiveram acesso ao material disponibilizado, inicialmente por contato telefônico e em caso de insucesso, visitas à residência do responsável, com o apoio de uma viatura da Ronda Escolar, seguindo os protocolos de segurança;
- Utilização de estratégia da Busca Ativa Escolar para garantir que todas as crianças e adolescentes do município estivessem matriculados na escola, por meio da conscientização dos responsáveis sobre a importância da inclusão escolar do aluno. A SEMEDE informou que a Supervisão Escolar desenvolveu Planos de Ação para minimizar ou erradicar a exclusão escolar, e em caso de não surtirem efeito, outras medidas cabíveis foram tomadas junto ao Conselho Tutelar;
- Parecer nº 002/2020/CME – Divulga os procedimentos a serem adotados para os alunos da Educação Especial (Ensino Fundamental Regular e Educação de Jovens e Adultos – EJA) com possibilidade de abandono escolar por não frequentarem no período das aulas presenciais e não



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

participarem/interagirem nas atividades remotas em 2020 e 2021, em razão da pandemia de covid-19.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, Rio das Ostras não possui dados que comprovem a taxa de analfabetismo, mas tem como meta elevar a taxa de alfabetização da população, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% o analfabetismo funcional. Para isso, a SEMEDE aponta os vários esforços pedagógicos para alcançar esses objetivos:

- Aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa – PNAIC;
- Adesão ao Programa do Governo Federal “Mais Alfabetização”, e considerando o final de sua vigência, o município criou o Programa Rio das Ostras Alfabetizado – PROALFA (Decreto 2.151/2019);
- Implementação de práticas pedagógicas eficientes, foi mais um recurso utilizado a fim de contribuir com o trabalho docente e evitar prejuízos no percurso escolar do aluno, inclusive reprovações, que afetam sua autoestima e encobrem suas potencialidades, ocasionando o abandono escolar e os índices de distorção idade *versus* ano de escolaridade;
- Projeto PALMA – a SEMAS, por meio dos diversos núcleos de atendimento à comunidade, fez o levantamento da demanda de adultos não escolarizados e com base nestes dados foi idealizado em 2019 o Projeto de Alfabetização na Maturidade, que atendeu duas turmas com 32 alunos, com o objetivo de desenvolver a alfabetização de pessoas a partir de 50 anos de idade.
- Articulação e integração de ações de alfabetização nas Unidades Escolares, assegurando o efetivo planejamento, acompanhando sua execução e promovendo formação continuada aos professores alfabetizadores;
- Alfabetização de Jovens e Adultos – EJA, considerando as faixas etárias e em conformidade com as peculiaridades da etapa do ciclo de vida em que se encontram, pretende estimular a diversificação curricular dessa modalidade, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relações entre teoria e prática. A Educação de Jovens e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Adultos, na Rede Municipal de Ensino de Rio das ostras, é ofertada nas seguintes Unidades Escolares:

Escola Municipal Professora Marinete Coelho de Souza;

Colégio Municipal Professora América Abdalla;

Escola Estadual Municipalizada Fazendas Reunidas Atlântica;

Escola Municipal Acerbal Pinto Malheiros;

Escola Municipal Cidade Praiana;

Escola Municipal Fany Batista Esteves.

Com relação ao suporte alimentar às famílias durante a pandemia, a SEMEDE informou que concedeu, até março de 2021, o total de 21.934 kits alimentares. Sendo que, 910 famílias deixaram de receber, por não comparecerem nas datas previstas de entrega ou porque as unidades escolares não conseguiram contato pelos meios de comunicação disponíveis. Até abril de 2021, foram realizadas 4 entregas dos kits de gêneros alimentícios às famílias.

Considerando as demandas do município de Rio das Ostras para a ampliação das creches e escolas, a SEMEDE esclarece que em 2018, com o cancelamento de quatro dos cinco Termos de Compromisso com o FNDE, o município optou por dar continuidade, com recursos próprios, à construção de 03 novas creches municipais e estuda a possibilidade de retomar a construção de outra creche que está com as obras paralisadas, em Nova Cidade. Em ação paralela, das 4 creches municipais, 3 já foram ampliadas e está tramitando o processo para ampliação de mais uma.

Com relação às escolas, está em andamento a construção de uma nova escola para atender o Ensino Fundamental II e a reconstrução da Escola Fany Batista Esteves. Ainda há projeção para ampliação de mais 2 unidades escolares, dessa forma, a SEMEDE acredita que finalizadas as obras previstas, as demandas do município serão sanadas.

Sobre as ações previstas para a retomada das atividades presenciais nas escolas e creches, e sobre a previsão do quantitativo inicial para a retomada e as



estratégias a serem adotadas, a SEMEDE informa que dois decretos municipais foram publicados para orientar nesse sentido:

- Decreto Municipal nº 2779/2021 – que torna público o Plano de Retomada das Aulas Presenciais, elaborado pela Comissão Municipal de Apoio Estratégico à Elaboração do Protocolo de Medida de Proteção e Controle da Covid-19. No Plano de Retomada estão contidas as ações voltadas às políticas públicas em educação, previstas para serem executadas no retorno das atividades presenciais nas escolas e creches municipais no contexto da pandemia;
- Decreto Municipal nº 2935/2021 – que dispõe sobre o retorno gradual às atividades educacionais, pela metodologia de ensino híbrido, de forma escalonada, nas escolas da rede pública municipal de ensino de Rio das Ostras, e dá outras providências.

Segundo informações da SEMEDE, os seguintes serviços, projetos e programas são desenvolvidos no âmbito da educação municipal:

**Projeto MPT na Escola** – em atendimento ao proposto pela Lei nº 12645/2012 que institui o dia Nacional de Segurança e saúde nas Escolas, o projeto trata sobre um conjunto de ações voltadas à promoção de debates nas escolas de ensino fundamental envolvendo alunos, professores e pais sobre temas relativos aos direitos da criança e do adolescente, especialmente, a erradicação do trabalho infantil e a proteção ao trabalhador adolescente. Público alvo: do 4º ao 7º ano do Ensino Fundamental.

**Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP** – uma realização da Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), com apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), destinada aos alunos de Escolas Públicas municipais, estaduais e federais, e escolas privadas, bem como aos respectivos professores, escolas e secretarias de educação, tem como objetivo estimular o estudo da Matemática, revelar talentos – incentivando seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas – e promover a inclusão social pela difusão do conhecimento. Público alvo: do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e aos alunos do Ensino Médio.



**Projeto Janelas para o Amanhã** – lançado pela Petrobrás, com o objetivo de formar um cadastro de escolas públicas municipais e estaduais para a possível doação de computadores recondicionados e a realização de formações digitais para professores de escolas do Ensino Fundamental. Público alvo: Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

**Projeto Escola Arteris e do Programa Viva Meio Ambiente** – a partir da educação, principal instrumento que auxilia na missão de trabalhar a valorização da vida, a promoção da cidadania e a conscientização sobre a importância da sustentabilidade, visa contar com a presença, o envolvimento e a conscientização dos educandos, adolescentes, jovens e adultos em processo educacional, como peças imprescindíveis para girar a engrenagem para a construção de uma sociedade mais consciente e cidadã. Público alvo: Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental das escolas do entorno da BR101);

**Olimpíada de Língua Portuguesa** – uma iniciativa do Itaú Social, com a coordenação do CENPEC, reconhece o trabalho de professores e estudantes das escolas públicas do Brasil nos gêneros: poemas, memórias literárias, crônica, documentário e artigo de opinião, entre outros. Público alvo: Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental;

**Brasil na Escola** – instituído pela Portaria nº 177/2021, o programa induz e fomenta estratégias e inovações para assegurar a permanência, as aprendizagens e a progressão escolar com equidade e na idade adequada.

Público alvo: Anos Finais do Ensino Fundamental;

**Tempo de aprender** – destinado aos docentes, o curso prevê a apresentação da BNCC – seus princípios e estrutura. Há um aprofundamento sobre as áreas e respectivos componentes curriculares, tomando algumas habilidades previstas para os iniciais como referência. Público alvo: professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

**Contaçon de Histórias e Música e Educação** – proporciona aos alunos da rede atividades de cunho pedagógico, artístico e cultural, através dos Projetos “Encantando com histórias” e “Encantando com a música”. Público alvo: livre para todos os alunos dos Anos Iniciais e finais do Ensino Fundamental, através da Plataforma Evirtu@l Aluno;





**Videoaulas** – dando continuidade ao trabalho do Projeto Música e Educação – “Encantando com a Música”, os mediadores de música desenvolvem através das videoaulas na Plataforma Evirtu@I, atividades musicais educativas e de performance, como: canto coral e grupos instrumentais para atender as unidades que foram contempladas com o projeto no período das aulas presenciais, totalizando 14 escolas. Público alvo: Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental;

**Programa Educação Tecnológica** – informática e robótica educacional na Rede Municipal de Ensino de Rio das Ostras – Compreende os espaços makers, caracterizado por aulas de robótica e informática na Plataforma Evirtu@I, design thinking, resolução de problemas e participação em desafios a partir do estímulo ao protagonismo estudantil na perspectiva da criatividade, interdisciplinaridade, arte e transformação. Público alvo: Educação Infantil (a partir de 4 anos) e Ensino Fundamental;

## **SUBSECRETARIA DE ESPORTE E LAZER**

A Subsecretaria de Esporte e Lazer, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, informou que devido à pandemia pelo novo coronavírus todos os projetos esportivos e de lazer, bem como todos os eventos esportivos, foram interrompidos em conformidade com os decretos municipais, no que se refere à prevenção do contágio da Covid-19.

A equipe precisou adaptar-se às ferramentas tecnológicas, que possibilitaram o atendimento virtual em alguns projetos, como por exemplo, atividades e exercícios físicos:

- Projetos para-esporte;
- Projeto Rio das Ostras em Movimento;
- Projeto Zumba.

A equipe de profissionais da SUBESPORTE participou da produção de vídeos educacionais (Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais) que foram disponibilizados no site da SEMEDE – E-VITU@L ALUNO, para que os alunos da rede municipal de ensino pudessem acessar e praticar aulas de Educação Física.



Sobre o Plano de Retomada, a subsecretária informou que está elaborando o plano de retorno das aulas de forma presencial e seguirá o Calendário Escolar das escolas municipais. A retomada se dará de forma gradativa, dentro dos padrões de segurança e com anuência do comitê de combate ao novo coronavírus em todos os projetos. Posteriormente, serão implementados novos projetos esportivos, tais como:

Natação em piscina

Natação no mar

Escola de vela

Artes marciais (Muay-Thai)

Para a retomada às atividades esportivas, as unidades esportivas foram reformadas e os materiais esportivos preparados para serem utilizados nos projetos. Foi definida também a forma de acesso dos alunos aos projetos esportivos.

### **Especificidades da região Sul**

Considerando as consequências da pandemia do novo coronavírus nas diferentes políticas públicas, em especial, na rede municipal de educação que teve a suspensão das aulas presenciais, a SEMEDE informou que para o atendimento e monitoramento dos alunos com dificuldades de adesão ao Ensino Remoto, cada Unidade Escolar criou estratégias específicas para alcançá-los. Foram realizadas pesquisas para saber o percentual de acesso à internet das famílias e buscas aos alunos que nunca acessaram o material virtual e/ou nunca compareceram à escola para pegar o material físico que quando é retirado fica registrado no Sistema Integrado de Acompanhamento e Formação – SIFAP, a fim de tornar transparente o processo de adesão e as dificuldades dos alunos.

Nas unidades escolares da região sul, **54%** dos alunos apresentaram dificuldade de adesão ao ensino remoto e **21%** não apresentaram dificuldade.

**Estratégia realizada:** para os alunos e famílias com dificuldade de adesão ao ensino remoto virtual foi realizada como estratégia a entrega de apostilas (material físico) nas Unidades Escolares.



Considerando as demandas do município de Rio das Ostras para a ampliação das creches e escolas, a SEMEDE esclarece que está em andamento a construção de 03 creches municipais, sendo duas delas na Região Sul:

- a) Jardim Miramar;
- b) Loteamento Extensão Serramar.

Com relação às escolas, a SEMEDE informou que está em andamento também a reconstrução da Escola Municipal Fany Batista Esteves, no bairro Nova Aliança.

• **SUBSECRETARIA DE ESPORTE E LAZER**

A SUBESPORTE informou que na Região Sul desenvolve os seguintes projetos:

a) ESCOLA DE FUTEBOL:

- Estádio Municipal Ormeo Marinho – Jardim Campomar  
Funcionamento: terça e quinta-feira, das 08 às 17 horas  
Público alvo: crianças e adolescentes  
Forma de acesso: inscrição com comprovação de matrícula escolar e apresentação do atestado médico
- Estádio Municipal Amaro Mota de Oliveira - Palmital  
Funcionamento: terça e quinta-feira, das 08 às 17 horas  
Público alvo: crianças e adolescentes  
Forma de acesso: inscrição com comprovação de matrícula escolar e apresentação do atestado médico
- Campo de Futebol Society Cidade Beira Mar – Cidade Praiana  
Funcionamento: terça e quinta-feira, das 08 às 17 horas  
Público alvo: crianças e adolescentes  
Forma de acesso: inscrição com comprovação de matrícula escolar e apresentação do atestado médico

b) RIO DAS OSTRAS EM MOVIMENTO:

- Estádio Municipal Amaro Mota de Oliveira - Palmital  
Funcionamento: terça e quinta-feira, das 19 às 20 horas



Público alvo: adulto

Forma de acesso: inscrição com apresentação do atestado médico

## **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**

O Sistema Único de Saúde – SUS, criado a partir da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições de promoção, proteção e recuperação de saúde, bem como a organização e funcionamento dos serviços. A Legislação apresenta os princípios e atribuições do SUS, especificando a competência e atribuição de cada nível, seja ele federal, estadual e municipal.

As Políticas Públicas de Saúde são formuladas e organizadas considerando o enfoque das necessidades dos usuários por ciclos vitais, que são as faixas – etárias, etnias, gênero, orientação sexual, situação social e políticas transversais.

O objetivo geral dos programas de Saúde é ofertar cuidados aos usuários da rede Municipal de saúde, em serviços de referência das áreas programáticas que compõem o Departamento.

Conforme informações e dados apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde- SEMUSA, o departamento de Programas de Saúde do município de Rio das Ostras visa incentivar a interlocução e aproximação entre os diferentes serviços da rede Municipal de Saúde, apoiando os profissionais da atenção primária, estimulando o diálogo intersetorial, com intuito de promover a integralidade do cuidado em saúde e realizando ainda ações de Educação Continuada e Permanente.

Em relação às mudanças ocorridas durante o período de Pandemia, a SEMUSA promoveu ações educativas em saúde, com grupos de risco para COVID-19 e outras vulnerabilidades, utilizando as plataformas digitais de vídeo conferência por meio do MEET e mensagem de aplicativos.

O público contemplado com essas ações educativas via plataforma digital são os idosos, obesos grau II e III, imunossuprimidos, hipertensos e diabéticos, usuários em sofrimento mental e seus familiares, população em geral no Projeto PICS.

Outra estratégia utilizada pela SEMUSA durante a pandemia, foi a oferta de ações de monitoramento em saúde de grupos de risco para COVID-19 e outras vulnerabilidades através do teleatendimento, visando atender os idosos, obesos grau II e III, imunossuprimidos, hipertensos e diabéticos, bem como os usuários em sofrimento



mental e seus familiares, as gestantes de alto risco, adolescentes em vulnerabilidade social, usuários notificados pelo SINAN por situações de violências diversas.

Todos os territórios são contemplados pelas ações educativas via plataforma digital e ações de monitoramento em saúde, inclusive aqueles que não possuem equipes de estratégias de saúde da família.

Dentre os principais Programas de Saúde podemos citar: Ciclos vitais, Doenças crônicas não transmissíveis, doenças infectocontagiosas e Núcleo Ampliado de Saúde da Família, que serão melhor detalhados adiante.

### **Programa de Saúde da Criança e Triage Neonatal**

#### **NÚCLEO DE SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – NASCA:**

Voltado às crianças de 0 a 10 anos incompletos referenciadas da Atenção Primária para os Serviços Especializados. Permaneceu funcionando durante a pandemia em espaço físico situado em área de abrangência da Região Central.

Conforme informações prestadas pela SEMUSA, são ofertados diversos serviços, como seguimento no Neonato de risco, ambulatórios de aleitamento materno, introdução alimentar, Programa de Fórmulas infantis, gastropediatria, endocrinopediatria, teste do olhinho e orelhinha. Oferece atendimentos também para situações de violência, inclusive autoprovocada, bem como violência/abuso sexual.

O atendimento pode ser realizado a partir de encaminhamento das Unidades de Atenção Básica, por se tratar de um serviço especializado ou encaminhamento intersetorial de outras políticas como SEMEDE, Conselho Tutelar, CREAS e CRAS.

#### **1. Serviços do Núcleo de Atenção à Saúde da criança e do Adolescente - NASCA:**

- Ambulatório de FOLLOW-UP: atendimento pediátrico voltado ao segmento de cuidado do prematuro de risco após a alta hospitalar, visando diagnóstico precoce e intervenção necessária. O Acolhimento ocorre quinzenalmente, mediante agendamento prévio.





- **Ambulatório de amamentação:** Trabalho voltado para apoio prático do manejo da amamentação, prezando pela amamentação exclusiva até os 6 meses e complementada até os dois anos ou até quando a mãe quiser.

- **Pediatria Geral:** atendimento de pediatria para bebês, cujas mães fizeram o pré-natal no Nasa, bebês e crianças vítimas de violência ou com outras particularidades que ultrapassam o cuidado básico. O atendimento é realizado mediante agendamento presencial prévio, sendo necessário encaminhamento de pediatria ou médico de família.

- **Programa de Fórmulas Infantis – PFI** – Voltado às crianças que estão impossibilitadas de serem amamentadas por suas mães por razões de doenças, tratamentos e casos de reações adversas ao leite materno ou leite de vaca, considerando critérios próprios e apresentação da documentação exigida.

- **Triagem Neonatal-** É ofertado o teste da orelhinha ou “exame de emissões otoacústicas evocadas, que é o método mais moderno para constatar problemas auditivos nos recém-nascidos e o Teste do Olhinho que é um exame simples e indolor que consiste na identificação de que a criança não possui nenhum obstáculo ao desenvolvimento da sua visão.

- **Especialidades em Pediatria**

Conforme os dados enviados pela SEMUSA, o município possui as seguintes especialidades em saúde pediátrica: gastropediatria, endócrinopediatria, neuropediatra e homeopatia. Os atendimentos devem ser agendados previamente.

- **Núcleo de Atenção à Saúde do Adolescente - NASA**

É voltado a crianças e adolescentes de 10 a 19 anos, que residem no município de Rio das Ostras nas seguintes condições: Em situação de vulnerabilidade social e/ou situação de risco; em situação de violência, inclusive autoprovocada; vítimas de violência/abuso sexual com relato de ideação suicida ou tentativa de suicídio; portadores de doenças graves e/ou crônicas. Também têm equipe com outras especialidades para atendimento aos riscos nutricional e/ou transtornos alimentares, alterações no desenvolvimento/crescimento, uso abusivo de álcool,



tabaco e outras drogas, situações de conflito com a lei, gestantes adolescentes de até 17 anos.

Dentre as ações realizadas no NASA, ressalta-se o grupo de bate-papo e acolhimento, que foi suspenso durante a pandemia, pré-natal de gestantes adolescentes, atendimento ambulatorial em ginecologia, pediatria, enfermagem, nutrição, psicologia, serviço social e interconsulta, que são realizadas por mais de um profissional de saúde.

O **acolhimento individual** é realizado mediante demanda espontânea e atendimento mediante agendamento presencial prévio, não havendo necessidade de encaminhamento.

O atendimento prioritário é voltado às pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou situação de risco, violência, inclusive autoprovocada, vítimas de violência/abuso sexual, com relato de ideação suicida ou tentativa de suicídio, portadores de doenças crônicas graves e/ou crônica, risco nutricional ou transtornos alimentares, com alterações no desenvolvimento/crescimento, em uso abusivo de álcool, tabaco e outras drogas, em situação de conflito com a lei, gestantes e adolescentes de até 17 anos.

Dentre os objetivos do NASA, cita-se a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens, de 10 a 19 anos, visando à promoção de saúde, à prevenção de agravos e à redução de morbimortalidade, ter um ambulatório específico para adolescentes que ofereça atendimento integral a saúde biopsicossocial, assegurar atendimento integral aos adolescentes e jovens vítimas e autores de violência e seus familiares, sobretudo casos de violência sexual e intrafamiliar, contribuir com a redução da morbidade associada à gravidez na adolescência, proporcionar ações que estimulem a prevenção e promoção à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, dentre outros.

Algumas ações do NASA são desenvolvidas no âmbito das equipes de Estratégias de Saúde de Família e Unidades Básicas de Saúde, como acolhimento e atendimento às demandas de saúde do adolescente no escopo de saúde da família, distribuição e acompanhamento da caderneta de Saúde do Adolescente, acompanhamento do calendário vacinal de adolescentes, orientação de métodos contraceptivos e prevenção a ISTs, testes rápidos, acompanhamento das adolescentes gestantes, busca ativa de adolescentes gestantes faltosos ao serviço de referência.



O atendimento é realizado por meio de encaminhamento de profissionais de saúde das ESF's, UBS's, UPA, Hospital Municipal ou livre demanda encaminhamento intersetorial da SEMEDE, Conselho Tutelar, CREAS e CRAS. Cabe ressaltar que esse encaminhamento é voltado aos serviços e não a especialidades.

- **Programa de Saúde da Mulher** – A Coordenação do Programa de saúde da Mulher tem como público-alvo as mulheres referenciadas da Atenção primária para os serviços especializados, como pré-natal de alto risco; patologia cervical, planejamento familiar: DIU, vasectomia e laqueadura tubária (O Planejamento familiar ficou suspenso durante a pandemia pelo novo coronavírus – COVID – 19, oferece ainda o serviço de mastologia e ginecologia geral. Dentre os principais objetivos, podemos citar a implementação de ações de serviços de saúde que contribuam para a garantia dos direitos humanos das mulheres e redução da morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis.

Conforme informações da SEMUSA, tem como enfoque de gênero, a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores, e pretende consolidar serviços dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento familiar, dentre outros serviços.

O primeiro acesso ocorre por meio dos atendimentos nas UBS e ESF em todas as Unidades de Saúde da Atenção Primária e mediante identificação da demanda e encaminhamento de profissional de saúde dessas unidades, da UPA ou HMNM, é realizado o agendamento.

- **Programa Saúde do Idoso** – Desenvolvido em todas as unidades de saúde de Atenção Primária, voltado a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, através de livre demanda na Unidade Básica de Saúde e Estratégia de Saúde da Família – ESF de referência da moradia do usuário.

As ações presenciais coletivas foram suspensas devido a Pandemia por COVID-19, funcionando as rodas de conversa virtuais e atendimentos presenciais individuais nas Unidades Básicas de Saúde - UBS e Estratégia de Saúde da Família- ESF no local de referência da moradia do usuário.

O objetivo do Programa de saúde do idoso é de promover o apoio ao cuidado da pessoa idosa nas estratégias de saúde da família. Tem como principais objetivos:



Qualificar o cuidado ofertado, implementar a “Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa”, induzir e fortalecer uma linha de cuidados em saúde da pessoa idosa, ampliar a rede de cuidados através de ações intersetoriais e incentivar a participação dos usuários em grupos de convivência.

Diversas ações são previstas como: grupos de saúde do idoso (atividades coletivas), Plantão de saúde do idoso (Atendimento de demanda espontânea), Ambulatório de Memória e Atenção do Idoso (avaliação e atendimento de idosos com déficit cognitivo), atendimento psicossocial (acolhimento e orientação aos idosos e suas famílias com base no apoio matricial, suporte técnico especializado às equipes de saúde da família.

Determinadas ações são previstas para serem executadas pelas equipes de ESF's e UBS's, como avaliação multidimensional da pessoa idosa (Aplicação da caderneta de saúde da Pessoa Idosa), acompanhamento longitudinal da pessoa idosa e grupo de saúde do idoso.

### **Doenças Crônicas não Transmissíveis**

- **Programa Hiperdia:** atendimento por livre demanda às pessoas com hipertensão arterial sistêmica e Diabetes Mellitus, visando promover atenção integral a saúde, contribuindo para as boas práticas e prevenção dos agravos. o primeiro acesso pode ser realizado em todas as unidades de saúde da atenção primária, com serviço de referência no Centro de Saúde do Bairro Extensão do Bosque, situado no território de abrangência da Região central.

O trabalho realizado é voltado às ações coletivas informativas e de educação em saúde, avaliação do pé diabético, oficina de insulina e solicitação de próteses ortopédicas para diabéticos.

Dentre as principais ações do Programa Hiperdia, destaca-se o uso do aplicativo de mensagens *Whatsapp*, com atividades coletivas sistemáticas de promoção da saúde e monitoramento dos cadastrados, bem como atendimentos presenciais agendados, mediante contato telefônico.

Outras ações são: consulta de enfermagem para diabéticos e hipertensos com implementação da estratificação de risco, atendimento com nutricionista para casos com dificuldade de acompanhamento pelos ESF's, atendimento de fisioterapeuta por



meio da avaliação do pé diabético, educação em saúde, articulação com a estratégia em saúde da família para atendimento presencial, encaminhamento, suporte técnico especializado das equipes da ESF e atendimento psicossocial com acolhimento e orientação a pessoas portadoras de doenças crônicas, com base nas estratégias territoriais e poio matricial.

As principais ações do programa a serem executadas pelas equipes de ESF's ou UBS's: consulta de enfermagem, cadastramento e monitoramento pela equipe de ESF, encaminhamento para o Serviço de referência e especialidade em casos necessários, educação em saúde com salas de espera e grupo Hiperdia, acompanhamento pelos ACS, com monitoramento para prevenir complicações.

- **Programa Tabagismo** – O Programa tem por objetivo reduzir a prevalência de fumantes e a consequente morbimortalidade relacionada ao consumo de derivados do tabaco, o público-alvo é composto por pessoas dependentes do tabaco, com desejo pela cessão do tabagismo.

O atendimento é realizado por livre demanda e possui como principais ações: avaliação do perfil dos fumantes que procuram o serviço, implementação individual e coletiva da abordagem básica de cessão do tabagismo que visa prestar orientações ao fumante que deseja deixar de fumar, utilização de tratamentos medicamentosos e não medicamentosos necessários a cessão do tabagismo, referenciamento para o Ambulatório de Saúde Mental, CAPS e outros pontos da rede de saúde, com vista ao cuidado integral.

Dentre as ações a serem executadas pelas equipes de ESF's ou UBS's, destaca-se a Busca Ativa dos tabagistas do território, informar e sensibilizar usuários quanto a morbimortalidade relacionada ao consumo de derivados de tabaco, informar sobre recursos existentes na rede de saúde, visando o apoio a cessação do tabagismo, encaminhar usuários tabagistas para atendimento na equipe de Referência municipal, acolhimento e atendimento as demandas de saúde integral do usuário tabagista, realizar ações educativas visando a prevenção do uso do tabaco e identificação de casos no território, apoiando as ações de descentralização do programa para as unidades de ESF e UBS.





- **Ambulatório de Saúde Mental:** voltado a pessoas com transtornos mentais leves e moderados, atendendo com equipes específicas para álcool e outras drogas, crianças e adolescentes, adultos e idosos. O atendimento é realizado no espaço físico do centro e o agendamento ocorre somente com encaminhamento de profissional de saúde da ESF's/UBS's. O agendamento deverá ser realizado mediante encaminhamento de profissional de saúde das ESF's e UBS's. Inicialmente será realizado um agendamento com profissional de acolhimento e avaliação de risco e orientações acerca do serviço. O referido Ambulatório fica situado no centro da cidade.
- **Centro de Atenção psicossocial CAPS II- Adulto** – Voltado a pessoas portadoras de transtornos mentais graves acima de 18 anos de idade. O agendamento é realizado somente através de encaminhamento de profissional de saúde das ESF's/UBS's/ASM/UPA e Hospital Municipal.

## **NÚCLEO DE ATENÇÃO E VIGILÂNCIA DAS VIOLÊNCIAS - NAVI**

De acordo com as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, o objetivo geral é inserir pessoas vítimas de violência na rede de saúde, dentro dos preceitos das políticas públicas de saúde. Visa sensibilizar os profissionais da rede acerca da importância do acolhimento das vítimas de violência, garantir os direitos das vítimas através da rede de saúde e articular com os setores envolvidos um projeto terapêutico adequado para a vítima e articular ações intersetoriais.

Utiliza como indicador de monitoramento do programa: A proporção de notificações de Violência Interpessoal e Autoprovocada. A partir daí o programa executa ações de orientações, busca ativa, intersetorialidade (Conselho tutelar, CRAS, CREAS e CEAM), qualifica as fichas de notificação e informar aos conselhos de direito os casos de violência.

As equipes das Unidades Básicas de Saúde e Estratégia de saúde da Família, realizam o acolhimento das vítimas de violência, notificação de casos, encaminhamentos à rede de proteção e saúde e busca ativa na área de abrangência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A questão da violência torna necessária uma mobilização de toda rede, incluindo diferentes políticas, para que a pessoa e sua família consigam superar as diferentes formas de vulnerabilidade.

Foram diversos os agravos notificados para a saúde no ano de 2021, conforme indicado no quadro a seguir, com dados específicos da Região Sul.

### 9.9.1 - Agravos notificados em 2021

CID 10	DESCRIÇÃO	QTD	%
B86	ESCABIOSE(SARNA)	99	23,3%
Y09	VIOLENCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA	86	20,3%
W64	ATENDIMENTO ANTI-RABICO	37	8,7%
B30	CONJUNTIVITE VIRAL	36	8,5%
T659	INTOXICACAO EXOGENA	28	6,6%
B02	HERPES ZOSTER ( ZONA)	20	4,7%
Y59	EVENTOS ADVERSOS POS VACINACAO	18	4,2%
O981	SIFILIS EM GESTANTE	18	4,2%
A169	TUBERCULOSE	10	2,4%
A509	SIFILIS CONGENITA	9	2,1%
A539	SIFILIS NÃO ESPECIFICADA	9	2,1%
Y96	ACIDENTE DE TRABALHO GRAVE	7	1,7%
B26	CAXUMBA (PAROTIDITE EPIDEMICA)	7	1,7%
B24	AIDS	7	1,7%
B01	VARICELA	5	1,2%
B37	CANDIDIASE	4	0,9%
Z209	ACIDENTE DE TRABALHO COM EXPOSICAO A MATERIAL BIOLÓGICO	4	0,9%
D570	ANEMIA FALCIFORME COM CRISE	3	0,7%
A60	HERPES GENITAL( APENAS O PRIMEIRO EPISODIO)	3	0,7%
A38	ESCARLATINA	2	0,5%
B42	ESPOROTRICOSE	2	0,5%
A309	HANSENIASE	2	0,5%
Z206	CRIANCA ESPOSTA HIV	2	0,5%
O986	DOENCAS CAUSADAS POR PROTOZOARIOS COMPLICANDO GRAVIDEZ	2	0,5%
R36	SINDROME DO CORRIMENTO URETRAL EM HOMENS	1	0,2%
N72	SINDROME DO CORRIMENTO CERVICAL EM MULHERES	1	0,2%
B19	HEPATITES VIRAIS	1	0,2%
A829	RAIVA HUMANA	1	0,2%
<b>Total</b>		<b>424</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria de Saúde - SEMUSA/RO, até junho 2021

Na Região Sul é realizado um importante trabalho de acompanhamento dos Agentes comunitários de saúde junto às famílias residentes no território. Atualmente são 10.175 **pessoas** cadastradas pela Secretaria de Saúde.



Em relação aos registros de casos de pessoas contaminadas pela COVID-19, foi registrado pela SEMUSA no território da Região Sul as seguintes informações:

O número de casos confirmados de COVID foram **2.936 casos**, os recuperados somam **2.714 casos**, os óbitos foram **93** e a taxa de letalidade de aproximadamente **3,2%**, dados apurados e fornecidos pela Secretaria de Saúde/RO até junho/2021.

### **Área técnica de Alimentação e Nutrição**

Considerando a pandemia pelo novo coronavírus, novos serviços foram criados para atender às necessidades apresentadas, o projeto de Práticas Integrativas e Complementares em saúde PICS ao alcance de todos! Já citado anteriormente é um exemplo.

### **PROJETO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE “PICS AO ALCANCE DE TODOS”**

Trata-se de um projeto é ofertado pelo SUS no modo online, com serviços como automassagem, autoalongamento, dança sênior, homeopatia, Reiki, Shantala e terapia floral, o agendamento para participação é através de mensagem de aplicativo.

O Práticas Integrativas e complementares em Saúde PICS ao alcance de todos teve início em janeiro/2021 online para os munícipes. Para participar basta enviar mensagem por aplicativo e a pessoa recebe o link para acesso ao formulário de inscrição.

### **DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS**

- **Programa de Combate à Hanseníase-** Voltado aos casos sintomáticos, dermatológicos, com lesões sugestivas, pessoas com reação hansênica, pessoas com sequelas da hanseníase. O agendamento é realizado através de encaminhamento profissional de saúde da ESF's, UBS's, UPA ou Hospital Municipal ou livre demanda. O atendimento é realizado no Centro da Saúde da Extensão do Bosque, área de abrangência da região Central.



Dentre as principais ações executadas, pode-se citar a identificação de sinais e sintomas de hanseníase e avaliação de casos suspeitos, diagnóstico precoce, notificação de casos confirmados, direcionar notificação para a vigilância epidemiológica e avaliação dermatoneurológica.

As equipes das Unidades Básicas de Saúde e Estratégia de Saúde da Família são responsáveis por identificar sinais e sintomas de hanseníase, avaliação dos casos suspeitos para encaminhamento, orientação dos técnicos de enfermagem, monitoramento, busca ativa de faltosos, orientação de pacientes e família, realização de curativos, desenvolvimento de ações educativas na comunidade e assistência domiciliar.

- **PROGRAMA DE CONTROLE DA TUBERCULOSE** – Programa voltado aos casos sintomáticos respiratórios, contactantes de pessoas com diagnóstico de tuberculose, pacientes encaminhados para realização de Prova Tuberculínica. O atendimento é realizado no espaço físico do Centro de Saúde da Extensão do Bosque. O agendamento é realizado mediante encaminhamento de profissional de saúde da ESF's/UBS's, UPA ou Hospital.
- **PROGRAMA IST/HIV/AIDS/HEPATITES VIRAIS**

De acordo com as informações da SEMUSA, trata-se de um programa voltado a pessoas com HIV, AIDS e Hepatites virais, segmento de pessoas vítimas de Violência Sexual (VVS), acidente de material biológico (AMB); segmento de pessoas em uso de profilaxia pós-exposição, segmento de crianças expostas ao HIV e pessoas vulneráveis às IST/HIV/AIDS/Hepatites Virais.

O atendimento é realizado a partir de encaminhamento de profissional da saúde das ESF's, UBS's, UPA, Hospital Municipal ou livre demanda.

O público-alvo são pessoas com HIV/AIDS/Hepatites virais, segmento de pessoas vítimas de violência sexual, vítimas de acidente com material biológico, profilaxia pós-exposição.

Dentre os objetivos apresentados pela SEMUSA, a realização de diagnóstico precoce para a redução da taxa de transmissão, tratamento precoce dos agravos e realização de ações de conscientização para prevenção e promoção da saúde, são algumas das ações.



Por meio do Centro de Testagem e Aconselhamento são utilizados alguns indicadores de monitoramento.

As Unidades Básicas de Saúde – UBS's e Estratégia de saúde da Família – ESF's constituem-se como porta de entrada na esfera municipal para acesso aos serviços de saúde, por se tratar de Atenção Primária, tendo como prerrogativas: utilização de protocolos clínicos, ações de ampliação do diagnóstico precoce e combate ao preconceito, aconselhamento e abordagem, imunizações, campanhas informativas e educativas, manejo, acolhimento, dentre outros. Os agentes comunitários de saúde se constituem em estratégia de saúde da família e atuam em ações educativas.

### **Secretaria de Gestão Pública - SEGEP**

De acordo com as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Gestão Pública -SEGEP, a mesma possui como serviços e programas de abrangência em todo território do município:

- **Divisão de regularização Fundiária:** visa atender as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, localizadas em área de posse de interesse social. Para acesso é necessário comparecer ao Centro de Cidadania para realização do cadastro;

O referido serviço contribui para que as famílias possam regularizar a situação do seu imóvel, uma vez que é bastante comum no município localizarmos famílias que adquiriram imóveis por meio de documento de posse e não possuem condições socioeconômicas para regularização.

- **Planejamento e Orçamento Participativo – POP:** voltado aos munícipes, com intuito de realização de reuniões presenciais (suspensas devido à pandemia) e realizações de Assembleias Gerais Ordinárias (Virtuais).
- **Programa de Apoio à Formação Acadêmica e Profissional de Rio das Ostras – PRÓ – Formação:** voltado aos Jovens e adultos, com idade a partir de 15 anos, o processo seletivo e inscrições são online.
- **Centro Municipal de Inclusão Digital – CMID** nos seguintes locais: Bairro São Cristóvão, no Centro Integrado de Convivência – CIC do bairro Nova Esperança e





no CRAS Sul, no bairro Cidade Beira Mar. O referido centro visa atendimento aos munícipes (crianças, jovens e adultos), com propostas sociopedagógicas, atendendo as necessidades de realização de pesquisas e consultas através de acesso à internet, ofertando apoio técnico e pedagógico, além de impressão de trabalhos e documentos suscintos. Segundo as informações prestadas, possui ainda oferta de cursos de informática do Programa de Qualificação profissional, com inscrição por meio do site da prefeitura e também cursos de informática para idosos e alunos da rede pública de ensino.

- **Projeto PRO- FORMAÇÃO:** voltado para o estágio curricular obrigatório não remunerado para atender estudantes do Ensino superior, Ensino médio técnico profissionalizante e de formação de professores, situado no bairro loteamento Atlântica. Voltado aos jovens e adultos, com idade a partir de 15 anos. Processo seletivo e inscrições são online. Conforme informações, dentre os critérios de classificação é necessário residir no município de Rio das Ostras, estar matriculado em instituição de ensino conveniada e estabelecida no município de Rio das Ostras.

Conforme informações enviadas pela SEGEP, durante o período de pandemia houve uma queda no quantitativo de estagiários atendidos, comparado aos anos anteriores. Nesse período de pandemia será lançado, pela primeira vez o edital para o curso de medicina e legislação específica para preceptoria em saúde.

- **Centro Municipal de Qualificação Profissional, localizado na Zona Especial de Negócios – ZEN:** o público-alvo são jovens e adultos, com idade a partir de 15 anos. Ocorre processo seletivo, no qual podem se inscrever os interessados que residem no município e possuem a escolaridade e faixa etária mínimas exigidas e demais critérios publicados em edital.

O quadro abaixo demonstra a estimativa de 9.714 domicílios por localidade na Região Sul.



### 9.10.1 - Estimativa do número de domicílios por localidade

Localidade	Domicílios	%
CIDADE BEIRA MAR	2.915	30,0%
CIDADE PRAIANA	2.917	30,0%
EXTENSÃO SERRAMAR	918	9,5%
JARDIM CAMPOMAR	1.108	11,4%
JARDIM MIRAMAR	511	5,3%
JARDIM PATRICIA	115	1,2%
PALMITAL	809	8,3%
RESIDENCIAL MARIA TURRI	113	1,2%
SERRAMAR	234	2,4%
VILA REAL	74	0,8%
<b>TOTAL</b>	<b>9.714</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria de Gestão Pública - SEGEP, Estimativas populacionais usando como base dados do Censo IBGE 2010

Outra informação disponibilizada pela SEGEP, aponta que a estimativa populacional por localidade para a Região Sul totaliza o quantitativo de **29.855** pessoas.

### 9.10.2 - Estimativa da população por localidade

Localidade	População	%
CIDADE BEIRA MAR	8.931	29,9%
CIDADE PRAIANA	9.455	31,7%
EXTENSÃO SERRAMAR	2.746	9,2%
JARDIM CAMPOMAR	3.177	10,6%
JARDIM MIRAMAR	1.514	5,1%
JARDIM PATRICIA	302	1,0%
PALMITAL	2.580	8,6%
RESIDENCIAL MARIA TURRI	302	1,0%
SERRAMAR	657	2,2%
VILA REAL	191	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>29.855</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria de Gestão Pública - SEGEP, Estimativas populacionais usando como base dados do Censo IBGE 2010

## Secretaria Municipal de Manutenção de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas - SEMOP

### Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS



Conforme informações prestadas, o FMHIS possui cadastro em Banco de dados para informação relativa à demanda habitacional do município, com sede no bairro loteamento Atlântico, é voltado à população de um modo geral. Para cadastro, as famílias precisam solicitar um formulário por meio do e-mail do Fundo de Habitação e apresentar os documentos necessários, conforme especificação do Jornal Oficial edição 935, de 06 a 12 de abril de 2018.

Durante o período de Pandemia, todos os atendimentos foram realizados de forma remota, por meio do telefone ou e-mail. Mediante necessidade, é realizado atendimento presencial, sendo o mesmo previamente agendado para evitar aglomerações.

Muitas famílias atendidas pela Política Municipal de Assistência Social apresentam a demanda de acesso a programas habitacionais e na ausência de programas com inscrições abertas, normalmente são encaminhados para realização desse cadastro habitacional, visando futura inserção em novos programas.

Conforme as informações disponibilizadas pelo Fundo Municipal de Habitação, as famílias que se cadastram são inseridas em demanda reprimida e ficam aguardando, até que sejam implementados novos projetos habitacionais.

A tabela a seguir demonstra a demanda reprimida para acesso a programas habitacionais por localidade.

#### 9.11.1 - Demanda reprimida para acesso a programas habitacionais por localidade

Localidade	QTD	%
Cidade Beira Mar	100	42,6%
Cidade Praiana	90	38,3%
Extensão Serramar	8	3,4%
Jardim Campomar	8	3,4%
Jardim Miramar	12	5,1%
Palmital	11	4,7%
Serramar	5	2,1%
Vila Verde	1	0,4%
<b>TOTAL</b>	<b>235</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria de Manutenção de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas - SEMOP/Fundo Municipal de Habitação

Em relação às perspectivas futuras do FMHIS, **são previstas 320 Unidades Habitacionais por meio da CEHAB – RJ**, em área de propriedade do município e construção de unidades habitacionais para servidores públicos com recursos próprios,



previstas para os bairros de Maria Turri, Residencial Rio das Ostras e/ou Residencial Praia Âncora.

Como foi ressaltado pelo Fundo de Habitação, todos os servidores podem participar dos demais programas habitacionais, desde que estejam em acordo com os critérios estabelecidos.

### **Especificidades do Território da Região Sul**

De acordo com informações do FMHIS encontra-se em andamento a Companhia Estadual de Habitação (CEHAB – RJ) a legalização de imóveis do Programa Habitar Brasil objetivando a emissão de Escritura Definitiva, para as famílias residentes no Conjunto Habitacional Aristides Ribeiro da Conceição na Cidade Praiana. O programa beneficiou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica enquadradas nos critérios, tais como: residir no município há mais de três anos, renda mensal familiar de até três salários mínimos, não possuir outro imóvel e cadastradas na Secretaria de Assistência Social.

### **Organizações não Governamentais Instaladas no território da Região Sul**

No território da Região Sul identifica-se a existência de apenas uma entidade não Governamental, que oferta atendimento assistencial sendo ela:

- **Associação Pestalozzi de Rio das Ostras**, que desenvolve atividades como: o atendimento a crianças e adolescentes na área de Saúde, Educação e Serviço Social.



## Mapa da Rede Governamental e Não Governamental do território da Região Sul

Rede	Assistência Social – Território CRAS SUL	Endereço Completo
GOVERNAMENTAL	Casa da Criança – Cidade Praiana	Rua Bahia, nº 97 – Cidade Praiana Tel.: (22) 2777-2453
	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS REGIÃO SUL	Rua Serafim Bastos, s/nº Cidade Beira Mar - Tel.: (22) 2771-6406
	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS <b>(apesar de estar situado na região do CRAS Central o CREAS realiza atendimento de todo o município)</b>	Rua Araguaia, nº 150 – Balneário Remanso Tel.: (22) 2771-6409
	Conselho Tutelar	Rua Paraná, Nº 111 – Extensão do Bosque - Tel.: (22) 2771-6365
NÃO GOVERNAMENTAL	Associação Pestalozzi de Rio das Ostras	Rua Rio Grande do Norte, 333 – Cidade Praiana - Tel.: (22) 2764-6010/7684





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rede	Saúde – Território CRAS Sul	Endereço Completo
GOVERNAMENTAL	<b>Coordenação de Controle, Avaliação e Auditoria</b> Assistência Especializada em HIV/AIDS; Unidade de Saúde Nilson Marins; Centro de Especialidades Odontológicas	Alameda Campomar, s/nº - Cidade Beira Mar Tel.: (22) 2771-6450/2771-6166/2771-6453
	Posto de Saúde Cidade Praiana	Rua Santa Catarina, s/nº - Cidade Praiana Tel.: (22) 2760-2008

Rede	Educação – Território CRAS Sul	Endereço Completo
GOVERNAMENTAL	Escola Municipal Alzir David Pereira	Avenida Serramar, s/nº - Extensão Serramar - Tel: 2760-1679
	Escola Municipal Rio das Ostras	Rua Santa Catarina, s/nº - Cidade Praiana - Tel: 2760-1758
	Escola Municipal Maria Teixeira de Paula	Alameda Jardim Campomar, nº 600 - Jardim Campomar - Tel: 2771-4197
	Escola Municipal Cidade Praiana	Rua Rio Grande do Sul, s/n.º - Cidade Praiana - Tel: 2771-6433
	Ciep - Brizolão - Mestre Marçal - Municipalizado	Alameda Desembargador Ellis Hermídio Figueira, s/nº - Jardim Campomar - Tel: 2771-3403
	Escola Municipal Maria da Penha de Oliveira	Rua Domingos Francisco Mota, nº 70 – Palmital - Tel: 2760-1646



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rede	Esporte e lazer – Território CRAS Sul	Endereço Completo
GOVERNAMENTAL	Campo de Futebol Cidade Beira Mar	Rua Santa Catarina, s/nº Cidade Praiana Tel.: (22) 2771-6434
	Campo de Futebol Heitor Manoel Pereira	Estrada do Serramar, s/nº Serramar Tel.: (22)2760-4535
	Estádio Municipal Amaro Mota de Oliveira	Rua Domingos Faria Mota, s/nº Palmital Tel.: (22) 2760-1298



## Desafios para o Aprimoramento do SUAS

Após levantamento e análise realizados por esse diagnóstico, que se torna fundamento e orientação para a gestão da assistência social na Região Sul, foram identificadas uma série de demandas que uma vez atendidas, contribuirão para o avanço da Política de Assistência Social no território e maior qualidade de vida da população, consideradas a seguir:

- ❖ O CRAS Sul junto à Gestão da SEMAS deverá planejar as estratégias necessárias considerando o Plano de Retomada que define as principais orientações e diretrizes para o retorno às atividades coletivas do Serviço de Convivência e todos os outros;
- ❖ Planejar estratégias junto à Gestão da SEMAS, com parceiros do setor privado, não governamental e outras secretarias municipais, para promoção de ações que viabilizem a criação de oportunidades de preparação das famílias vulneráveis para oportunidades junto ao mercado de trabalho, visto que, 77,51% das pessoas cadastradas no CadÚnico, declararam não estar trabalhando formalmente, na semana anterior à realização do cadastro;
- ❖ A gestão do CRAS Sul deverá realizar o mapeamento das famílias que não possuem certidão de nascimento, e outros documentos básicos, de modo que, após identificação as referidas demandas possam ser tratadas e encaminhadas para providências. Nesse contexto, a equipe do Sub-registro deve ser considerada como uma importante aliada para os desdobramentos das respectivas demandas;
- ❖ Considerando que na Região Sul há **1.071 famílias** cadastradas no CadÚnico que, apesar de possuírem perfil para o Programa Bolsa Família **não recebem**, logo, se encontram na linha de pobreza e/ou de extrema pobreza, caberá a equipe do CRAS Sul priorizar ações e estratégias de busca ativa destas famílias, para identificar se possuem ou não perfil para acompanhamento familiar junto ao CRAS;
- ❖ Ser avaliada pela gestão da SEMAS a possibilidade de ampliação de atendimento no benefício de transferência de renda municipal - (Benefício Social Familiar-



- BSF), para as famílias hipossuficientes identificadas sem nenhum benefício, conforme levantamento apontado pelos dados do Cadúnico;
- ❖ Planejar novas estratégias para reordenar os atendimentos das demandas para o INSS, que atualmente tem sobrecarregado e interferido em toda dinâmica de trabalho dos profissionais das equipes técnicas de nível médio e superior do CRAS Sul;
  - ❖ Necessidade do CRAS Sul, efetuar a busca ativa dos **187 idosos** beneficiários do BPC do território, para que possam ser estruturados os seus respectivos prontuários SUAS;
  - ❖ Necessidade do CRAS Sul, efetuar a busca ativa das **93 pessoas** com deficiência beneficiários do BPC do território, para que possam ser estruturados os seus respectivos prontuários SUAS;
  - ❖ Concluir a atualização cadastral dos **beneficiários do BPC na Escola** da Região Sul;
  - ❖ Intensificar junto às famílias do território, **as ações comunitárias, as campanhas**, entre outras estratégias coletivas de prevenção e superação das situações de violações de direitos praticadas contra Crianças e Adolescentes; idosos, deficientes e mulheres na Região Sul;
  - ❖ Necessidade de criação de um protocolo, que estabeleça um fluxo com um sistema municipal de notificações dos casos de violações contra crianças, adolescentes, idosos e mulheres envolvendo diretamente a Saúde, Educação, Conselho Tutelar e Assistência Social, entre outros órgãos que sejam necessários, para que se tenha maior eficiência na identificação destas ocorrências;
  - ❖ Fortalecer as ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS e junto a rede referenciada do território da Região Sul, com objetivo de ampliar a prevenção das situações de violações de direitos contra crianças, adolescentes e idosos;
  - ❖ Fortalecer a relação de interação entre os equipamentos e profissionais da rede de Proteção Social Básica com os equipamentos e profissionais da rede de Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade;



- ❖ Ampliar as estratégias de planejamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para execução de ações que combatam e previnam a exploração do trabalho infantil no território;
- ❖ Estabelecer parceria com a SEMEDE para definir as estratégias de atuação para alcançar as pessoas cadastradas que declaram não saber ler, conforme informações do CADÚnico, pois a maioria está na faixa etária entre **7-17 anos** correspondendo a **615 crianças e adolescentes** no território do CRAS Sul;
- ❖ Necessidade de o CRAS Sul acompanhar efetivamente no PAIF, 10% das famílias cadastradas no sistema do CadÚnico;
- ❖ Necessidade de o CRAS Sul acompanhar efetivamente no PAIF, 10% das famílias com membros integrantes do BPC;
- ❖ Necessidade de o CRAS Sul reordenar o SCFV para que 50% das famílias cadastradas sejam do público prioritário;
- ❖ Necessidade de o CRAS Sul elaborar o Plano de Acompanhamento Familiar – PAF, para todas as famílias que forem incluídas no acompanhamento pela equipe de referência da unidade, conforme recomendação das normativas do SUAS;
- ❖ Necessidade do CRAS Sul ampliar as estratégias de articulação e definição de parcerias com outros equipamentos que compõem a rede intersetorial e da sociedade Civil instaladas na abrangência do território da Região Sul;
- ❖ Desprecarização dos vínculos trabalhistas das equipes de orientadores sociais que atuam nos serviços do CRAS e da rede que compõe o SCFV do território, para que sejam inseridos trabalhadores com vínculo estatutário ou de empregado público;
- ❖ Necessidade do CRAS Sul buscar maior alinhamento com a SEMUSA, para que os casos de usuários encaminhados para a saúde mental possam ser priorizados em seu fluxo de atendimento;
- ❖ Ampliar a disponibilidade de carro para suporte as demandas do CRAS Sul;
- ❖ Ampliar as salas de atendimento particularizados no CRAS;
- ❖ Avaliar a possibilidade de construção na área externa, de espaço coberto para realização de atividades coletivas e pequenos grupos do SCFV e PAIF.





## Principais avanços da Assistência Social no último quadriênio

- ✓ Realização do VII Concurso Público Municipal, objetivando consolidar a composição das equipes de referência dos equipamentos geridos pela assistência social;
- ✓ Implantação da Plataforma SuaSemas Capacita, criada com a finalidade de ofertar capacitação EAD para os trabalhadores da assistência e Conselhos Municipais;
- ✓ Reativação dos benefícios de transferência de renda, Benefício Municipal do Idoso e Benefício Municipal da pessoa com deficiência e/ou doente Crônico;
- ✓ Criação de novo benefício Municipal de transferência de renda, **Benefício Social Familiar**, para o atendimento de famílias Hipossuficientes cadastradas no CadÚnico sem nenhum outro benefício;
- ✓ Criação do Benefício Auxílio Desacolhimento, para atendimento de usuários que são desacolhidos ao completarem a maior idade e possuem perfil vulnerável economicamente;
- ✓ Reforma e melhorias nas Casas da Criança;
- ✓ Reforma e melhorias do Centro Integrado Dr. Gilberto Barcelos Sobral;
- ✓ Reforma e melhorias do CRAS de Rocha Leão;
- ✓ Construção/Ampliação das Salas de atendimento do Cras SUL e pintura do Prédio;
- ✓ Implantação do Centro Integrado de Convivência “Aprendiz do Futuro” no Território da Região Norte do município;
- ✓ Implantação do Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM;
- ✓ Implantação da sala dos Conselhos municipais vinculados a SEMAS;
- ✓ Implantação do **Comitê de Subregistro**, objetivando ampliar o acesso a documentação básica da população que não possui documentação Civil;
- ✓ Realização sistemática das **as ações comunitárias e das campanhas**, entre outras estratégias coletivas objetivando prevenção e superação das situações de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

violações de direitos praticadas contra Crianças e Adolescentes; idosos, deficientes e mulheres no município de Rio das Ostras como um todo.

- ✓ Reordenamento do SCFV, de modo que mais de 50% das famílias cadastradas estão classificadas como público prioritário;
- ✓ Ampliação nos CRASs do número de famílias com os Planos de Acompanhamento Familiar – PAF estruturados pelas equipes de referência de cada território;
- ✓ Reestruturação do Sistema Digital – SIGA, com a implantação do prontuário SUAS digitalizado, para efetivação do cadastro das famílias atendidas nos equipamentos da Assistência social na PSB e PSE;
- ✓ Estruturação do Serviço Especializado de Abordagem Social - SEAS no CREAS, com equipe exclusiva para execução do serviço;
- ✓ Apoio para Implantação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – CONDEF;
- ✓ Ampliação das ações de atendimento as demandas das pessoas em situação de rua, com as melhorias no dormitório Albergue Casa do Sorriso, sendo instalado em prédio próprio;
- ✓ Composição da equipe técnica de nível superior da Casa do Sorriso com profissionais efetivos;
- ✓ Ampliação das ações de atendimento ao público de crianças e adolescentes nos Serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos como medida preventiva ao envolvimento dos mesmos com atos infracionais;
- ✓ Implantação da vigilância socioassistencial no município, com objetivo de aprimorar a oferta dos serviços, através de diagnóstico e indicadores sociais mais precisos, conforme preconiza a PNAS;
- ✓ Implantação do Centro de Inclusão Digital – CEMID/CIC Nova Esperança, no CIC de Nova Esperança;
- ✓ Realização da Conferência Municipal de Assistência Social (modalidade híbrida);
- ✓ Fortalecimento da política de atendimento ao adolescente com a Criação do projeto Geração Aprendiz, para o atendimento de adolescentes de 15 a 17 anos. Atendendo prioritariamente os mais vulneráveis, que estejam em risco social e/ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

situação de violação de direitos, com bolsa auxílio de R\$350,00 reais e com atividades que visam a sua preparação para o mundo do trabalho.



## Considerações Finais

A partir da identificação das informações coletadas e dos dados apontados neste diagnóstico, a gestão da SEMAS, a gestão do CRAS Sul, os trabalhadores do SUAS que atuam na unidade, a população do território e conselheiros do CMAS poderão avaliar as ações no âmbito do SUAS, propor redirecionamentos e ações estratégicas que venham ao encontro das reais demandas de proteção social manifestadas no território da Região Sul.

Algumas considerações precisam ser retomadas, sobretudo as que se referem ao trabalho desenvolvido pelo CRAS junto às famílias no território.

Um primeiro ponto a ser considerado relaciona-se ao fato de que a gestão da SEMAS junto à equipe do CRAS, deverá incluir em seu planejamento a previsão das ações contempladas no Plano de Retomada, pois definem as principais orientações e diretrizes para o retorno das atividades coletivas do Serviço de Convivência (SCFV) e todos os outros, devido as imposições e mudanças causadas pela pandemia na rotina e convivência social.

Observa-se ainda, que há uma importante necessidade da equipe do CRAS Sul planejar ações e estratégias diversas, com o objetivo de promover o atendimento às famílias cadastradas no CadÚnico que não recebem nenhum benefício financeiro do Governo Federal e se encontram na linha de pobreza e/ou de extrema pobreza. Também precisam efetuar a busca ativa dos idosos e das pessoas com deficiência beneficiários do BPC do território, para que possam ser estruturados os seus respectivos prontuários SUAS na unidade do CRAS e de realizar o mapeamento das famílias que não possuem certidão de nascimento e acessos a documentação básica.

Um outro ponto relevante a ser considerado refere-se aos resultados relativos ao Pacto de Aprimoramento do SUAS, para que as metas que não foram alcançadas sejam rerepresentadas e definidas para serem seguidas pela Gestão do CRAS Sul. É notório que no campo dos serviços e ações que obrigatoriamente devem ser ofertados no espaço físico do CRAS, o que se apresenta mais deficiente são as ações do PAIF, visto que, muitas das prioridades recomendadas no primeiro Pacto Suas, evidencia que diversos públicos atendidos na Proteção Social Básica devem ser inseridos e acompanhados por meio do referido serviço de maneira efetiva.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para alcançar estas metas, a Unidade deverá estabelecer estratégias que materializem o acesso de todo este público, objetivando o acompanhamento, conforme estabelecido nas legislações e no próprio pacto do SUAS.

Por fim, torna-se relevante destacar a importância da experiência de construção deste diagnóstico, de maneira coletiva, visto que foi possível contar com a participação intersetorial de diversas secretarias municipais na disponibilização de informações específicas sobre sua área de atuação.

Outros atores importantes que contribuíram diretamente, foram os profissionais que atuam na execução e gestão da política de assistência social do município, e de maneira mais específica, foi possível uma enriquecedora troca de saberes multiprofissionais, entre as equipes do assessoramento técnico e dos profissionais que atuam na Vigilância socioassistencial e nas unidades de atendimentos da PSB e PSE.

Destaca-se ainda, a importância da atuação de toda a equipe do CRAS Sul na realização de diagnóstico permanente do território. Manter suas bases de dados sempre atualizadas de maneira eficiente, possibilita que as principais demandas da realidade do território sejam mapeadas e reveladas, continuamente, permitindo assim, que a Gestão da Assistência, a Gestão do CRAS e os trabalhadores (as) do SUAS desta unidade, possam estabelecer as principais estratégias e mecanismos para a proposição de soluções e respostas que possibilitam o enfrentamento das questões sociais postas no cotidiano do território do CRAS Sul.





## Referências Bibliográficas

ALENCAR, et al. **Políticas Públicas e Violência baseada no gênero durante a Pandemia da COVID-19: Ações presentes, ausentes e recomendadas.** DISOC. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Nº 78. IPEA, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 de nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 de dez. de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em 14 de dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Boletim Mulheres no SUAS.** Brasília: MDS, 2018, v. 5. (Boletins Vigilância Socioassistencial). Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/?p=3016>. Acesso em 17 de nov. 2020.

Cerqueira, Daniel. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021.

CNAS, CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, DF, Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 17 Abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013.** Aprova as Prioridades e Metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para o quadriênio 2014 - 2017. Brasília, DF, Disponível em: [www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes](http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes). Acesso em: 28 de Julho. 2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013.** Aprova as Prioridades e Metas para os estados e o Distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para o quadriênio 2016 a 2019. Brasília, DF, Disponível em: [www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes](http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes). Acesso em: 28 de Julho. 2017.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Estúdio R7. **Mapa da invisibilidade no Brasil/IBGE.** Disponível em: <https://estudio.r7.com/os-invisiveis-10082020>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

G1 da Região dos Lagos. **Migração da violência para cidades do interior** (Moisés Porto), 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2015/05/mapa-da-violencia-coloca-cabo-frio-na-lideranca-de-mortes-no-rj.html>. Acesso em 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios** – PNAD/2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

IPEA. **Atlas da Violência**: Série histórica da taxa de homicídio por mil habitantes nos municípios do Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>. Acesso em: 02 de agosto. 2017.

\_\_\_\_\_. **Atlas da Violência**: Retrato dos municípios brasileiros. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>. Acesso em: 31 de janeiro de 2022.

MDS, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Base de dados do Sistema do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal** – CadÚnico no município de Rio das Ostras/ referência maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Base de dados do Sistema do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal** – CadÚnico no município de Rio das Ostras/ referência março de 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2012.

SEGEP. **Estimativa baseada no Censo Demográfico 2010** – IBGE/SEGEP – Prefeitura de Rio das Ostras, 2021.

USP. **Direitos na Pandemia**: Mapeamento e Análise das normas jurídicas de resposta à COVID19 no Brasil (Boletim nº 7). São Paulo/SP, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/07boletimDireitosnaPandemia.pdf>. Acesso em 14 de dez. 2020.

UPP, Governo do Estado do Rio de Janeiro. Histórico. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/historico>. Acesso em: 02 de agosto. 2017.